

tempo e presença

Publicação do CEDI • Número 269 • Ano 15 • Cr\$ 50.000



**COMUNICAÇÃO
SEDUÇÃO E PODER**

**TERCEIRIZAÇÃO
NA ECONOMIA**

ESTRATÉGIAS DE DOMINAÇÃO

"O poder da comunicação emerge da própria natureza da cultura moderna que privilegia a imagem ou o relato ao próprio fato originário". (Ismar de Oliveira Soares)



Manifestação contra o monopólio da informação, no Rio

Os meios de comunicação social exercem efetivamente, a cada dia, mais poder na sociedade moderna. São capazes de influir amplamente na formação dos valores, na alteração do vocabulário, no comportamento ético de grandes parcelas da população, e interferem decisivamente na política nacional e até mesmo internacional.

Esse poder não pode ser interpretado como um processo isolado, pois é fruto de uma estrutura social discriminadora e excludente. A própria legislação que rege os usos da comunicação social é bastante omissa no que se refere ao controle da sociedade sobre os grupos que detêm o domínio da comunicação.

A televisão, no momento, é a forma mais eficiente de comunicação pois, ao valorizar a imagem mais do que o próprio acontecimento, vai seduzindo milhões de pessoas, a cada minuto, às suas propostas. O público identifica-se de tal forma com a programação veiculada, que os critérios, gostos, preferências acabam por ser aqueles que os detentores do poder desejam e inoculam.

Sem dúvida, o direito à informação é fundamental para a liberdade e para a democratização da comunicação. Estes são alvos que devem ser conquistados e ampliados permanentemente, pois

constituem garantias do exercício da cidadania plena.

As igrejas, atualmente, estão despertando para a decisiva importância da comunicação social. Não basta condenar o mau uso e os excessos praticados pela mídia; mais do que isso, é preciso ultrapassar uma visão utilitária e moralista que se tem. Infelizmente, muitos dos programas que as igrejas veiculam pela televisão e pelo rádio também podem ser incluídos no terreno da manipulação e da alienação. Urge, portanto, uma reflexão mais aprofundada sobre esse fenômeno tão fundamental da sociedade moderna.

No campo da economia, há uma prática que vai ganhando amplitude e produzindo novas questões nos meios empresariais e mesmo na própria luta das organizações de trabalhadores. É o que se tem chamado de terceirização, considerado hoje um novo paradigma industrial. Entretanto, muitas vezes essa prática tem sido usada para reduzir as oportunidades de emprego e para burlar ou tornar mais vulneráveis as conquistas sociais dos trabalhadores. Essa estratégia é utilizada por muitos ramos da economia, incluindo os da própria produção da comunicação social.

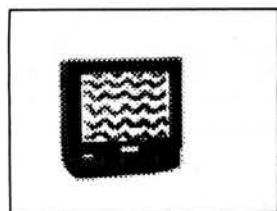
Outro aspecto relacionado com a terceirização é a crescente importância da economia informal. Não pode ser interpretada de forma simplista e superficial, pois exige profundidade de análise e conhecimento histórico.

Tempo e Presença oferece nesta edição, entre outros materiais, um conjunto de artigos que analisam os fenômenos da comunicação social e da terceirização da economia. A intenção é contribuir para um debate esclarecedor sobre tais práticas que tanto afetam a vida do povo brasileiro.

ÍNDICE

Comunicação

- 5 LIBERDADE DE IMPRENSA, SIM. MAS QUEM CONTROLA A IMPRENSA?
José Salomão D. Amorim
- 9 DEMOCRATIZAR A COMUNICAÇÃO: QUESTÃO DE CIDADANIA
Orlando Guilhon
- 11 DE CRÂNIO RACHADO: OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E A MODERNIDADE BRASILEIRA
Jorge Atílio Silva Iulianelli
- 14 COMUNICAÇÃO, POLÍTICA E SOCIABILIDADE: OS PODERES DOS *MEDIA*
Antonio Albino Canelas Rubim
- 17 MEXA VOCÊ COM A TELEVISÃO
Antonio Fausto Neto
- 21 COMO VER A TV NO BRASIL
Labieno Mendonça
- 24 "NÃO HÁ COMUNICAÇÃO SE NÃO HOUVER SEDUÇÃO"
Entrevista com Ismar de Oliveira Soares
- 28 AS ONGs E O DESAFIO DA COMUNICAÇÃO
Fernando Sá



Terceirização

- 31 TRABALHO INFORMAL: TEORIA, REALIDADE E ATUALIDADE
Luiz Antonio Machado da Silva
- 35 TERCEIRIZAÇÃO E PRÁTICA SINDICAL
José Ricardo Ramalho
- 38 TRABALHO A DOMICÍLIO: UMA FORMA DE EMPREGO
Alice Rangel de Paiva Abreu

- 41 VENDEDORES AMBULANTES: VISIBILIDADE SOCIAL E INVISIBILIDADE SOCIOLÓGICA
Bila Sorj
 - 44 INTEGRAÇÃO AGROINDUSTRIAL: TERCEIRIZAÇÃO NO CAMPO?
Maria Cecília Iório
- América Latina**
- 48 COSMOLOGIA DE UM SOCIALISMO: NOTAS DE UMA VIAGEM A CUBA
Regina Reyes Novaes

Rubem Alves

- 52 AIDS
- Evangélicos**
- 54 CRESCIMENTO DOS EVANGÉLICOS
NOTAS A PROPÓSITO DO CIN-1992
José Bittencourt Filho



Denise Terra / Imagens da Terra

Ambulantes no Rio – vende-se de tudo, até produtos importados

Bíblia Hoje

- 57 BÍBLIA E COTIDIANO
Paulo Nogueira

Resenha

- 59 PARA ENTENDER O TRABALHO A DOMICÍLIO NO BRASIL
José Ricardo Ramalho

COMUNICAÇÃO EM DEBATE – Na sociedade moderna os meios de comunicação social exercem poder inquestionável. A ética da sua utilização é questão fundamental para a democracia. Como a sociedade pode controlar a comunicação sem cercear a sua liberdade? Em que medida os meios de comunicação *fazem a cabeça* das pessoas? Ou o processo de recepção por parte da sociedade não é meramente passivo, conforme querem alguns? Indústria cultural, monopólio da comunicação, consciência fragmentada e outros assuntos estão em debate nas páginas 5 a 21 e 28.

IGREJAS NA TV E NO RÁDIO – Nos últimos anos houve a descoberta, pelas igrejas, dos meios de comunicação de massa como instrumento para transmitir suas mensagens. Entretanto, os programas que elas têm desenvolvido continuam numa perspectiva utilitarista ou racional, e longe de serem uma nova forma de comunicação. Uma análise franca e corajosa sobre a presença das igrejas no rádio e TV é apresentada pelo presidente da União Católica Latino-Americana de Imprensa, Ismar de Oliveira Soares. Página 24

ECONOMIA INFORMAL – Para uma compreensão mais abrangente do significado da economia informal nas sociedades capitalistas modernas, oferecemos um artigo que constitui contribuição efetiva. Página 31

TERCEIRIZAÇÃO DA ECONOMIA – A introdução de novas tecnologias e a modernização das indústrias vêm acompanhadas de novas formas de relações de trabalho. A implantação da terceirização, com seus diversos aspectos, traz várias questões para as organizações dos trabalhadores. Páginas 35, 38, 41 e 44

CUBA SOB OUTROS OLHOS – Num agradável relato de viagem são ressaltadas algumas características do que significa antropológicamente o “ser cubano”. Fugindo das repetitivas análises destacam-se aspectos muito interessantes da vida cotidiana dos cubanos. Página 48

tempo e presença

Revista bimestral do CEDI
Maio / junho de 1993
Ano 15 - nº 269

CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Rua Santo Amaro, 129
22211-230 Rio de Janeiro RJ
Telefone (021) 224-6713
Fax (021) 221-3016

Av. Higienópolis, 983
01238-001 São Paulo SP
Telefone (011) 825-5544
Fax (011) 825-7861

CONSELHO EDITORIAL
Carlos Rodrigues Brandão
Emir Sader

José Oscar Beozzo
Heloísa de Souza Martins
Leonardo Boff
Luiz Eduardo Wanderley
Márcio Santilli
Marília Pontes Sposito
Milton Schwantes
Paulo Schilling
Regina Reyes Novaes
Rubem Alves

EDITOR
Jethier Pereira Ramalho

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Paulo Roberto Salles Garcia
MTb 18481

EDITORES ASSISTENTES
Beatriz Araújo Martins
Maria Cecília Iório
Rafael Soares de Oliveira

EDITORA DE ARTE
Anita Slade

SECRETÁRIA DE REDAÇÃO
Beatriz Araújo Martins

REVISOR E DIGITADOR
Paulo Roberto Salles Garcia

CAPA
Marta Strauch

PRODUÇÃO GRÁFICA
Supernova

FOTOLITO DA CAPA
Beni

FOTOLITOS E IMPRESSÃO
Clip

Os artigos assinados não traduzem necessariamente a opinião da revista.

Preço do exemplar avulso
Cr\$ 50.000,00

Assinatura anual
Cr\$ 200.000,00

Assinatura de apoio
Cr\$ 300.000,00

Assinatura/exterior
US\$ 50,00

ISSN 0103-569X

TEMPO E PRESENÇA é sempre bem-chegada, bem-vinda! É apoio quanto às informações e "consolo" no tocante à mística, à utopia. Bom seria que as pessoas do povo simples pudessem ter acesso... Algo assim mais popular! Sonho? Sonho?

Lucia Almeida de Sá Barreto
Jaboatão/PE

Sou estudante universitária e li a revista TEMPO E PRESENÇA, fiquei bastante interessada em obtê-la. É lamentável não encontrá-la nas bancas. Tal revista nos foi indicada por um professor, que é assinante e se confessou um colecionador ativo. Meu grupo de estudos e eu usamos alguns artigos para trabalhos universitários e fomos bem-sucedidos, pois o conteúdo é excelente. Gostaria de me tornar assinante.

Daniella Mendonça Lopes
Anápolis/GO

Este é o quarto ano que renovo a assinatura da revista TEMPO E PRESENÇA, e faço com muita alegria e com a certeza de que é uma das poucas revistas que circulam no Brasil neste gênero. Temos utilizado muito dos conteúdos em nosso estudo de Teologia: o nº 266, que trazia o tema e a triste realidade brasileira sobre a fome, nos deu boa reflexão principalmente quanto às implicações éticas frente a esta vergonhosa realidade. É impossível ficarmos de braços cruzados quando temos tanto a fazer.

Amigos, continuem firmes neste trabalho de conscientização e luta junto às comunidades.

Amarildo Bambinetti
Florianópolis/SC

É com alegria que renovo a assinatura desta revista. TEMPO E PRESENÇA é realmente um instrumento de informação que nos ajuda a entender e aprofundar melhor assuntos e temas que são gritantes em nossa sociedade. É um importante material para todos os que trabalham nas CEBs. Vocês estão de parabéns!!

Francisco Rodrigues da Silva Neto
Caucaia/CE

Por meio desta quero agradecer e dar os parabéns pelo brilhante trabalho que vocês estão prestando às comunidades através da revista. Através de TEMPO E PRESENÇA fico a par dos problemas mais sérios e polêmicos de nossa sociedade.

Waldomiro Augusto
Maringá/PR

Gostaria de aproveitar o momento para parabenizar a direção e todos os funcionários desta organização, pela qualidade, imparcialidade e profissionalismo no trato das matérias publicadas; como também pelo papel de contribuir para a educação e crescimento desta nação, pois é público e notório que o Brasil só iniciará o caminho rumo ao Primeiro

Mundo pela informação, educação, trabalho, união, solidariedade e justiça social, há tanto tempo relegadas neste país.

Edson Morales
Santo André/SP

Fiquei feliz em saber que em Natal existe mais gente que assina a TEMPO E PRESENÇA. Obrigado pela revista. Parabéns do leitor Gilberto.

Gilberto Pereira da Silva
Natal/RN

Parabéns pelo artigo "Direitos da Criança e do Adolescente", realmente esta questão merece o nosso respeito e participação. O referido artigo é motivo de grandes debates, seminários, conferências e congressos. Reitero os parabéns, dizendo que TEMPO E PRESENÇA, com artigos atualizados, com o trabalho maravilhoso que faz, sempre nos colocando com mais clareza as questões críticas que nos afetam, nos tem ajudado muito a crescer. Obrigada.

Vera Lúcia Machado
Nova Iguaçu/RJ

ERRATA

Na edição anterior (nº 268), página 25, na legenda da foto leia-se: "Dia da libertação das meninas de boate do Cuiú Cuiú, Pará".

LEIA E ASSINE

TEMPO E PRESENÇA



Povos indígenas, movimentos operário e camponês, educação popular, meio ambiente, ecumenismo e dívida externa são alguns dos temas tratados em *Tempo e Presença*, uma publicação bimestral voltada para o conjunto do movimento popular. Na caminhada por uma sociedade mais justa e democrática, é leitura indispensável.

Assinatura anual Cr\$ 200.000,00
Assinatura de apoio Cr\$ 300.000,00
Exterior US\$ 50,00
Número avulso Cr\$ 50.000,00

Faça sua assinatura através de cheque nominal para o CEDI, aos cuidados do Setor de Distribuição
Rua Santo Amaro, 129
CEP 22211-230 Rio de Janeiro RJ
Av. Higienópolis, 983 CEP 01238-001 São Paulo SP

LIBERDADE DE IMPRENSA, SIM. MAS QUEM CONTROLA A IMPRENSA?

José Salomão D. Amorim



Observa-se hoje, no Brasil e em diversos outros países, um certo mal-estar com relação a determinado uso dos meios de comunicação, expresso em declarações de diversos segmentos da sociedade. Entre outros temas, discutem-se, neste artigo, as diversas leis que se necessitam implantar no Brasil a fim de se garantirem a liberdade para o trabalho da imprensa, o direito à informação e a proteção dos cidadãos contra abusos da imprensa

A batalha pela liberdade de imprensa entre nós é antiga. O episódio do *impeachment* de Collor mostrou o quanto o funcionamento livre da imprensa é importante para a democracia. Mas, passado o *impeachment*, avolumam-se as críticas à imprensa, acusada de acumular superpoderes e de — como disse alguém — praticar a tirania da irresponsabilidade sob o manto da liberdade. Difícil equilíbrio: como conciliar liberdade com responsabilidade? Difícil desafio: como democratizar a comunicação social no Brasil, estabelecendo sobre ela um sistema de controle da sociedade?

Este artigo trata destas questões. Contém os principais pontos de uma exposição feita pelo autor em audiência pública, dia 21 de maio último, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara de Deputados, convocada para discutir a nova Lei de Imprensa. É, pois, em torno de questão legal que o texto se organiza, e tem como argumentos principais: 1. Ao contrário do que se afirma, não existe nas nações desenvolvidas um processo de desregulamentação em curso, mas sim de regulamentação da comunicação social (ver boxes); 2. A liberdade de imprensa significa poder, e todo poder exige contrapartida de responsabilidade de quem o detém; 3. A liberdade de imprensa é um direito fundamental, pois sem ela não existe a liberdade. Mas, modernamente, é mais adequado falar em direito à informação.

Liberdade com responsabilidade. A proteção dos cidadãos contra os abusos cometidos no exercício da liberdade de imprensa deve ser um dos pontos principais da nova lei. Existe no Brasil um clima de mal-estar com relação aos meios de comunicação, criticados por setores da Igreja Católica, do Congresso Nacional, por políticos, organizações e movimentos sociais. Acusa-se a imprensa de violação da privacidade, de julgar as pessoas antes que a Justiça o faça, de desenvolver ações deseducativas (caso particular da televisão), de mentir e manipular.

O mal-estar não é só nosso. Na França, o episódio recente do suicídio do ex-primeiro-ministro socialista Pierre Bérégovoy desencadeou uma série de ataques à imprensa, colocada no banco dos réus pelo tratamento dado à questão de um empréstimo privilegiado para compra de um apartamento feito a Pierre Bérégovoy por um cidadão envolvido com a Justiça. O minis-

DESREGULAMENTAÇÃO OU RE-REGULAMENTAÇÃO?

Um dos argumentos contrários a uma nova Lei de Imprensa é o de que ela não seria necessária, como mostrariam os exemplos de nações mais desenvolvidas, nos quais estaria em curso um processo de desregulamentação da comunicação. O argumento, todavia, não procede. Não existe nessas nações uma tendência à desregulamentação pura e simples da comunicação, mas um processo de desregulamentação seguido de nova regulamentação, como demonstra o caso europeu no setor de televisão. Na Europa, a desregulamentação significou o rompimento do monopólio de serviço público na televisão, e abriu espaço para a sua exploração privada. Mas a mudança foi acompanhada por uma regulamentação estrita dos novos serviços.

Uma nova Lei de Imprensa entre nós representa uma oportunidade de passar a limpo uma série de questões. A Lei de Imprensa em vigor está em descompasso com o clima que o País vive. Ela reflete o espírito autoritário prevalecente no momento de sua criação (1967) e contraria em muitos artigos a atual Constituição. A nova Lei de Imprensa deverá ser mais abrangente do que a antiga, até mesmo no sentido de proibir a concentração e a centralização dos meios de comunicação. Deverá também incorporar os avanços de outras legislações, como a cláusula de consciência que protege o jornalista contra a imposição de fazer matérias contrárias à ética profissional. Deverá também prever regras para a rápida tramitação na Justiça de reclamações contra os excessos da imprensa. Não é possível esperar, como ocorre hoje, dois ou mais anos por uma decisão judicial, que somente chega após terem-se provocado danos irreparáveis à reputação do ofendido.

Fonte: Arquivo do autor.

Hoje a imprensa em vários países está controlada por grandes grupos econômicos

tro de Defesa, François Léotard, escreveu no jornal "Le Monde" um artigo em que dizia estar-se diante de um crime que não foi assinado, não o será jamais, escapando assim a toda punição. "Pierre Bérégovoy — afirmou — é a primeira vítima de uma nova cultura, fundada num fascismo elegante, no charme discreto da calúnia, na recusa reivindicada de toda responsabilidade e de todo engajamento que não seja a ironia". Este fascismo "começa pela dúvida e termina pela suspeição, matando lentamente o orgulho, em seguida a dignidade, depois a honra" (François Léotard. *A primeira vítima de uma nova cultura*. In "Le Monde", 4/5/93).

O filósofo Alain Finkielkraut, por sua vez, declarou: "Não há liberdade sem liberdade de imprensa. Esta afirmação não deve proteger a imprensa de todo código, e os jornalistas que morrem nos campos de batalha não autorizam a imprensa a se tornar inquisitorial" (Alain Finkielkraut. *A ameaça do modelo americano*. In "Le Figaro", 5/5/93). O próprio presidente da República, François Mitterrand, ao discursar no sepultamento de Bérégovoy, declarou: "Sua ação me autoriza a reafirmar hoje a capacidade do cidadão que preferiu morrer mais cedo a sofrer a afronta da dúvida. Todas as explicações do mundo não justificarão que se tenha podido jogar aos cães a honra de um homem, e finalmente sua vida, ao preço de uma dupla infringência de seus acusadores às leis fundamentais de nossa República, as que protegem a dignidade e a liberdade de cada um de nós" (François Mitter-

rand. *A honra de um homem entregue aos cães*. In "Le Figaro", 5/5/93).

Jean Daniel lembra que os excessos cometidos pela imprensa hoje têm gravidade muito maior do que no passado. Para começar, há uma enorme diferença de escala. No passado, por mais agressivo que fosse um jornal, era apenas um jornal, que aparecia uma vez por semana. A suspeita que se levantou sobre Bérégovoy foi repetida trinta, quarenta vezes por dia. "Porque — diz Jean Daniel — nenhuma rádio, nenhuma televisão, nenhum órgão de imprensa escrita quer fazer menos do que o seu concorrente; porque cada um quer contribuir com uma revelação suplementar; porque, em uma palavra como em cem, a nova lei do nosso ofício não é a informação, é a competição repetitiva. A litania transforma assim em cruzada a crítica mais inofensiva" (Jean Daniel. *E com relação ao estado geral da imprensa?* In "Le Monde", 8/5/93). Diante destas constatações Jean Daniel propõe que a deontologia, a ética íntima e o comportamento coletivo da imprensa devam ser repensados.

A importância da liberdade. O segundo grande desafio que se coloca é o de garantir a liberdade para o trabalho da imprensa, cujo valor pode-se constatar no exemplo italiano. Bernardo Valli, chefe da su-

cursal do jornal italiano "La Repubblica", em Paris, ao comentar a severidade da imprensa para com Pierre Bérégovoy, tomou como referência a grande operação de limpeza moral em curso na Itália, que atinge em cheio as elites políticas e econômicas e tem características de verdadeira revolução. Esta operação já provocou não um, mas oito suicídios de personalidades envolvidas em escândalos. Em cada suicídio, a imprensa foi acusada. No entanto, se não fosse pelo seu trabalho, não teria sido possível passar a limpo a vida política italiana das últimas décadas. Ao tornar pública a ação dos juízes, a imprensa deu-lhes o apoio necessário para poderem levar à frente as investigações.

Liberdade ou direito? Ao se falar em liberdade de imprensa, convém analisar até que ponto esta expressão é hoje adequada. Liberdade de imprensa tem clara conotação ideológica, e está associada a uma visão minimalista do papel dos poderes públicos nos assuntos de comunicação. Ao Estado competiria apenas o papel de garantir de maneira genérica e formal a liberdade de expressão. Tal entendimento trouxe como consequência, na prática, a transformação da liberdade de imprensa em liberdade de empresa. Hoje, a imprensa em vários países está controlada por grandes grupos econômicos.

Assiste-se modernamente ao nascimento de outro conceito capaz de expressar o ideal de uma comunicação democrática: o de direito à informação. Nele, o cidadão é o centro de preocupação, e o que era antes definido como liberdade torna-se um direito. Nesta perspectiva, o que está em discussão não é uma lei de imprensa, mas uma lei de informação democrática em benefício do cidadão. É claro que tanto a imprensa quanto o jornalista terão lugares destacados na nova

Lei, mas apenas como intermediários da realização do direito maior do cidadão de ser bem informado.

Para que o direito à informação se realize, alguns elementos devem estar presentes na nova Lei. O primeiro é o direito de acesso dos meios e dos profissionais aos acontecimentos e às fontes de informação, a matéria-prima da notícia. O jornalismo não existe sem dados e

O que está em discussão não é uma lei de imprensa, mas uma lei de informação democrática em benefício do cidadão

informações. Ao contrário do escritor, que pode afastar-se do mundo e escrever sua obra entre quatro paredes, o jornalista não pode exercer o seu ofício longe da trama dos fatos e dos acontecimentos que fazem a História.

O segundo elemento é a garantia de acesso do público às estruturas de transmissão de mensagens, o que pode ser alcançado por vários meios. Um deles é a implantação de diferentes sistemas de comunicação. A Constituição atual foi sábia ao prever a existência de três sistemas de comunicação complementares entre si: o privado, o estatal e o público. Ela reconhece ao Estado o direito de dispor de estruturas de comunicação para manter o cidadão bem informado sobre os assuntos de seu interesse, assim como considera legítima a exploração mercantil das atividades de comunicação. No entanto, reconhece também as limitações destes dois sistemas: o estatal, por expressar inevitavelmente uma visão oficialista; e o privado, por estar submetido prioritariamente à lógica mercantil. Por isso, a Constituição prevê a alternativa de um sistema pú-



blico, a ser formado por estruturas de comunicação dotadas de independência administrativa e financeira tanto do governo quanto dos interesses econômicos privados. Caberá agora introduzirem-se na legislação ordinária dispositivos que ajudem a viabilizar o sistema público.

Outro caminho para realizar o ideal do acesso da sociedade às estruturas de transmissão é o estabelecimento de quotas de programação que obriguem as emissoras de tevê a adquirirem programas de fontes variadas e produzidos regionalmente. Ao lado do sistema de quotas deve ser criado o direito de antena, permitindo a entidades da sociedade civil (inclusive partidos políticos, como já ocorre hoje)



transmitirem seus próprios programas por meio do rádio e da televisão. Evidentemente é necessário também dotar a nova Lei de dispositivos que proíbam o monopólio dos meios de comunicação.

O terceiro elemento imprescindível para a realização do direito à informação é o estabelecimento de controles públicos sobre os meios de comunicação. Para isso conta-se com variados instrumentos. Um deles, já adotado no Brasil por um grande jornal como a "Folha de São Paulo" é o *Ombudsman*, encarregado de receber e encaminhar reclamações dos leitores e de analisar a cobertura dos acontecimentos feita pelo jornal. Existe, em outros países, a experiência dos Conselhos de Redação, formados no interior do meio de comunicação com a participação dos profissionais que nele trabalham. O Conselho tem a atribuição de discutir e formular a linha editorial do veículo e de admi-

ALÉM DA LEI DA IMPRENSA

A Câmara dos Deputados discute agora a nova Lei de Imprensa, ou melhor, Lei de Informação Democrática. Dentre todos os projetos em discussão, o melhor, sem dúvida, é o de autoria do deputado Zaire Resende (PMDB-MG). Ele não se restringe a regulamentar os chamados delitos de imprensa e o direito de resposta, mas também: inclui dispositivos anticoncentração e monopólio; abre espaço à produção independente e à produção regional; regulamenta o sistema público de televisão; cria o direito de antena, o serviço de atendimento ao público nas empresas de comunicação; e agiliza a tramitação das reclamações contra os delitos de imprensa. Amplia ainda o direito de resposta, permitindo a qualquer cidadão usá-lo contra mentiras difundidas pelos meios de comunicação (caso tão comum de governantes que fazem propaganda de obras que não realizaram).

Mas a tarefa do Congresso não pára aí. É preciso ainda reformular o atual Código Brasileiro de Telecomunicações (de 1962, com modificações introduzidas em 1967). De lá para cá muita coisa mudou, do ponto de vista tecnológico, político e econômico, o que exigiu adaptação da legislação aos novos tempos. Dentre as novas tarefas está, por exemplo, a de regulamentar a TV a cabo. O audiovisual vem passando por sucessivas transformações ao longo do tempo. Predominou primeiro o modelo que tinha o seu eixo no cinema: os filmes eram produzidos em celulóide e, apoiando-se no hábito das pessoas saírem de casa, exibidos no circuito de salas públicas. O modelo seguinte, ainda em vigor, é o da televisão *hertziana*, baseado num número limitado de canais que transmitem uma programação abrangente e contínua, voltada para as massas e entregue ao espectador dentro de casa.

Estamos no limiar de um novo modelo, o da TV a cabo, em que haverá um número praticamente ilimitado de canais que podem oferecer programação *a la carte*. A TV a cabo, como afirma o especialista em políticas de televisão, Daniel Hertz, poderá ter no Brasil um impacto político e cultural tão grande quanto o da televisão convencional. É preciso, assim, evitar que ocorram com ela os mesmos desvios e deformações hoje observados na televisão convencional.

Fonte: Arquivo do autor.

É importante a garantia de acesso do público às estruturas de transmissão de mensagens

nistrar as relações internas da redação. Há também a experiência dos Conselhos de Ética, com a missão mais abrangente de supervisionar o comportamento do conjunto dos meios de comunicação.

Finalmente, as legislações de alguns países prevêem a existência de instâncias reguladoras dos meios e atividades de comunicação. É o caso do Conselho Superior de Audiovisual francês, um organismo independente com poderes decisórios, inclusive o de atribuir concessões para exploração dos serviços de rádio e de televisão.

José Salomão D. Amorim é professor do Departamento de Jornalismo da Universidade de Brasília, e diretor da Federação Nacional de Jornalistas.

DEMOCRATIZAR A COMUNICAÇÃO: QUESTÃO DE CIDADANIA

Orlando Guilhon

O importante papel da sociedade civil no processo de democratização dos meios de comunicação social é aqui abordado de forma precisa e eloquente

É costume dizer-se que os meios de comunicação constituem o Quarto Poder em nosso país. Trata-se de uma versão parcial da verdade. Na realidade, a mídia tem sido o poder número um das últimas décadas de nossa história. Nenhuma grande decisão política tem sido tomada sem o aval e a participação direta dos meios de comunicação, e em particular da televisão. É um poder altamente concentrado em poucas mãos. Cerca de oito ou nove famílias concentram mais de 80% de todas as grandes empresas de comunicação do País. Os Marinho, Bloch, Sílvio Santos, Saad, Mesquita, Frias, Civita e Martinez detêm em suas mãos o poder de contar as mentiras que serão consumidas diariamente pelo povo brasileiro.

Processo de dominação e inculturação. Manipulação da notícia, omissão dos fatos, unilateralidade na abordagem dos eventos, deturpação da realidade, exacerbação da violência, vulgarização da sexualidade, apologia da morbidez, têm sido a marca registrada da nossa TV e dos demais meios de comunicação. Neste período pós-ditadura, em que a sociedade brasileira tem recuperado lentamente os direitos de cidadania, fica claro para os se-

tores mais organizados desta mesma sociedade que jamais haverá uma verdadeira democracia em nosso país sem a democratização dos meios de comunicação.

Antes a mídia se limitava a defender o ditador de plantão. Foi assim que a TV Globo conseguiu construir seu fabuloso império, à sombra das benesses que os governos militares garantiam a quem apoiava o regime. Agora, o processo de dominação e inculturação é mais sofisticado: a mídia chega a eleger o presidente, e quando ele não serve mais, ajuda também a derrubá-lo. E o cidadão comum tem a impressão de que participa de uma grande festa democrática, sem se dar conta de que está recebendo informações deturpadas e manipuladas.

Avanços na democratização da comunicação. A luta pela democratização da comunicação no Brasil não começou hoje. Já durante o processo da Constituinte (1987-88) inúmeras entidades da sociedade civil organizaram-se para tentar garantir um capítulo mais democrático no tocante à comunicação social na nova Constituição de 1988. O trabalho rendeu frutos. A defesa da cultura nacional, a regionalização da produção cultural e jornalística, o Conselho de Comunicação Social e a instalação de uma rede pública de comunicação foram algumas das vitórias obtidas naquele período.

Após as eleições presidenciais de 1989, a luta pela democratização dos meios de comunicação no Brasil ganhou novo impulso. A manipulação descarada, feita pela

Rede Globo, do debate entre os presidencialistas no 2º turno terminou por incentivar uma reação em cadeia em todo o território nacional: surgiu, no Rio de Janeiro, o primeiro Comitê pela Democratização da Comunicação. Imediatamente o exemplo frutificou. Outros comitês foram sendo organizados nas principais capitais. Um fórum nacional foi constituído para ajudar a organizar a luta e a articular os diversos comitês. Hoje o Fórum já conta com 44 comitês estaduais ou municipais, além de 37 entidades da sociedade civil, tais como Ibase, CUT, UNE, Fenaj, Fitert e UCBC.

Cabodifusão. Ao longo desses últimos três anos de luta, o movimento conseguiu algumas vitórias importantes. Vamos exemplificar apenas duas. Há mais de uma década os governantes vêm tentando regulamentar a introdução, no País, das chamadas "novas tecnologias", e em particular a cabodifusão, sempre por meio de portarias ministeriais ou mesmo decretos-leis. A resistência do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, junto com os comitês, tem impedido que isso aconteça ao arripio da sociedade e do Congresso Nacional. Finalmente conseguimos fazer com que a discussão chegasse ao Congresso, onde apresentamos projeto de lei elaborado pelo Fórum que propõe uma regulamentação democrática da cabodifusão. Hoje, Executivo, Legislativo, empresários, trabalhadores e sociedade estão debatendo e aperfeiçoando esse projeto.



Manifestação dos funcionários da Rede Manchete. Rio, maio de 1993

Outro exemplo bastante recente foi a regulamentação, por intermédio de lei complementar, do Conselho de Comunicação Social. Os grandes donos dos oligopólios da comunicação não estavam nem um pouco interessados na regulamentação do Conselho, e vinham fazendo seu *lobby* no Congresso para *empurrar com a barriga* a questão. A atuação decisiva do Fórum obrigou o patronato a sair da toca e aceitar o debate. Depois de exaustivas negociações entre empresários, representantes do Fórum e a Câmara dos Deputados, foi aprovada (dezembro de 91) a lei que constitui o Conselho, com uma composição de treze integrantes: quatro empresários, quatro trabalhadores e cinco representantes da sociedade civil. Entretanto, até agora o Conselho ainda não foi empossado pois o Senado resiste às indicações de nomes feitas consensualmente pelo Fórum e pelos empresários da comunicação.

Lei da Informação Democrática. Estamos agora numa nova fase da batalha pela democratização da comunicação. A Lei de Imprensa vigente no País está totalmente defasada (é da época da Junta Militar de 1967). O Congresso prepara-se para aprovar uma nova Lei de Imprensa. Os proprietários de TVs, rádios, jornais e revistas querem

Jamais haverá uma verdadeira democracia em nosso país sem a democratização dos meios de comunicação

que a nova legislação seja restrita aos chamados "crimes de imprensa". Em outras palavras, uma lei que defina os direitos e deveres das empresas e dos jornalistas. O Fórum, por intermédio do deputado federal Zaire Rezende (PMDB-MG), apresentou um projeto alternativo que chamamos de Lei da Informação Democrática (LID).

O projeto da LID, se aprovado no Congresso Nacional, poderá causar uma verdadeira revolução nos meios de comunicação brasileiros. Ele estabelece a proibição do monopólio/oligopólio da radiodifusão, além de coibir a multimídia; propõe a liberação das ondas do ar para as rádios e TVs de baixa potência, tais como rádios comunitárias, sindicais, etc; estabelece a introdução de um sistema de comunicação público, não privado e não estatal; garante o direito de antena, ou seja, o direito de o cidadão comum ter acesso a qualquer canal de rádio e TV; amplia o direito de resposta; cria o *Ombudsman* em todos os veículos de comunicação, assim

como o Conselho Editorial composto por empresários, trabalhadores e membros da entidade; e ainda estabelece critérios para a regionalização da produção cultural e jornalística, com vistas a impedir a excessiva concentração no eixo Rio-São Paulo. Um projeto como esse só poderá ser aprovado no Congresso Nacional se houver uma ampla mobilização da sociedade brasileira.

Despertar a consciência. Por isso, não restringimos as atividades do Fórum ao aspecto institucional parlamentar. Apresentar projetos de lei que visem democratizar a comunicação no País é fundamental para tentar modificar o *status quo*. Mas sabemos da importância de despertar a consciência popular para essa frente de luta. Por isso, os vários comitês desenvolveram inúmeras iniciativas como passeatas, abaixo-assinados, debates em universidades, atividades multimídia, emissão de rádios livres e TVs piratas, panfletagens, seminários, etc. O objetivo é conquistar cada vez mais o apoio da população para a necessidade de pôr fim ao monopólio da comunicação e à manipulação da informação.

Não faltam temas nem assuntos a serem abordados. Ética e perfil da programação da TV, censura, novo Código de Telecomunicações e de Radiodifusão, escândalo da NEC, política de concessão de canais de rádio e TV. A democratização dos meios de comunicação em nosso país, além de multifacetada, exige de todos nós uma tomada de posição: ou exercemos plenamente o nosso direito de cidadania ou seremos eternamente cidadãos de segunda classe.

Orlando Guilhon é presidente do Sindicato dos Radialistas do Rio de Janeiro, e integra a coordenação do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação.

DE CRÂNIO RACHADO

OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E A MODERNIDADE BRASILEIRA

Jorge Atílio Silva Iulianelli

O grande debate sobre comunicação e cultura no Brasil passa pela discussão das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC). O autor desenvolve uma reflexão interessante sobre o fenômeno dos dias atuais: a indústria cultural — uma indústria de lazer

Ao Pestana e à Aída, pelo papo

A construção da brasilidade durante estas duas últimas décadas (1970-80) foi quase completamente determinada pelas indústrias de imagens televisivas, que contou com duas enormes energias propulsoras: Estado brasileiro e investimento privado — no início, Diários Associados e Globo. A ideologia de Segurança Nacional e um enorme investimento privado construíram um novo setor de produção: o quaternário, responsável pela indústria de lazer e pela indústria cultural.

Um país e muitas perguntas. Do Oiapoque ao Chuí, ouve-se que, no baixo sul da Bahia, prostituta é

chamada de quenga, exceto lá mesmo, onde se chama rapariga. Contudo, certa novela pode reproduzir para todo o País uma palavra como a usada em determinado lugar, com certo sentido. Conhecemos até mesmo a capacidade de os meios televisivos cooperarem na criação e na decadência de um mito nacional, que pode se tornar mandatário do País, que pode iludir a quase todos sobre quase tudo.

Mas, mesmo antes da televisão havia o rádio, outro fator de integração nacional... Os meios de comunicação social sempre estiveram envolvidos na construção da brasilidade. Aqui se entrelaçam diversos



SIMBOLOGIA DO CONSUMO NA TV

A televisão encontrou um parceiro perfeito no computador. As crianças e os adolescentes das classes privilegiadas não apenas estão sendo alfabetizados em português, como também em "televisuais" *cum* computador. Já os menores de baixo repertório econômico e sócio, movendo-se num âmbito de alfabetização estreita e precária, só estão em condições de assimilar um "televisuais" deformado, em que se agigantam os signos do consumo e se apequenam os signos da leitura de um mundo mais amplo. Com isso, sem o filtro crítico de outras mídias — especialmente a mídia escrita — não contam senão com um frágil escudo para defender-se dos raios desferidos pelo *He-Man* do consumismo. E, para muitos, a cartilha em "televisuais" chega antes do que a cartilha em português. Sim, porque você, primeiro, consome signos — e só depois vai atrás do que eles representam.

Fonte: "Rede Imaginária — Televisão e Democracia", Companhia das Letras, 1991, p. 142.

agentes de comunicação: rádio, televisão, imprensa escrita, cinema, teatro, sistemas religiosos, etc.

O que isso significa para um país dividido e desigual como o Brasil? Que efeitos na organização social possuem tais mecanismos? O que significa alienação e deformação das consciências num sistema social que possui uma importante e determinante indústria cultural? Qual o peso que joga a racionalidade instrumental nesse sistema comunicacional industrial? Quais respostas alternativas são suscitadas?

Desigualdade e fragmentação da consciência. Modernização e desigualdade tem sido uma equação não questionada no Brasil. Quase se supõe que o processo de modernização da sociedade brasileira gera desigualdade, o velho e conhecido aprofundamento do abismo entre enriquecidos e empobrecidos. Como exemplo, a terceirização, processo no qual se destroem as grandes estruturas empresariais e sustenta-se o processo de produção em redes de serviços autônomos. Isto supõe, por um lado, o desenvolvimento de novas tecnologias, e, por outro, o desemprego massivo nas grandes indústrias.

Terceirização, no Brasil hoje, significa não a aproximação do País

aos primeiros postos da economia mundial, mas o brutal aumento do exército de mão-de-obra no banco de reservas, que tende a nunca mais se levantar. É sintomático que o IBGE passe a falar de pessoas ocupadas para expressar o antigo índice de população economicamente

FRENI DO CONSUMO

Segundo Eduardo Galeano, autor do livro *As veias abertas da América Latina*, o imperialismo via TV, se resume da seguinte forma: "A telinha nos oferece o sonho da propriedade, o frensi do consumo, a excitação da competição e a ansiedade do êxito, como Colombo oferecia quinquilharias aos índios".

Fonte: JB, 16/6/93

ativa. Não se trata apenas de um processo econômico, mas cultural, político e social. Isto é próprio das sociedades sistêmicas.

É impossível pensar o Brasil como uma sociedade tradicional. Temos tudo tão bem entrelaçado, que é difícil imaginar alguma mudança que não afete tudo. Porém, essa inter-relação não significa unidade inquebrável; na verdade, estamos diante de um sistema que, ao invés de possibilitar a construção de consensos, aprofunda os conflitos. Esse sistema social necessita de mecanismos de comunicação que

Os meios de comunicação social sempre estiveram envolvidos na construção da brasilidade

permitam, por um lado, mantê-lo integrado, e, por outro, construir um consumidor que o reproduza ativamente.

Esquizofrenia cotidiana. Estamos falando de poder simbólico. Há uma capacidade de apropriação, pelos meios de comunicação social, dos códigos de linguagem (comunicação) dos diversos setores sociais. Assim, podem produzir mensagens direcionadas a esses diversos setores. Contudo, mediante diversos códigos veiculam-se mensagens que permitem a manutenção de algumas convenções sociais. Isso possibilita conviver com as es-

truturas de violência do cotidiano, da fome à criminalidade, da falta de habitação às diversas formas de discriminação, e aceitá-las.

Por outro lado, esse poder simbólico cria algo como uma esquizofrenia psicossocial cotidiana. Diariamente são constituídas estruturas significantes contraditórias, que permitem às pessoas exprimirem e captarem sentidos para suas vivências. A dona de casa que assiste novelas da Globo, adora a Hebe e vota no PT porque o filho, professor de Filosofia, indica, não vê contradição alguma entre seus

hábitos. A mesma pessoa pode ser devota de São Benedito e da Escrava Anastácia, e frequentar também a umbanda quando necessário. Isso é a produção do crânio rachado, e talvez possa ser uma das explicações de como esse caldo cultural permite a não-explosão social.

Razão instrumental e razão comunicativa. A indústria cultural é parte do capitalismo, pois não existe sistema econômico sem lazer,

mas religiosos. O neoconservadismo católico, quer na versão da Renovação Carismática, ou de sua ortodoxia, tem primado por assimilar a lógica do mercado comunicacional. Não é por acaso que muitos analistas identificam o Pentecostalismo Autônomo como supermercado de bens simbólicos. Essa explosão de bens simbólicos cria hábitos e comportamentos porque os produzem. A arte reproduz a realidade...

xão, a identidade entre racionalidade e lógica. A questão reside nas lógicas pressupostas por estas produções culturais distintas. Nem toda produção minoritária é regida por uma racionalidade comunicativa, pois algumas delas podem ser completamente colonizadas pela racionalidade instrumental. Na verdade, o que determina a lógica que conduz certa produção cultural é a destinação que possui.

É importante recuperar o conceito *weberiano* de ação social. Toda ação que possui um fim predeterminado é social. Qualquer produção cultural é uma ação social. Algumas conformam a indústria cultural, e outras, não. A indústria cultural não pode ser, contudo, a única condenada pelo processo de bestialização da sociedade brasileira, nem a única responsável pela não-construção de uma consciência cidadã e pela fragmentação das consciências. Há igualmente uma falta de habilidade de comunicação na produção alternativa.

Não cabe aqui iniciar um processo de autocritica da produção alternativa. Mas é preciso insinuar a necessidade de fazê-lo. Ao pensar criticamente, faz-se mister recolocar a questão da dialética massas/minorias. As minorias não têm que massificar seu processo de comunicação, mas incentivar a formação de novas minorias.

Por outro lado, cabe rever a atuação das minorias no interior mesmo da indústria cultural. Parece que caem no vazio os discursos que lêem a participação dos artistas de vanguardas na TV como uma radicalização das propostas de socialização da arte, como o quis, por exemplo, Guarnieri. Mas isto é outra etapa da conversa.

Jorge Atilio Silva Iulianelli é filósofo e integra o Programa de Assessoria à Pastoral do CEDI.

DITADURA ELETRÔNICA

Eduardo Galeano localiza no monopólio do consumo da rede mundial de comunicações uma verdadeira "ditadura eletrônica", da qual é difícil escapar. A capacidade de controle e manipulação de consciências, o poder de gerar uma opinião pública mundial é imenso e é um desrespeito pela diversidade cultural, que é a maior riqueza da humanidade. Mas o escritor não pretende confundir a "faca com os criminosos". A TV para ele, não provocaria devastação qualquer se fosse tratada à maneira de Fellini, "como um eletrodoméstico".

Fonte: JB, 16/6/93

O sistema social necessita de mecanismos de comunicação que permitam, por um lado, mantê-lo integrado, e, por outro, construir um consumidor que reproduza ativamente esse sistema

Mas há também códigos alternativos, criados por minorias que atingem minorias, os quais constroem críticas, constroem belezas. A beleza é também alternativa e diversa. O alternativo é sempre crítico e produz resistência. Por exemplo, na experiência rural baiana, as cantigas de roda falam da vida cotidiana dos jovens, de seus namoros, de suas safadezas... de suas belezas. Isso cria e recria vida.

Essa vivência, transmitida pela tradição oral, se perpetua por gerações, e tem a ver com a estrutura agrária, assim como as tão estudadas festas, devoções e benzeduras. Contudo, o Brasil é um país que possui um índice de urbanização de 80%. Ao mundo urbano falam a TV, o rádio, a telefonia, o vídeo, a informatização... Há produções de vídeos, revistas, etc, para um mercado alternativo, as quais atingem círculos minoritários e são realizadas por minorias.

Assumamos, nesta nossa refle-

sem cultura. O lazer transformado em produto de consumo, contudo, é próprio de determinada racionalidade. Essa produção do lazer recebe os mesmos insumos produtivos que todos os segmentos de produção da sociedade. Há uma razão direcionada pela competência e para a eficácia que a rege. Ou seja, há produção de uma desigualdade igual, ou, melhor ainda, uma igualdade desigual, daí a esquizofrenia.

A produção da indústria do lazer está presente até mesmo nos siste-

COMUNICAÇÃO, POLÍTICA E SOCIABILIDADE: OS PODERES DOS *MEDIA*

Antonio Albino Canelas Rubim

Ao analisar os poderes da comunicação de massa, o autor nos fala da dimensão política e da necessidade de subordiná-la aos interesses da sociedade, vistos como alicerces para a construção da democracia no mundo atual

Críticos ou apologistas dos *media*, em meio às suas inúmeras discordâncias, confluem quase sempre na redução da comunicação à mensagem. Ou melhor, na aceitação da mensagem como o *locus* onde o poder dos *media* habita. Esta concordância de opostos por vezes também acontece na recorrência à noção de ideologia e assemelhados quando se trata de falar acerca dos poderes dos *media*.

Sem dúvida, na mensagem instala-se o poder mais visível, aparente e, por conseguinte, mais fácil de ser percebido e tematizado. A mensagem parece ser apenas a parte exposta de um *iceberg*. O poder dos *media* não transita, perpassa ou realiza-se apenas nesse local de exposição. Cabe, pois, a pergunta: Onde, então, operam os (silenciosos) poderes dos *media*?

Comunicação "mediática". Uma resposta, mesmo que ligeira, à questão exige alguma reflexão sobre a comunicação contemporânea. Torna-se urgente qualificar a comunicação e estar atento à emer-

gência dos *media*. Fala-se aqui de uma modalidade de comunicação datada, inaugurada no século XIX e expandida tentacularmente no século atual. Essa comunicação, nomeada de "mediática", diferente da comunicação interpessoal, compartilha sem troca; torna as coisas comuns sem que aconteça intercâmbio de mensagens ou dos lugares do falante e do ouvinte, como ocorre

mediária, a comunicação, agora conformada como *media*, plasma-se como produção (e divulgação, é óbvio) de bens simbólicos; como "falante/fala" acerca da sociedade; como fabricadora de (inter)mediações; onde e quando os discursos sociais são "re-produzidos", isto é, produzidos novamente pelos *media*, mediante o acionamento de sua "gramática" e olhar determinados.



O mundo está condenado à ditadura da imagem única

na comunicação interpessoal. As mensagens se tornam públicas sem qualquer procedimento dialógico, portanto como produtos completos. Os lugares do falante e do ouvinte também tornam-se intransitivos e são fixados sociologicamente e tecnologicamente. Por meio da fixação e da expropriação constituem-se emissores e "massas".

A comunicação "mediática" deixa transparecer de imediato sua mutação fundante: de mera inter-

Diferente da comunicação interpessoal, indistinta do social e exercida inespecificamente por todos os homens, a comunicação "mediática" destaca-se no social com a "forma(ta)ção" de instituições e especialistas (indivíduos aos quais se exigem/atribuem competências para o exercício da comunicação). Conforma-se um novo campo social: o campo dos *media*. Como qualquer campo social, este congrega instituições e pessoas espe-

Nando Neves / Imagens da Terra

cializadas, mas, diferente dos outros campos, não busca, apenas torna-se visível no social. Antes, tendencialmente monopolizador, promete dar visibilidade à totalidade dos campos sociais. A transparência da sociedade é reclamada como sua meta e transforma-se em seu princípio de legitimidade social, em cristalino e tenso conflito com sua imanente e tendencial lógica monopolizante e seus novos controles sociotecnológicos.

Dimensão simbólica e pública. O tendencial monopólio do ato de tornar público produz não somente poder, mas possibilita o desenvolvimento mesmo de uma nova modalidade do homem ser e estar no

As mensagens tornam-se públicas sem qualquer procedimento dialógico, portanto, como produtos completados

mundo; de uma dimensão (pública) de sociabilidade, em muito distinta da antiga esfera pública "burguesa". Essa dimensão pública, moldada pelos *media*, tem a forma social de um "duplo". Como rede imaginária/simbólica, parece ter vida própria e autônoma, e aparenta estar segmentada do (restante do) social e da realidade, apesar de transpassar na sua "fluida" e (quase) impalpável onipresença a (quase) totalidade da vida na atualidade. Dimensão simbólica, criada e alimentada por intensa manipulação de tecnologias e de uma multiplicidade de técnicas e estratégias de enunciação, a dimensão pública, sempre e necessariamente habitada por imagens visuais e sociais, altera de modo significativo o estar e o ser do homem no mundo contemporâneo. Outra sociabilidade inscreve-se definitivamente em seus

PAÍS DE CORONÉIS DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Entre as várias batalhas que ainda teremos de enfrentar para vivermos em um país democrático, em uma democracia de fato, a batalha por uma legislação que regule a posse e o uso dos meios de comunicação certamente estará entre as mais difíceis, mais duras.

No Brasil, o direito à informação e à expressão da pluralidade de posições que caracteriza uma sociedade democrática não está sendo assegurado, nem o será facilmente.

Observa-se que, ao lado dos obstáculos políticos, existem obstáculos econômicos à liberdade de expressão. As informações, especialmente de interesse social e político, invariavelmente estão vinculadas à opinião/posição dos proprietários dos veículos de comunicação de massa. A ênfase dada a determinadas manchetes, o lugar reservado para alguns assuntos e o seu próprio conteúdo revelam mecanismos de manipulação psicológica e ideológica não suscetíveis ao controle democrático.

Fonte: "Rede Imaginária — Televisão e Democracia", Companhia das Letras, 1991, pp. 295-299.

horizontes, simultaneamente alargados e aprisionados.

Novos lugares de encontro, passagem e realização do poder devem ser iluminados como concernentes aos *media*. O controle ou tendencial monopólio social do ato de tornar público e dar visibilidade aparece como um dos novos momentos de inscrição do poder. A constituição de uma nova dimensão (pública) da sociabilidade, obrigatória na/para a contemporaneidade, sinaliza a presença do poder. A combinação desses dois movimentos configura como poder o controle das modalidades de acesso, trânsito e permanência de entes (individuais ou sociais) na dimensão pública societária. Ainda mais quando se sabe que as regras de ordenamento democrático da sociedade não têm contemplado essa dimensão da sociabilidade.

Para além de instituir uma nova dimensão de sociabilidade — que se agrega à sociabilidade forjada na/pela modernidade — os *media* e seu campo provocam importantes alterações também nos parâmetros delineadores concernentes à sociabilidade conformada na modernidade.

Construir o real. A construção mesma da realidade sofre graves mutações. Construir o real tendo

como origem e suporte a experiência vivenciada em presença, *in loco*, pelos indivíduos e suas circunstâncias já aparece como obsoleto e não satisfatório. Situações não experimentadas *in loco*, mas tão-somente comunicadas à distância (telecomunicadas) tornam-se, em especial quando simultâneas, "vivas", ou melhor, "televividas". A realidade constrói-se pela complexa mesclagem de perceptos provenientes da vivida experiência e da contemporânea "televivência". A distinção entre real e imaginário, tão demarcada em suas fronteiras e produzida pela modernidade iluminista, borra-se em um proliferante jogo de linguagens, interpretações e imagens.

Bem mais radical que a diluição de fronteiras, inscrita nos *media*, atualmente o embriagar tecnológico da quase totalidade de nossas percepções, além do olhar e da audição há muito tempo afetados, viabiliza a mais fascinante, arriscada e extremada possibilidade de "televiver": a "realidade" virtual, cujo paradoxo expressa-se em seu próprio nome.

As percepções e concepções de espaço e tempo, matematizados marcadamente na modernidade, igualmente se alteram. O lugar, transformado em espaço, deixa definitivamente de estar (de)limitado



Rádio — ainda um poderoso meio de comunicação

tura das casas, promiscuamente se mescla na atualidade. Em princípio “lugares” públicos, os *media* invadem os espaços mais privados/íntimos construídos na modernidade, como os quartos.

acima do controle da sociedade, da política — entendida como atividade humana de (bem) gerir a sociedade — e por conseguinte distante e mesmo em oposição franca à realização e aprofundamento em radicalidade da democracia no mundo contemporâneo.

Pelo menos, duas implicações políticas parecem advir desse diagnóstico dos poderes dos *media*. Primeira: a sociedade deve necessariamente buscar modos de colocar os *media* sob seu controle, portanto, de submetê-los à política, pensada como modalidade de gestão democrática da sociedade. A subordinação da comunicação “mediática” e de seus poderes aos interesses da sociedade e, por consequência, sua democratização aparecem como essenciais para a existência e o aprofundamento da democracia na contemporaneidade.

Em segundo lugar, a compreensão do caráter compósito e “mediático” da sociabilidade atual impõe, como decorrência imediata, uma nova concepção de política, a qual deve incorporar a comunicação como um dos seus momentos fundantes. Ou dito de outro modo: a política só se realiza plenamente na contemporaneidade se, e somente se, torna-se efetivamente pública. Os acontecimentos, para realizarem sua dimensão política, devem deter o poder de se “publicizar”, de se impor aos *media*, enfim, de frequentar a dimensão pública pela qual as pessoas “vivem” e constroem a realidade. Também neste caso a comunicação aparece como questão eminentemente política no mundo e Brasil atuais.

VÍDEO POPULAR — UMA ALTERNATIVA

A nova fase da imagem em movimento, via vídeo, nas mãos dos grupos populares, teve seu início a partir de 1982, e contou inicialmente com o apoio de alguns setores da Igreja, de centros de educação popular e de direitos humanos. De modo geral, os realizadores assumem uma trajetória comum: buscar uma linguagem adequada às condições precárias de produção que seja capaz de exprimir a condição crítica da experiência cotidiana de milhares de brasileiros.

No âmbito dos meios de comunicação de massa, os movimentos sociais despendem grandes esforços para conquistar a difusão de suas reivindicações por meio da imprensa, do rádio e da televisão. Fazem da cobertura jornalística um instrumento para sensibilizar o poder público e para ampliar o reconhecimento de suas reivindicações por parte da sociedade.

Fonte: “Rede Imaginária — Televisão e Democracia”, Companhia das Letras, 1991, pp. 295-299.

A dimensão pública altera de modo significativo o estar e o ser do homem no mundo contemporâneo

pelas circunstâncias que permeiam a experiência vivida em presença e pela “revolução” dos transportes, primeiro, e depois da explosão das comunicações, e adquire um caráter planetário. O tempo, já rompido e desenraizado da experiência, em sua feição cronométrica, relativiza-se ao viver em simultaneidade temporalidades distintas, como ocorre nos acontecimentos transmitidos ao vivo de zonas opostas do globo.

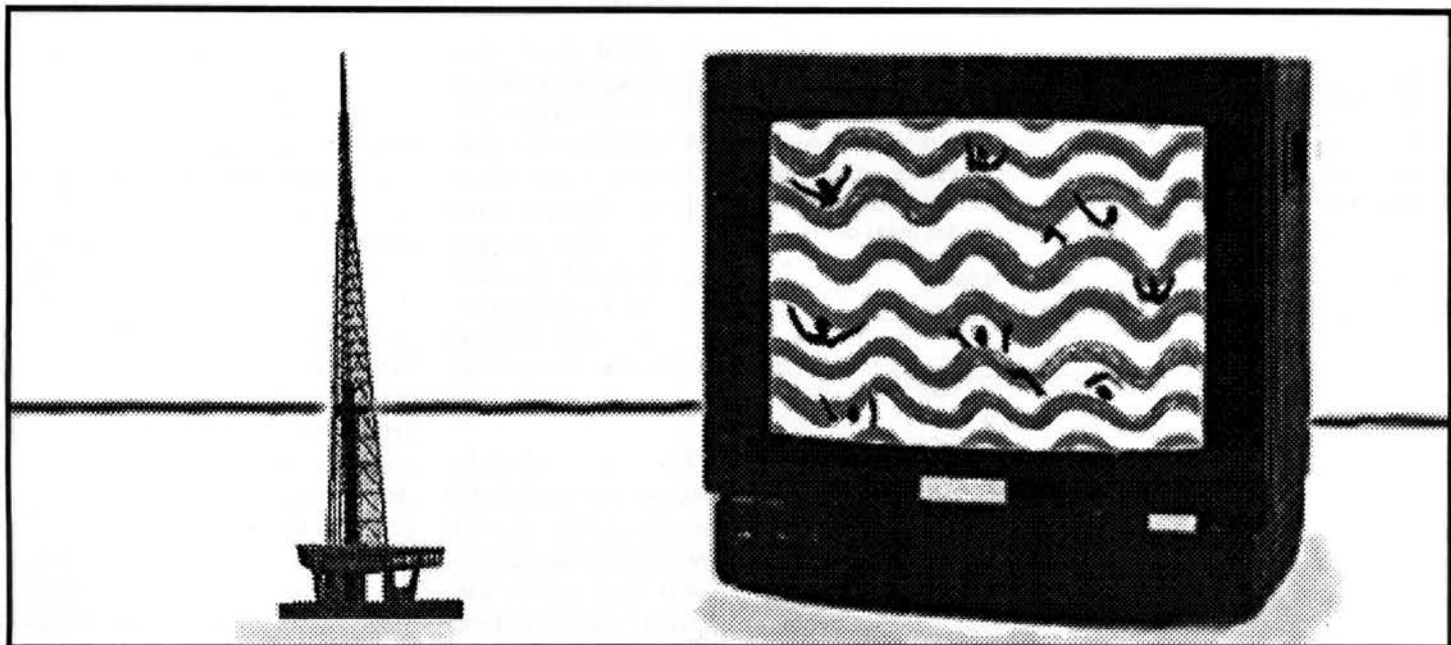
A moderna distinção entre o público e o privado, tão desenvolvida pela modernidade e até mesmo absorvida por campos como a arquite-

Capturados estes espaços pela expansiva rede de “publicização” que os *media* instalam em profusão, eles (dimensão pública) são abarrotados com o privado, com a intimidade. Até a política sofre a invasão desenfreada do privado, via *media*, para legitimar o público. A era Coler foi exemplar neste aspecto.

Poderes dos *media*. Eis, enfim, os poderes (silenciados) dos *media*, para além das mensagens, na sociedade contemporânea. Sua enumeração faz emergir algumas questões políticas fundamentais que devem animar aqueles que dirigem sua atenção e atuação na busca de um modo democrático, ético e justo de gestão da sociedade.

A comunicação aparece como poder autocrático subordinado apenas aos interesses particulares de empresários e políticos. Um poder

Antonio Albino Canelas Rubim é professor do Departamento de Comunicação e do Mestrado em Comunicação e Cultura Contemporâneas da Universidade Federal da Bahia.



MEXA VOCÊ COM A TELEVISÃO

Antonio Fausto Neto

A TV radicaliza o processo de fragmentação da consciência, ou, pelo contrário, o campo da recepção tem meios de construir “estratégias desviantes” aos objetivos do sistema emissor? A questão, entre outras, é refletida neste artigo, o que mostra que, apesar de “massa de manobra”, a sociedade brasileira vem questionando o conteúdo da programação da TV — dominada pela violência e pelo sexo — e que o processo de recepção não é meramente passivo por parte dos usuários sociais, conforme querem alguns

A televisão tem sido objeto das mais variadas reflexões nos mais diferentes espaços da sociedade. Do “senso comum” a teses acadêmicas, passando pelos levantamentos de pesquisa sobre audiência e por considerações pontuais publicadas na imprensa — como os recentes artigos escritos pelo cardeal-primaz do Brasil, dom Lucas Moreira Neves, nos quais responsabiliza claramente a instituição televisiva como agente depredador de valores culturais e morais da sociedade brasileira.

Queiramos ou não, a televisão está no centro de nossas vidas. Seja pelo que suscita em termos de reflexões; seja pelos indicadores estatísticos que informam sobre a disponibilidade desta imensa rede audiovisual espalhada pelo País, mediante estratégias gerenciais centradas em “redes centrais” e “emissoras filiadas”, pelas quais se dá o processo irradiador do “centro para a periferia”...

Até certo ponto, têm razão os apelos contidos nas vinhetas institucionais do tipo “Rede Globo! Vira e mexe, mexe com você!”. Possivelmente, a sociedade não conseguiu ainda construir uma política televisual e cultural efetivamente democrática, no sentido de representar processos de negociação nos quais os grupos sociais — como é o caso de países democráticos — se sintam concernidos.

Se avançamos politicamente na direção de apontarmos o “Norte da Democracia”, ainda que em cima de ‘declarações de intenções’, não somos, porém, um país democrático em termos de comunicação. E não se torna necessário ir muito longe para dar conta dessa pendência. Basta, apenas, lembrar que o controle direto e indireto da malha da comunicação social brasileira está nas mãos de dez ou quinze famílias e/ou associados!

DE OLHO NA TELINHA

O aparelho de TV hoje está presente em 27,6 milhões de domicílios brasileiros, onde moram 74% das famílias do País. E estas famílias têm por hábito assistir televisão durante uma média de seis horas por dia; nos finais de semana, esta média chega a dez horas diárias.

Fonte: Cadernos do Terceiro Mundo, n. 160, abril/93.

A sociedade não conseguiu ainda construir uma política televisual e cultural efetivamente democrática

Campo da recepção. Evidentemente, as vinhetas não podem tudo, mas expressam a lógica dos postulados com que o campo da produção telemidiática se relaciona com a outra ponta da linha, o chamado campo da recepção, ou, como querem outros, os usuários sociais.

As vinhetas são apenas metáforas de um projeto comunicacional que nos coloca — o campo da recepção — na posição de atores, objetos passivos às manobras desenvolvidas pelos “cerimoniais” e “rituais” televisivos. Ou seja: o processo de recepção, segundo a lógica da mídia, é passivo, algo que não é um privilégio da “arquitetura” da televisão brasileira, porque é um traço característico do sistema teleirradiador de mensagens, próprio à modernidade.

Mas o enunciado “Rede Globo! Vira e mexe, mexe com você” deve ser entendido para além daquilo que, pontualmente, deseja a televisão, ao construir a noção de um telespectador imaginado, alguém dócil às manobras da programação. Mexe com a sociedade, ainda que as fórmulas que esta identifica para “explodir” os “modelos alienantes” da tevê estejam relacionados com a simples mudança de conteúdos, como querem uns. Ou, como apre-

hez parte dos cenários dos anos de 1980.

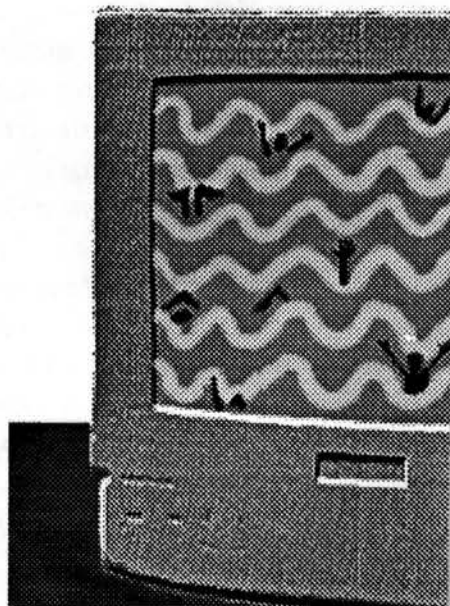
O que a TV faz com a sociedade. As preocupações das sociedades democráticas com a televisão são também contemporâneas da própria emergência desta mídia. Vale destacar algumas características que orientaram as pesquisas sobre a chamada influência da tevê. O mote à questão derivava da pergunta posta, especialmente, pelos cientistas sociais, às voltas com o problema do impacto que certos gêneros e/ou programas tinham sobre a chamada audiência: “O que a televisão faz com a sociedade?”.

Em primeiro lugar, estudos, marcadamente quantitativos, que foram desenvolvidos pela *Research Communication* — de inspiração empirista — tendo como cenário a sociedade norte-americana, procuravam examinar a famosa questão dos efeitos da televisão sobre audiências infantis, especialmente. Partiam de pressupostos teóricos, pelos quais concebiam o processo da comunicação como uma relação de causa e efeito: a determinado estímulo corresponde uma reação. As repercussões desses trabalhos não são relevantes, porque a razão do seu empreendimento se voltava para dar conta de objetivos instrumentais claros: a) a tevê é um instrumento de integração e/ou de desvio dos grupos na sociedade?; b) posicionar os orçamentos publicitários dirigidos para certos programas em função dos resultados obtidos junto às audiências. A partir de resultados tão-somente estatísticos,

goam outros, pela criação/introdução de fórmulas aos postulados comunicacionais vigentes, algo que se traduz pela componente da “Comunicação Alternativa”, cuja reflexão

esses estudos concluíram que a “tevê faz a cabeça das pessoas”, à medida que estas se expõem fisicamente aos programas.

Em segundo lugar, destaca-se um outro cenário, que chega às mesmas conclusões em relação ao ponto de vista empírico. A questão da técnica é, de modo especial, uma preocupação que alavanca as ciências sociais (críticas) nas ressonâncias da Segunda Guerra Mundial. O fenômeno da indústria cultural, via emergência de modernos sistemas de comunicação, recebe uma interpretação apocalíptica por parte dos grandes pensadores, como Adorno — para citar apenas um exemplo. Pode-se dizer que toda a produção das ciências sociais, dos anos de 1960 até o início dos anos de 1980 — voltada para o estudo do fenômeno da comunicação, particularmente da tevê —, é caracterizada pelo embate que reunia “integrados” e “apocalípticos”. Porém, o “pensamento crítico” e uma certa leitura marxista do fenômeno da comunicação fizeram e deixaram escola também na América Latina,



na medida em que aqui encontram conjunturas políticas e culturais extremamente problemáticas. Não é preciso ir longe, mas apenas lembrar que a tevê latino-americana — e a brasileira, de modo particular a Rede Globo de Televisão — nasce no contexto de ditadura e de violência político-cultural que marcaram a América Latina nos últimos 40 anos.

Massa de manobra. A respeito da televisão, este ponto de vista parte de esquemas mecanicistas e determinadores para explicar que a tevê, “por ser um aparelho de Estado”, ou por estar construída num dispositivo no qual a recepção não responde aos estímulos da emissão, nos mesmos moldes agenciados por esta, é um fator voltado à “alienação das massas”. Parte-se — ainda que com um modelo distinto da vertente funcionalista — com a mesma lógica, na medida em que tais pesquisas asseguram que a tevê “faz a cabeça das pessoas”, “alienando-as”, tornando suas “consciências fragmentárias” e, finalmente, “despolitizando-as”. Por essa via, temos que a metáfora da vinheta tem razão, já que o campo da recepção constitui apenas massa de manobra do sistema de produção.

Os interesses pelas condições de recepção da televisão, por parte da sociedade, são bem recentes no campo da comunicação, e mais particularmente no Brasil. Eles nascem pela constatação dos limites apresentados pelos modelos orientadores de pesquisas e, também, pelo fato de que a própria crise no interior das ciências humanas ajuda a pensar, por exemplo, questões como as do sujeito e do objeto, de outras maneiras. Categorias vagas, como emissor e receptor, dão lugar a novos conceitos, entre os quais, por exemplo, o de sujeito. Outras proposições arejam a teoria da comunicação, algumas velhas, mas

que se reatualizam, como a que lembra que “todo sujeito é, ao mesmo tempo, produtor e receptor de discursos”.

A questão é muito simples: se as condições de recepção fossem absolutamente controladas pelo campo da emissão, estaríamos diante de um genocídio cultural. Prevaleceria a noção de “monodiscursividade” em detrimento da circunstância em que todos, por sermos falantes, recebemos as mensagens a nossa maneira, e com elas fazemos conjunto de outras manobras que extrapolam as chamadas imposições do campo da produção.

Ao relativizar o poder onipotente do campo da emissão, a nova orientação da pesquisa não desconhece, porém, as características técnicas e políticas com que a programação televisiva é construída e ofertada. Está claro que o objetivo do núcleo produtor é transformar a recepção em apenas um segmento com as próprias feições do campo emissor. Isso já está contido, por exemplo, nas próprias maneiras com que o campo da recepção é imaginado no próprio projeto discursivo da emissão. Porém, isto não quer dizer que a recepção efetive o projeto enquanto tal. Pelo contrário, é possível que, a sua maneira, a recepção construa, por outros caminhos, verdadeiras “estratégias desviantes”, criando outro sentido àquele da proposição emissora.

Verdadeiras armadilhas. São questões muito novas para todos, especialmente para os pesquisadores que, preocupados em avançar novas formas de compreensão do problema, caem, às vezes, em ver-

dadeiras armadilhas. É o caso daqueles que acham que contra o poder massificador da tevê, há que preparar a recepção para ler criticamente as mensagens disseminadas, como se todo processo de leitura não fosse crítico, no sentido de algo diferencial.

É preciso acrescentar que essa formulação foi desenvolvida a partir de preocupações de instituições confessionais que, às voltas com proselitismos delimitados, viam nessa estratégia novas maneiras de “salvar a consciência do receptor

PSICOSE SOCIAL

Nas palavras do psicanalista Jurandir Freire, o cidadão brasileiro “não só está à disposição da TV, como não tem nenhum outro critério para poder optar”. Os mesmos mecanismos que destruíram a distância entre ficção e realidade destruíram também o terreno dos valores. Numa situação como a brasileira, o fato de a TV mostrar todos os dias a morte como espetáculo faz com que seja atribuído à morte um caráter trivial. “É a realidade da degradação. Você começa a mostrar que a vida não vale. E que a vida não vale porque você começa a formar dois tipos de vida: a dos que merecem viver e a dos que não merecem viver”.

Fonte: Cadernos do Terceiro Mundo, n. 160, abril/93.

*A sociedade pode e
poderá, cada vez mais,
agir sobre a televisão*

contra a enxurrada alienante da tevê... Ou, também, de outros pesquisadores que, invocando a metodologia da “pesquisa-ação” como alternativa para entender o fenômeno da recepção de mensagens, transformam o trabalho de observação em verdadeiras operações de militâncias, organizando às suas maneiras o trabalho de leitura dos outros, regulando-o ao sentido da militância.

A armadilha se situa justamente no fato de que o campo da recepção deixa de ser “massa de manobra” para uma instituição (a TV, por exemplo) e passa conseqüentemen-

te para uma outra esfera; esta não só orienta a leitura, mas age sobre o próprio sistema metodológico, mediante uma pedagogia intervencionista, fazendo com que o sujeito/receptor passe, por conta de jogos ideológicos e institucionais, à condição de objeto de outro campo de produção de discurso.

Para além do que enfatiza a vinheta aludida, o campo da recepção é, sim, mexido pelo aparato receptor. Não se trata apenas do *frisson*, imaginado pelo *tête-à-tête* formulado pela lógica da mídia, mas de

ações especializadas e outros campos se equipem urgentemente, a fim de poderem dar conta desses novos processos de significação.

Desafios. Inevitavelmente, estamos diante de um “que fazer”, para ir mais além do que sugere a vinheta institucional televisiva. Talvez algumas poucas sugestões de ordem prática pudessem potencializar esforços e interesses no sentido de fazer com que o campo da recepção ampliado, pudesse, por seus próprios passos, começar a estudar

as relações com a televisão, para sair desse lugar automatizado. Ficam, pois, algumas sugestões para, quem sabe, serem convertidas em linhas de trabalho:

1. Ações interinstitucionais voltadas para pesquisa sobre a tevê, tratando o campo da recepção a partir

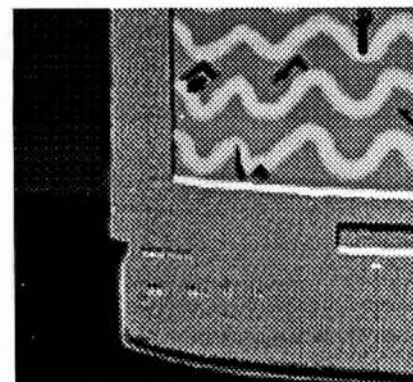
de multióticas oriundas como, por exemplo, dos movimentos sociais;

2. Criar, a exemplo do que acontece no plano de consumo de bens econômicos, associações de telespectadores para pressionar o Estado e outros agentes a respeito das políticas de comunicação;

3. Ações cooperativas com universidades e institutos especializados, com vistas à realização de pesquisas e à formação do campo da recepção, para que ele próprio, a partir de um treinamento teórico-metodológico, possa operar estudos sobre suas relações com a tevê;

4. Pressionar o Parlamento para a criação de programas, financiamentos e grupos de trabalhos que procurem estudar, de forma mais continuada, as relações entre sociedade e TV;

5. Criação de financiamentos espe-



cíficos para projetos de pesquisas que estudem, em larga escala, as relações entre sociedade e TV, a partir do problema das condições de recepção.

A exemplo de outros desafios, os movimentos sociais precisam converter a televisão em objetos de suas respectivas políticas e/ou lutas de pressão. Discutir o formato e conhecer as ações daquela sobre os grupos sociais, a partir da lógica própria do campo da recepção, são questões tão importantes quanto a luta pelo bem-estar material e pelo equilíbrio ecológico, e as ações contra as formas de violência.

Isso é muito mais do que os destemperos verbais de alguns que, ao falarem em nome da coletividade — quando a tevê contraria a moral das instituições que representam — não estão, seguramente, colocando em discussão as questões de fundo. Possivelmente, a tevê será mais democrática, política e simbolicamente, quando os atores sociais resolverem constituir espaços e mecanismos solidários e competentes, os quais sejam capazes, a exemplo de outros empreendimentos pela cidadania, de pensar a tevê a partir de suas lógicas próprias, ao invés de instituições que, sazonalmente, tratam de falar em nome do coletivo. Mostrar que, de fato, a “tevê mexe com você”.

A HORA DE REAGIR

Na opinião do professor e jornalista Adauto Novaes, a permanência da discussão em torno do papel da TV é saudável e imprescindível. Ele defende a criação de mecanismos que regulem a programação das redes, por meio de representações da sociedade civil. “Não creio que uma melhor adequação dos programas aos horários signifique censura. Por outro lado, acho que uma redistribuição dos canais certamente fará com que se estude melhor que combinações pode haver entre a imagem e a palavra. Assim, compreender o que é o caráter educativo da TV vai ficar mais fácil”.

Fonte: Cadernos do Terceiro Mundo, n. 160, abril/93.

Os movimentos sociais precisam converter a televisão em objeto de suas respectivas políticas e/ou lutas de pressão

uma mexida advinda de um conjunto de ações políticas e simbólicas pelas quais a sociedade pode e poderá, cada vez mais, agir sobre a televisão.

Em alguns aspectos, estamos atrasados, pois, como dissemos, não somos um país democrático em termos de políticas de comunicação. Mas há outros sinais emitidos pela sociedade que indicam formas pelas quais ela está mexendo na sua relação com a tevê. Isso exige que pesquisadores, políticos, institui-

Antonio Fausto Neto é professor da Escola de Comunicação da UFRJ.

COMO VER A TV NO BRASIL

Labieno Mendonça

O País possui uma grande e sofisticada rede de comunicações, com centenas de emissoras de rádio, dezenas de emissoras e retransmissoras de televisão, que se utilizam até mesmo de satélite para atingir os mais distantes pontos do território nacional. O autor nos mostra qual é o papel da TV hoje na sociedade brasileira

É natural que surjam questionamentos de diversos setores da sociedade sobre o papel da televisão no Brasil. Existem vários estudos sobre a possível influência exercida pela TV sobre nossa população. Há várias evidências de que, no Brasil, mais que em outros países, a TV desempenha um papel muito importante no universo comportamental brasileiro, e que, nos últimos dez anos, sua participação tem sido decisiva. Tal influência é atribuída desde a mudanças nos usos e costumes regionais às alterações de vocabulário, à redução do hábito de leitura, às interferências no rumo dos principais acontecimentos da nossa trajetória política recente.

Um instrumento do poder. A história da expansão da TV no Brasil está diretamente relacionada à política de desenvolvimento e de estruturação do poder, durante os

mais de vinte anos de regime ditatorial militar de extrema direita (da metade dos anos de 1960 até o final da década de 1980). Nesse período, foram dadas concessões para a exploração dos doze canais de transmissão de TV existentes e montada uma enorme rede de rádio e teledifusão; a expansão do alcance dessas ondas sempre esteve condicionada aos interesses dos grupos que detinham o poder político e econômico.

No início, interesses capitalistas norte-americanos (grupo *Time-Life*), associados ao grupo de empresas liderado por Roberto Marinho, com o apoio dos militares e da parcela mais conservadora da elite empresarial brasileira, fabricaram o fenômeno da TV Globo.

O gigante que desempenha papel preponderante no estabelecimento de uma política de comunicação televisiva no Brasil, com verbas astronômicas de dinheiro estatal, colocou-se a serviço dos militares. Em consequência, começou a ser concebido, produzido e inoculado, a cada segundo, a cada imagem, a cada *plim-plim*, um modelo de "integração nacional", de forma a padronizar a informação na maior área de influência possível. Num país com maioria de analfabetos, a TV passou a ser a fonte de informação e de referência da realidade, e a TV Globo a emissora de maior alcance e audiência.

Muito já se tem falado e escrito acerca do monopólio das grandes redes, sobre o conteúdo das programações, o abuso de cenas de violência, do apelo fácil ao erotismo e à pornografia, do poder de influência da TV no comportamento das crianças e jovens, etc.

Sempre que se aborda esse assunto, toca-se na possível relação de causa e efeito de sua programação na origem de muitos dos problemas nacionais e na possível solução de muitos outros. Mas, até agora, não tem sido fácil separar, para o entendimento do cidadão comum, a causa ou a consequência da TV e sua interferência na realidade brasileira. Se, por um lado, existe um alto padrão técnico que a TV alcançou no Brasil, o nascimento de uma nova escola de dramaturgia que cria toda uma geração de atores e um novo mercado de trabalho, além do desenvolvimento de toda uma produção cultural para ocupar esse espaço de comunicação, técnicos e pessoal especializado; por outro lado, a ideologia que manipula esse gigante que cresce ininterruptamente esteve atrelada a interesses bastante discutíveis. Vinte anos depois, as crianças de 1960 que se tornaram adultos não podem negar que os seus critérios de valores, gosto e preferência não são resultado desse bombardeio diário da TV.

A serpente que devora a cauda.

Nessa relação de dúvida entre causa e efeito se gesta e se desenvolve o anel da serpente que se devora pela cauda. Não se pode afirmar, como querem alguns, que a TV apenas reflete a violência da realidade brasileira em constante mutação, e que também não é apenas ela a principal agente dessa mudança. Entretanto, não resta a menor dúvida de que a utilização da TV no Brasil não somente demonstra a pouca preocupação da classe dominante em promover uma democratização do conhecimento e da in-

ÉTICA NA TV

Manifestando grave preocupação diante do quadro de deterioração da TV em nosso país, bispos católicos do Brasil, participantes da 31ª Assembleia Geral da CNBB, declaram: "Tal deterioração, que de um lado reflete e de outro alimenta a corrupção vigente na sociedade brasileira, está patente em partes substanciais de suas programações.

"Não se justifica nem se pode tolerar a ostentação da licenciosidade em novelas, entrevistas e programas humorísticos de péssimo gosto. Agrava-se quando a exibição de cenas degradantes de violência e pornografia se faz em horários acessíveis a crianças e adolescentes. Declaramos, sem ambigüidade, não desejar o retorno da censura estética, literária e político-ideológica. Propugnamos, sim, para que as redes concessionárias de canais de TV tenham absoluto respeito às normas expressas na Constituição".

Fonte: CNBB, maio/93.

A TV continua a ser utilizada mais como uma instrumento de manipulação e de dominação das massas do que como meio de formação e de educação da sociedade

formação, como também reflete o objetivo claro de implantar uma ideologia consumista, violenta, promotora dos grandes interesses comerciais.

Em todo o mundo, fazer televisão é um negócio de muitos milhões de dólares, sempre financiado pelos interesses políticos que atuam na sociedade, os quais envolvem desde as pesquisas com as novas tecnologias até as instalações das redes e sua alimentação com as programações e produções. Normalmente não é o desejo da evolução da sociedade o motor principal que ativa essa máquina. A TV, tanto a de domínio estatal como a da iniciativa privada, é um instrumento ideológico e de promoção que capta recursos mediante a venda de seu espaço e de seu poder de alcance junto ao público; ela se alimenta de índices de audiência para poder valorizar o preço desse espaço, particularmente para a publicidade e a propaganda.

Consciência e alienação. Nessa busca de audiência, a TV é pressionada para transformar tudo o que transmite numa espécie de "espetáculo" atraente para o público. No entanto, espetáculo atraente não significa necessariamente clareza de raciocínio, qualidade de informação nem conteúdo.

Quando falamos de TV, nos referimos aos interesses que estão por trás e além da capacidade técnica de processar e transmitir imagens: a engrenagem, o sistema que produz, explora, manipula informações, induz comportamentos e tira proveito do seu poder de persuasão. A TV fabrica imagens e penetra nos lares, como intrusa desejada, gratuita e atraente, para todas as faixas etárias da população, em sua maioria despreparadas para ter distanciamento crítico das mensagens que recebem. Falamos de alianças políticas que orientam a seleção e as abordagens das notícias nos telejornais, de objetivos de promoção e vendas dos produtos anunciados nos comerciais, de interesses da classe na concepção dos dramas e na caracterização dos personagens e de venda das peças de entretenimento. Ainda, e muito especialmente, explicitamos os poderes de propagação de crenças e credos, de doutrinas e religiões, e na possibilidade que a cada vez mais é dada à comunicação televisiva de atingir, manipular e influenciar grandes contingentes populacionais.

Assim, sob a capa de promover consciência é mais comum promover alienação. Em vez de incomodar com propostas revolucionárias de mudanças, é mais proveitoso anestesiá-las com doces efeitos ilusórios.

Informação e democracia. Em determinado texto sobre comunicação, havia a seguinte afirmação: "Sem informação não há democracia". Mas somente a pressão da sociedade, organizada em movimentos sociais, poderá questionar a atual ordem da informação, de forma que se possa discutir a tão falada democratização dos meios de comunicação.

Nesse sentido, discorrer sobre a maneira com que devemos ver a TV significa que temos que entender as regras dessa engrenagem, nos avaliar enquanto público-alvo das mensagens, educando-nos a ver, por detrás das belas imagens, até onde somos manipulados e persuadidos. Além disso, é fundamental descobrirmos quais os verdadeiros interesses que nos transformam de possíveis produtores ativos de ações políticas e culturais em passivos consumidores dessa barafunda eletrônica que nos anestesia e nos silencia.

Somente depois que conseguirmos olhar para além da telinha luminosa e perceber a violência e o fascínio desse "Quarto Poder", poderemos questionar o papel de comunicadores, donos de meios de comunicação, empresários anunciantes, novelistas, publicitários brasileiros e de todos os que nesse meio atuam, recriando e reprocessando a realidade. No desejo voraz de criar sucesso e impacto, de vender determinado produto ou serviço, induzem a comportamentos totalmente alienados e alienantes, particularmente em crianças e jovens. Hipnotizados por imagens de lindas mulheres nuas; de jovens esportistas sensuais; de cenas glamourosas em romances apaixonados.

Nem por isso nossa vida melhora ou chegamos a ser felizes. As crianças não chegam a ter a chance de viver o sonho. Muitas morrem de fome ou por falta de assistência médica, quando não são abatidas pelos grupos de extermínio. Nos

TVs SE ESPALHAM PELO PAÍS

As emissoras de TV cada vez mais estendem seus tentáculos para alcançar todos os públicos espalhados pelo Brasil. São as redes nacionais. Juntas, elas cobrem praticamente todo o País, e só não estão crescendo por falta de novas concessões de canais para TV. Para que uma emissora consiga montar a infra-estrutura necessária e chegar a todos os cantos do Brasil é preciso obter elevados índices de audiência, o que significa alto faturamento.

Fonte: Tela Viva, dezembro/92.

milhões de barracos, em centenas de favelas, do Oiapoque ao Chuí, onde se abrigam também a fome, o desemprego e a miséria, bocas desdentadas sorriem para a telinha luminosa da realidade fantasiada. A "laranja mecânica" exerce a sua violência com o fascínio do sabor de creme dental com flúor e muitos acham uma maravilha, sem sentir o mau cheiro de uma realidade que apodrece junto com a laranja.

Meio de libertação ou de alienação. Quando a TV nos tiver libertado (duvido que os donos das emissoras o desejem); se um dia ela servir para tal; e se pudermos exercer o nosso poder de opção, recusando a manipulação de que somos alvos; teremos então a certeza de poder reagir à importação de comportamentos, aos colonialismos culturais e aos milagres diariamente anunciados como solução para o dia seguinte. Poderemos questionar programações em que há excessivo uso de cenas, em que a violência banaliza a vida, principalmente nos horários de programas infantis, desde os desenhos animados até os filmes de trama policial para adolescentes, passando até mesmo pelas histórias escabrosas das telenovelas. Reagiremos contra a crescente falta de conteúdo dos programas de auditório. Negaremos programas humorísticos cada vez mais grotescos que celebram a estuprificação dos espectadores. Denunciaremos as multinacionais da música que impõem modismos musicais, criam gêneros, exploram consumos meteóricos e depois os destroem, substituindo por outros, impõem a ditadura do espaço promocional, abafando e calando milhares de artistas nacionais de grande qualidade. Poderemos, então, entender o poder da TV em impor padrões estéticos e artísticos, homens ou empresas que detêm concessões de redes e que atrelam seus privilégios aos interesses de grupos polí-

ticos, os quais criam, elegem e, quando querem, destroem candidatos, determinam programas noticiosos, pesquisas estatísticas, entrevistas e debates, manipulam dados e fabricam opiniões.

Na área de teledramaturgia — com a TV Manchete se esborando em dívidas, o SBT achando mais lucrativo comprar novelas mexicanas do que produzir —, a Globo constitui a única alternativa, tanto como mercado de trabalho para os profissionais como impositora de sua vontade e de seu padrão artístico, estético, moral, dramático e de produção. Somente no mercado publicitário de TV, avaliado em US\$ 1 bilhão (1991), a Globo deteve 67% (o SBT, 14%; a Bandeirantes, 9,5%; a Manchete, 7; e a Record, 2,5%). Hoje, estes e outros grupos brigam pelas autorizações de exploração de TV a cabo e por assinatura.

Nos programas de auditório, se promovem os artistas e os próprios programas da emissora; nos concursos, a maioria dos testes gira em torno da própria programação da TV. Assim, com a crise econômica e o baixo poder aquisitivo, a população tem na TV sua fonte de distração e entretenimento, consumindo sua programação e reduzindo sua própria cultura à dessa programação. Com isso, a grande parcela da população somente se espelha na mistificada imagem da televisão.

Em outra matéria publicada pela revista "Cadernos do Terceiro Mundo" (n. 160, abril/93) sobre os novos rumos da TV, de autoria da jornalista Patricia Terra, o fundador e ex-diretor da Rede Globo, Walter

Clark, afirma: "Há uma absoluta falta de responsabilidade e vergonha na maneira de fazer televisão no Brasil. Apelando para a fórmula fácil a Globo está acabando com a TV do País".

Um dado alarmante é que a Globo impôs de tal forma o seu padrão técnico, estético e artístico, que é imitada pelas demais emissoras, de forma a não serem rejeitadas pelo público. Com isso, à medida que crescem os efeitos visuais, os truques de animação eletrônica e os efeitos sonoros de *plins*, de *zins*, de *tuns*, decaem de conteúdo e de qualidade informativa as emissões, transformando a telinha luminosa num grande caleidoscópio colorido no qual desastres ecológicos, crimes hediondos contra a pessoa humana e vitórias olímpicas são mostrados num mesmo clima, confundem a realidade e hipnotizam o público; enquanto isso, a juventude cara-pintada, que participa do espetáculo, fica sem saber se é personagem, coadjuvante ou figuração na geléia televisiva da realidade.

No meio desse *Rollerball* eletrônico, a justiça deve ser feita. Existe uma experiência que se destaca pela simplicidade e pela qualidade de sua programação: a TV Cultura de São Paulo, a despeito de todo o compromisso com a engrenagem política do governo estadual, consegue fazer um trabalho no qual a seriedade informativa e o nível cultural buscam padrões aceitáveis e dignos de um país sério e honrado. Ainda pode haver esperança.

Labieno Mendonça é coordenador do Setor de Imagens do CEDI.

ISMAR DE OLIVEIRA SOARES

“NÃO HÁ COMUNICAÇÃO SE NÃO HOVER SEDUÇÃO”

Entrevista a Flávio Irala

Para o professor Ismar de Oliveira Soares, presidente da União Católica Latino-Americana de Imprensa e assessor da equipe de reflexão do Setor de Comunicação da CNBB, “comunicação é mais do que simplesmente dar eco ao sermão que se pronuncia no púlpito, sem que se leve em consideração a ambigüidade da sociedade moderna e as novas linguagens dos meios massivos”. Em entrevista à Tempo e Presença, ele analisa a relação das igrejas e da sociedade com os meios de comunicação de massa

Qual é a situação dos meios de comunicação social no País?

A sociedade vive, nestes dias, momentos de tensão e de debates em torno da dimensão da comunicação social no Brasil. O fato emergente é a crise da TV Manchete, que gerou uma discussão em torno da legislação das concessões de canal de rádio e televisão. Isso ocorre quando setores da sociedade — por exemplo, o Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — se manifestam contra os exageros da televisão brasileira no que se refere à violência e à pornografia. Simultaneamente, foi lançado um grande movimento para colher assinaturas em favor do projeto de lei do deputado Zaire Rezende (PMDB-MG), que está tramitando no Congresso Nacional. Esse projeto traz uma proposta de democratização da comunicação no País.

Por outro lado, os meios de comunicação buscam legitimar-se. A TV Globo, por exemplo, lançou um comercial em que mostra como foi importante o seu papel na luta pelo *impeachment* do Collor. Foi uma tentativa de responder às críticas que se lhe faziam sobre o seu verdadeiro papel na sociedade, principalmente as que a apontavam como responsável pela ascensão do Collor. Os jornais da

grande imprensa também querem se legitimar, apontando-se a si mesmos como os responsáveis pela correção de rumos no País, principalmente a partir das denúncias de corrupção que fizeram.

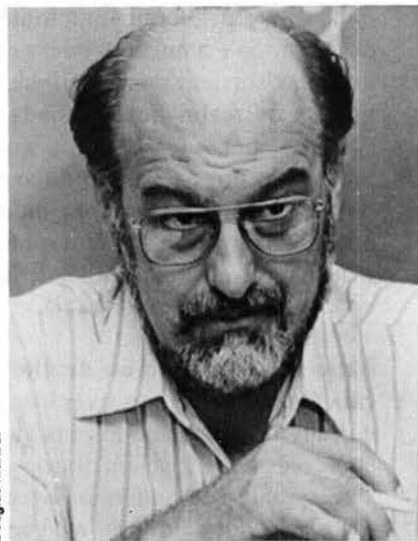
O que se constata hoje em dia é que os meios de comunicação efetivamente exercem um grande poder e estão cada vez mais concentrados nas mãos de poucas pessoas, de poucas famílias. Além disso, funcionam sob uma legislação muito omissa, que não permite qualquer controle da sociedade sobre eles. Não só como distribuidores de notícias, mas também como grupos que acabam até manipulando a própria política nacional.

Até que ponto procede a crítica de que os meios de comunicação foram capazes de eleger um presidente?

Existe uma tentação de se afirmar o poder dos meios de comunicação como um elemento isolado dos processos culturais, sociais e políticos. Na verdade, quando se afirma que os meios de comunicação são poderosos, afirma-se também que esse poder é oriundo da própria estrutura social, da própria sociedade que está lhe conferindo esse poder.

Tem-se observado nos últimos decênios uma mudança nas próprias relações sociais. O poder dos meios de comunicação está exatamente no fato de a sociedade atribuir um grande espaço na consciência das pessoas às imagens que se produzem a respeito dos acontecimentos. As imagens passam a valer mais do que os próprios acontecimentos. Nesse sentido, o poder da comunicação — e dos meios eletrônicos de comunicação principalmente — emerge da própria natureza da cultura moderna, que privilegia a imagem ou o relato ao próprio fato originário.

Vamos retomar a questão do poder. Novos estudos de recepção tentam relativizar um pouco a influência dos artistas, dos programadores e dos proprietários de televisão sobre o público, ao afirmar que, na verdade, quem influencia os proprietários dos meios de comunicação, os programadores e os atores é o próprio povo, na medida



Douglas Mansur

em que a cultura popular é assumida pelos meios de comunicação. Caso contrário, os meios de comunicação não teriam a audiência que têm. A capacidade que tem um canal de televisão de atrair o público está muito mais relacionada com a capacidade de seus próprios produtores de captarem a realidade do País e dos grupos sociais do que do poder eletrônico que possui.

Alguns autores afirmam que a televisão passou a exercer o papel de uma nova religião. À medida que ausculta os anseios populares, ela consegue identificar as funções coletivas da sociedade e transformar isto em narrações, em ficções, de maneira a atrair a atenção do público, fazendo com que este acabe se identificando com sua programação. Portanto, o poder de um canal de televisão está na capacidade de sua equipe de perceber a realidade em que vive o País, os sentimentos que o comovem em determinados momentos. Aí está um dos grandes confrontos entre o sistema de produção de imagens e sons, que é a televisão, e outros sistemas de produção de imagens e estilos, que são as igrejas. Existe um confronto muito sério que precisa ser estudado e discutido.

E quanto à crítica de que a abordagem que a televisão faz dos temas populares geralmente é superficial?

Este assunto precisa ser analisado da seguinte maneira: as igrejas tendem a examinar a comunicação a partir da racionalidade, enquanto o povo percebe os meios de comunicação a partir da emotividade. As pessoas vivem de uma forma muito intensa a sua parte emocional e as contradições de vida. Os meios de comunicação, principalmente a televisão, exploram justamente esse lado emocional e as contradições das relações sociais. A televisão não está tão preocupada com a lógica dos acontecimentos; quer simplesmente envolver a cada segundo o telespectador a partir das contradições que ele está vivendo no dia-a-dia. O confronto aponta para a necessidade de o público receptor receber maior incidência do sistema educacional e do sistema religioso, para que tenha condições de fazer uma leitura adequada da produção cultural. Somente dessa forma é que ele terá condições de avaliar a produção veiculada.

Como as igrejas estão utilizando os meios de comunicação?

De início, houve um grande deslumbramento das igrejas cristãs quanto aos meios massivos. Eles passaram a representar uma grande esperança de difusão da mensagem cristã em larga escala. Durante decênios, os documentos das igrejas apontaram para a necessidade de usar os meios de comunicação da mesma maneira que se usam armas para combater o inimigo: armas contra armas. Observa-se então que a Igreja sempre teve uma visão bastante utilitária do fenômeno da comunicação social. Nos últimos anos, temos quase que um *boom* no processo de

utilização dos meios de comunicação pelas igrejas, não só as igrejas evangélicas clássicas, mas principalmente os novos movimentos religiosos. Eles souberam se aproveitar dos meios de comunicação para marcar presença na sociedade.

No caso da Igreja Católica, nos últimos anos, a presença dos meios massivos se tornou bastante forte. Ela descobriu que a televisão tem uma linguagem própria, também utilizada pelas denominadas seitas, que deve ser aprimorada a partir, naturalmente, dos seus pressupostos. Exemplo disso é a programação desenvolvida pela Associação do Senhor Jesus, de Campinas, que chega em mais de trinta canais de televisão do País. Um outro grupo tem um programa no SBT que se chama "Palavra Viva". As propostas dos dois grupos diferenciam-se bastante: a do "Palavra Viva" tenta trabalhar a partir da ficção, a partir de histórias, que é a linguagem da televisão, enquanto a da Associação do Senhor Jesus ainda parte da verdade dogmática e da pregação. De qualquer maneira, são duas experiências de utilização da televisão pela Igreja Católica na tentativa de ocupar espaço nesses meios massivos.

Como o rádio tem sido utilizado, tendo em vista que uma pesquisa recente diz que há cerca de 3 mil emissoras no País?

O documento de Puebla, de 1978, fala da opção da Igreja pelos pobres. Acontece que os pobres optaram pelo rádio, e a Igreja se esqueceu de fazer essa opção. Ultimamente é que a Igreja Católica tenta ampliar seu espaço radiofônico mediante a criação de uma rede de emissoras. A Rádio Aparecida encabeça essa iniciativa de formação de rede, e acaba de alugar um canal de satélite.

Em geral, as igrejas cristãs não desenvolvem uma política de comunicação adequada aos tempos modernos. A Igreja Católica tem 250 emissoras de rádio, e as igrejas evangélicas, outro tanto. Conjuntamente representam a maior força radiofônica do País. Assim, o rádio poderia representar, no Brasil, o grande espaço de trabalho ecumênico das igrejas. O que acontece é que os cristãos não têm sabido, primeiramente, utilizar a linguagem radiofônica e, em segundo lugar, articular-se em cadeias, exigência da radiofonia moderna para um trabalho adequado às necessidades das igrejas, do povo e do País. Cada pastor, cada padre, cada diocese tenta desenvolver o seu pequeno projeto radiofônico. Alguns imaginam o rádio como simplesmente um alto-falante para o seu sermão pregado no púlpito; outros, por questão de sobrevivência, produzem uma radiofonia muito semelhante à comercial.

Os pobres optaram pelo rádio, e a Igreja se esqueceu de fazer essa opção

Têm havido esforços no sentido de possibilitar aos cristãos uma leitura crítica dos meios de comunicação. Que resultados isso tem dado?

Nas igrejas, a preocupação com a recepção crítica dos meios massivos é bastante antiga. Já na época do cinema mudo houve tentativas de trabalho nesse campo. Ultimamente, alguns esforços têm sido feitos no sentido de sistematizar o trabalho de educação para a recepção.

Há três grandes vertentes nesse processo: a moralista, a culturalista e a dialética. Predomina a vertente moralista, pela qual as igrejas olham os meios de comunicação como transgressores dos princípios evangélicos e da moralidade pública. Dessa forma procuram oferecer aos cristãos alguns parâmetros de juízo ético para análise dos meios massivos e transferir isso para os programas das escolas dominicais, para a catequese, convidando os próprios receptores até a desligarem os aparelhos ou desenvolvendo campanhas contra a programação veiculada.

A segunda vertente dos programas de educação, a culturalista, surgiu a partir de pesquisas de natureza psicológica que falavam do impacto da televisão sobre o comportamento das crianças, e começou a desenvolver, em todo o mundo, principalmente nos países do Primeiro Mundo, programas em colégios públicos e particulares para ensinar as crianças como funcionavam os meios massivos. O que esse grupo de educadores imagina é que esse conhecimento permite que as crianças sejam críticas diante dos meios massivos.

A vertente identificada como dialética defende que a educação do senso crítico deve permitir que o próprio receptor se confronte com os meios de comunicação a partir de sua própria situação como classe social, como sexo, como membro de uma igreja. A partir desse lugar social, político, econômico, religioso, a pessoa passa a examinar as suas relações com os meios massivos.

Há um crescente interesse do sistema educacional e do sistema religioso pelos projetos de educação do senso crítico, cada qual partindo de um pressuposto de natureza moral, cultural ou dialética. Os resultados desse processo hoje podem ser observados, por exemplo, na mobilização que se vem fazendo, de forma crescente, por políticas mais democráticas de comunicação no País.

Outra forma de atuação da Igreja ante os meios de comunicação tem sido a crítica aos programas radiofônicos que exploram de maneira sensacionalista os temas da violência urbana, do tipo Gil Gomes, Afanásio Jazadji, Wagner Montes. Como o sr. analisa essa crítica?

Ela deve ser examinada também à luz da questão cultural. Uma análise mais profunda da relação dos ouvintes com essa programação aponta para pessoas de bem. São trabalhadores, donas-de-casa, pessoas cumpridoras de seus deveres, mas que gostam de ouvir esse tipo de relato, uma vez que são relatos muito vivos, apresentados a partir de uma literatura popular, com uma entonação que agrada aos ouvidos populares. Na verdade, a população acaba absorvendo essa radiofonia como parte das narrativas de histórias que as pessoas gostam de ouvir. Se alguns críticos, educadores, religiosos, vêem esses programas como manipuladores ou inadequados, este não é o juízo dos radiouvintes que lhes dão audiências.

Estamos diante de um fenômeno cultural que tem que ser analisado a partir de vários referenciais. O aspecto ético-religioso deve ser colocado do lado daqueles sociológicos, antropológicos. O que se propõe é que esse tipo de programação seja objeto de discussões nas escolas dominicais, na própria catequese, para que o radiouvinte tenha condições de discuti-la, confrontando com as conclusões de outros referenciais que possam ser apresentados. Encontramos vários programas radiofônicos religiosos que tentam usar o mesmo mecanismo e o mesmo ritmo dos programas policiais. Isso aponta para um fenômeno da cultura moderna que é necessário ser examinado sem preconceitos também pelos evangelizadores.

Que programas são esses?

Alguns programas que são transmitidos pela manhã, os quais falam gritando e contam milagres. A própria narração dos milagres feitos pelos pastores com as pessoas gritando "Aleluia" é ouvida com frequência. O ritmo usado pelos pastores é muito semelhante ao de Gil Gomes, que narra histórias e permite ao povo que participe. O que acontece com essa programação é a imaginação em ação, participativa, quer pela linguagem usada, quer pela proximidade do fato, quer pela própria possibilidade de a pessoa estar envolvida em histórias semelhantes.

Por que as igrejas mais tradicionais não têm sabido seduzir as grandes platéias?

Esta é uma questão central. A civilização chamada pós-moderna é justamente baseada na sedução. Temos aí o universo da publicidade que gera a economia moderna, a qual, por sua vez, gera o mundo moderno. A publicidade efetivamente não quer o produto, mas vender a imagem dele, a fim de que as pessoas se seduzam pela imagem e, como consequência, o comprem. No caso das igrejas, há um fenômeno interessante: a parte das igrejas que se iden-



As igrejas tendem a examinar a comunicação a partir da racionalidade, e o povo a partir da emotividade

tificar como profética terá alguma condição de se comunicar; a que se identificar como institucional terá muitas dificuldades. Encontramos figuras como Martin Luther King, madre Tereza de Calcutá, dom Hélder Câmara, por exemplo, que se caracterizaram por ter grandes audiências, porque tiveram carisma e foram profetas.

Os continuadores seriam os que apresentam condições de seduzir as grandes platéias, justamente pelo profetismo que representam. Este profetismo está carregado de uma grande sintonia com os sentimentos da massa, embora nem sempre de ortodoxia. Consegue transferir para as massas mensagens simultaneamente muito simples e muito fortes.

Pastores e padres que têm a obrigação de reproduzir o pensamento de uma instituição incorrem num grande problema de comunicação chamado redundância. A redundância é o grande ruído, o grande obstáculo da comunicação. Nesse caso, sentimos quão grande é a dificuldade dos eclesiásticos, dos grandes chefes religiosos de se comunicarem quando se apresentam na televisão ou no rádio. Alguns conseguem até criar signos novos. É o caso do próprio João Paulo II: o fato de ele, ao chegar em qualquer parte do mundo, ajoelhar-se e beijar o chão, na verdade é uma grande jogada de marketing, porque produz um signo novo. Hoje em dia, esse sinal já não tem grande significado, mas no início conseguiu captar a atenção do mundo.

O certo é que não há comunicação se não houver sedução. É claro que muitas pessoas sempre entenderam, ou gostam de entender, a sedução como manipulação. Essa é uma visão racionalista do processo de comunicação, e as igrejas têm o vício de observar o mundo apenas pelo viés da racionalidade. Em nosso caso, as pessoas são seduzidas pelas histórias. Essa é a raiz do teatro, desde a mais antiga era. O que o próprio Jesus Cristo fez foi contar histórias, as parábolas. Todo aquele que teima em evangelizar com longos raciocínios dogmáticos encontra sempre obstáculos tremendos de audiência. As histórias narradas são sempre a fonte primeira de comunicação. Precisam, por isso, ser contadas com o mesmo calor do acontecimento. É isso que distingue um grande comunicador de um magistrado ou de um filósofo.

Como o sr. vê a tentativa das igrejas para organizarem redes de televisão e de rádio?

Existe, no momento, a tentativa de construção de uma rede de televisão, organizada por um grupo de leigos de São Paulo, com o apoio de bispos da Igreja Católica. Essa rede seria uma alternativa para os telespectadores paulistas e para o Brasil, porque a intenção é fazer uma rede nacional de televisão. Estou curioso para ver a experiência sendo levada ao ar para depois observar qual será o comportamento dos produtores e dos próprios receptores. Essa curiosidade se deve ao fato de que as próprias TVs educativas, durante um bom tempo, procuraram se distan-

ciar das televisões comerciais, por motivos de natureza econômica, mas também por entender que a produção educativa deveria ser feita de uma forma bem diferente daquela. Depois, as televisões educativas passaram a entender que as comerciais haviam avançado em conteúdo e que poderiam até ser imitadas. Hoje em dia boa parte das TVs educativas produz sua programação a partir de alguns padrões já estabelecidos pelas TVs comerciais.

Pensando hipoteticamente, nessa rede católica haveria condições de que temas referentes a liberdades individuais, como homossexualismo, aborto, fossem discutidos sem preconceitos?

Se olharmos para a prática passada, veremos que certamente não haveria. As revistas e os jornais católicos no mundo inteiro sofrem um controle muito direto da própria hierarquia. No último congresso da Ucip (União Católica Internacional de Imprensa), realizado em Campos do Jordão, os jornalistas fizeram uma manifestação contra deliberação do Vaticano que tentava controlar a liberdade de imprensa dentro da Igreja. A moção colocou até mesmo dois documentos do próprio Vaticano em confronto um com o outro. Os jornalistas católicos, em sua maioria leigos, contestaram um dos documentos da Congregação para a Doutrina da Fé da Santa Sé que restringia a liberdade de informação do jornalista católico. Portanto, é uma situação contraditória a que vive a Igreja. Temas como os citados dificilmente são tratados de forma mais liberal ou que permitam pontos de vista contrários. Em geral, as revistas e os jornais católicos assumem o ponto de vista oficial ou simplesmente nem tratam do tema. No caso, podemos imaginar que se uma televisão católica viesse a abrir espaço para um debate dessa natureza, sofreria muita intervenção, não de autoridade local, mas de autoridades superiores. Essa é uma questão muito séria.

Para concluir, podemos dizer que efetivamente a Igreja terá muita dificuldade em lidar com o fenômeno da comunicação moderna, principalmente com a televisão, se ela continuar a se manter rígida em sua visão. Afinal, comunicação é mais do que simplesmente dar eco ao sermão que se pronuncia no púlpito, sem que se levem em consideração a ambigüidade da sociedade moderna e as novas linguagens dos meios massivos.

Flávio Irala é jornalista, pastor da Igreja Episcopal de Comunhão Anglicana e ex-editor de arte de TEMPO E PRESENÇA.

Evangelizar através de longos raciocínios dogmáticos encontra obstáculos de audiência

AS ONGs E O DESAFIO DA COMUNICAÇÃO

Fernando Sá

Apontar um caminho, entre tantos, para que as ONGs brasileiras "levantem" uma política de comunicação que possa ser instrumento eficiente para a ocupação do espaço público, é o tema central do artigo

Não queremos dar receitas acabadas. Antes disso, queremos deixar algumas pistas para nossa ação e/ou reflexão nesse campo privilegiado da luta política em todo o mundo e, particularmente, em nosso país.

Vamos tentar emprestar à atividade de comunicação das ONGs algumas das qualidades que dizem ser característica diferenciadora da sua ação política, mas que raramente aparecem nos seus produtos de comunicação. Para isso, nos valem da ajuda providencial do excepcional escritor Italo Calvino.

Valores literários. Em 1984, Italo Calvino foi convidado pela Universidade de Harvard a proferir as *Charles Eliot Norton Poetry Lectures* — um ciclo de seis conferências que se desenvolvem ao longo do ano acadêmico. Essas conferências dizem respeito a qualquer espécie de comunicação criativa (literatura, música, pintura, etc) com escolha inteiramente livre do tema. Calvino resolveu escolher alguns valores literários que mereciam ser preserva-

dos ou desenvolvidos no curso do próximo milênio: leveza, rapidez, exatidão, visibilidade, multiplicidade e consistência.

Lamentavelmente, Calvino faleceu quando estava prestes a embarcar para Cambridge e só tinha escrito cinco das seis conferências previstas. O texto dessas conferências foi publicado com o título "Seis propostas para o próximo milênio", no qual o autor fala de valores e qualidades tanto da literatura quanto dos produtos da indústria cultural como o livro, por exemplo: "O milênio que está para findar-se viu o surgimento e a expansão das línguas ocidentais modernas e as literaturas que exploraram suas possibilidades expressivas, cognoscitivas e imaginativas. Foi também o milênio do livro, na medida em que viu o objeto-livro tomar a forma que nos é familiar. O sinal, talvez, de que o milênio esteja para findar-se é a frequência com que nos interrogamos sobre o destino da literatura e do livro na era tecnológica dita pós-industrial".

Tomaremos emprestado de Calvino as qualidades e os valores por ele destacados para a produção literária e as emprestaremos a uma atividade mais abrangente. Sabemos que estamos longe da originalidade, mas o que nos consola é estar em tão boa companhia.

Leveza. Ao falar de leveza, Calvino dizia ser necessário que se fizesse uma oposição entre peso-leveza, e o seu argumento era a favor da leveza.

Cada ramo da ciência, em nossa época, parece querer demonstrar-nos que o mundo repousa sobre entidades sutilíssimas — tais as mensagens do ADN, os impulsos neurônicos, os *quarks*, os neutrinos que vagam pelo espaço desde o começo dos tempos...

Em seguida vem a informática. É verdade que o *software* não poderia exercer seu poder sem o peso do *hardware*; mas é ele que comanda e age sobre o mundo exterior e sobre as máquinas, as quais existem apenas em função dele, desenvolvendo-se de modo a elaborar programas de complexidade cada vez mais crescente.

A segunda revolução industrial, diferentemente da primeira, não oferece imagens esmagadoras como prensas de laminadores ou rios de aço, mas se apresenta como *bits* de um fluxo de informação que corre pelos circuitos sob a forma de impulsos eletrônicos. As máquinas de metal continuam a existir, mas obedientes aos *bits* sem peso.

Uma ONG, para entrar no próximo milênio, obrigatoriamente terá que contrapor leveza-peso na escolha de seus produtos de comunicação; estar atenta ao pesadume, à inércia, à opacidade — qualidades que se aderem imediatamente a qualquer produto quando seu autor não encontra um meio de fugir a elas.

A opção pela leveza do pensamento não deve ser o desvio da frivolidade, ao contrário, deve fazer a frivolidade parecer pesada e opaca. A leveza está associada à precisão e à determinação, e nunca ao que é

A VERDADE VOS LIBERTARÁ

Em Assembléia Geral Ordinária, realizada nos dias 11 e 12 de junho/93, a Coordenadoria Ecumênica de Serviço — CESE, com sede em Salvador/BA fez a seguinte declaração (trechos):

“A CESE denuncia a dinâmica de uma comunicação onde tudo é transformado em mercadoria para alimentar a escalada produtiva dessa máquina tão grande, fascinante e voraz; quando tudo se transforma em objeto de produção e consumo, sem limites: corpos, corações, mentes, emoções, sentimentos, gestos de grandeza e de baixeza.

“Diante dessa situação preocupante, a CESE, fundamentada no Evangelho de Jesus Cristo, e a partir dos seus compromissos com a vida e a verdade, conclama as Igrejas, seus membros, os vários segmentos da sociedade brasileira e os próprios meios de comunicação social a:

“1. Identificarem e denunciarem os mecanismos socioeconômicos, políticos e culturais que sustentam o atual modelo de comunicação e perpetuam as injustiças na sociedade.

“2. Lutarem pela humanização dos meios de comunicação a fim de que as relações humanas estejam baseadas numa comunicação através da qual as pessoas sejam respeitadas em sua dignidade e nunca manipuladas.

“3. Participarem da elaboração de políticas públicas voltadas para a democratização da informação e da comunicação, pois é impossível o processo de redemocratização sem que os meios de comunicação social sejam democratizados.

“4. Pressionarem o Congresso Nacional para que aprove o projeto de Lei da Informação Democrática e assegure o rápido funcionamento do Conselho Nacional de Comunicação Social previsto na Constituição, destacando a urgência de revisão das concessões e estabelecimento de critérios.

“Democratizando o sistema vigente de comunicação e informação, estaremos ajudando a construir a sociedade com que sonhamos: mais justa, igualitária, participativa — realmente democrática.”

Fonte: Arquivo do CEDI.

vago ou aleatório. Paul Valéry foi quem disse: “É preciso ser leve como um pássaro, e não como uma pluma”.

O setor de comunicação de uma ONG deve estar atento às armadilhas da cultura de massa, mas não pode estar descolado do seu tempo. Qualquer produto de comunicação é uma cadeia de acontecimentos que começa no autor e termina no receptor, cada elo desta cadeia é importante e deve ser acompanhado atentamente.

Em cada uma dessas etapas — da escolha do tema à orientação aos vendedores sobre o conteúdo daquele trabalho —, “é preciso ser leve como um pássaro, e não como uma pluma”.

Rapidez. Calvino começa com uma lenda chinesa. Entre as múltiplas virtudes de Chuang-Tsé estava a habilidade para desenhar. O rei pediu-lhe que desenhasse um caranguejo. Chuang-Tsé disse que para fazê-lo precisaria de cinco anos e uma casa com doze empregados. Passados cinco anos, não havia sequer começado o desenho. “Preciso de outros cinco anos”, disse Chuang-Tsé. O rei concordou. Ao completar-se o décimo ano, Chuang-Tsé pegou o pincel e, num instante, com um único gesto, desenhando um caranguejo, o mais perfeito caranguejo que jamais se viu.

O setor de comunicação de uma ONG precisa estar sempre à frente da sua realidade, e cada decisão de produzir ou não um determinado trabalho será avaliada pela capacidade de planejar com os olhos voltados para o futuro. O hoje é fundamental para dar sentido àquilo que foi escolhido, planejado e executado tempos atrás, mas apenas isso. Sob o ponto de vista da comunicação, o hoje é antiguidade.

Exatidão. Segundo Calvino, precisão, para os antigos egípcios, era simbolizada por um pluma que ser-

Uma ONG deveria ter sempre em mente a escolha de uma estratégia de comunicação. Uma aliança orgânica é fundamental para rompermos a lógica do público cativo

via de peso dos pratos da balança em que pesavam as almas. Essa pluma levíssima tinha o nome de Maat, deusa da balança. O hieróglifo de Maat, isto é, a escolha de uma estratégia de comunicação deve respeitar um ritual no qual vários atores devem estar em harmonia: texto, roteiro, autor, forma, tema, público, comercialização, localização, custos e linha política da instituição.

De nada adianta mandar imprir-

mir um belíssimo livro, a custo baixo, de um bom autor, se esse texto não se adequa ao público que é atingido pela instituição a qual patrocina a publicação, por exemplo. Para se evitar esse desconforto devem-se esgotar todos os recursos disponíveis, tais como: conselho editorial, leitores especializados, consultas ao setor comercial, contatos com livreiros, etc.

O pior que pode acontecer a um setor que coordene a atividade de comunicação de qualquer instituição é que, ao final de alguns anos de atividade, por exemplo, se leia o seu portfólio de produção e não se perceba nitidamente sua opção editorial.

Por outro lado, grosso modo, uma linha editorial nítida não precisa ser necessariamente limitada. Uma entidade voltada para os interesses da sociedade civil deve ter os seus temas como diretriz e divulgá-los da forma mais diversa possível.

ESPELHO MÁGICO

Visibilidade. Calvino nos faz refletir sobre que futuro estará reservado à imaginação individual nessa que se convencionou chamar a “civilização da imagem”. O poder de evocar imagens continuará a desenvolver-se numa humanidade cada vez mais inundada pelo dilúvio das imagens pré-fabricadas? Antigamente a memória visiva de um indivíduo estava limitada ao patrimônio de suas experiências diretas e a um reduzido repertório de imagens refletidas pela cultura; a possibilidade de dar forma a mitos pessoais nascia do modo pelo qual os fragmentos dessa memória se combinavam entre si em abordagens inesperadas e sugestivas.

Hoje somos bombardeados por uma tal quantidade de imagens a ponto de não podermos distinguir mais a experiência direta daquilo que vimos há poucos segundos na televisão. Em nossa memória se depositam, por estratos sucessivos, mil estilhaços de imagens, semelhantes a um depósito de lixo, em que cada vez é menos provável que uma delas adquira relevo.

Mais uma vez um valor usado por Calvino nos estimula a pensar em nossas ONGs. Num mundo subjugado pela lógica comunicacional, é necessário que se dê atenção particular a tudo o que se possa chamar de visibilidade — nome, logotipo, programação visual, divulgação, promoção, inserção na mídia —, de tal forma que, à distância e em meio a outra dezena de produtos, o seu seja identificado como o da sua instituição e não de outra ou, pior, de outra qualquer.

Multiplicidade. Mais uma vez queremos deixar claro que uma linha definida não é responsável por uma atividade de comunicação pobre e limitada. Gramsci, quando se referia à atividade intelectual do partido e tratava da questão editorial, dizia que o melhor modelo que ele conhecia era o das editoras cató-

licas. Embora sempre tratassem da mesma temática, produziam livros que alimentavam toda sorte de espíritos, de 8 a 80 anos.

É assim que vemos uma atividade de comunicação que contemple as questões da cidadania e dos direitos humanos. Os temas, tais como democracia, cor, idade, gênero, participação, trabalho, diversidade, liberdade, etc, podem e devem ser tratados com engenho e arte por todos os meios de comunicação e em diversos formatos. Caso contrário, estaremos contrapondo a unicidade à multiplicidade, o peso à leveza.

Consistência. Instituições que atuam como atores políticos precisam ter uma inserção social clara, definida e visível. No caso das ONGs, é evidente a sua capacidade para articular poderosos aliados no campo da sociedade civil organizada, o que pode vir a ser a base necessária para se iniciar e se dar continuidade a um trabalho sistemático no campo da comunicação. Esse apoio pode se dar tanto no campo da articulação de conteúdos, por meio de produções próprias e/ou de seus colaboradores, quanto naquele a ser desenhado, definido e estimulado nas localidades onde essas instituições atuam.

Essa aliança orgânica é funda-

mental para rompermos a lógica do público cativo, do produto semiclandestino destinado a atingir nossos aliados, a convencer os convencidos. Esta é a nossa consistência: a representação efetiva de parcela considerável da sociedade civil organizada.

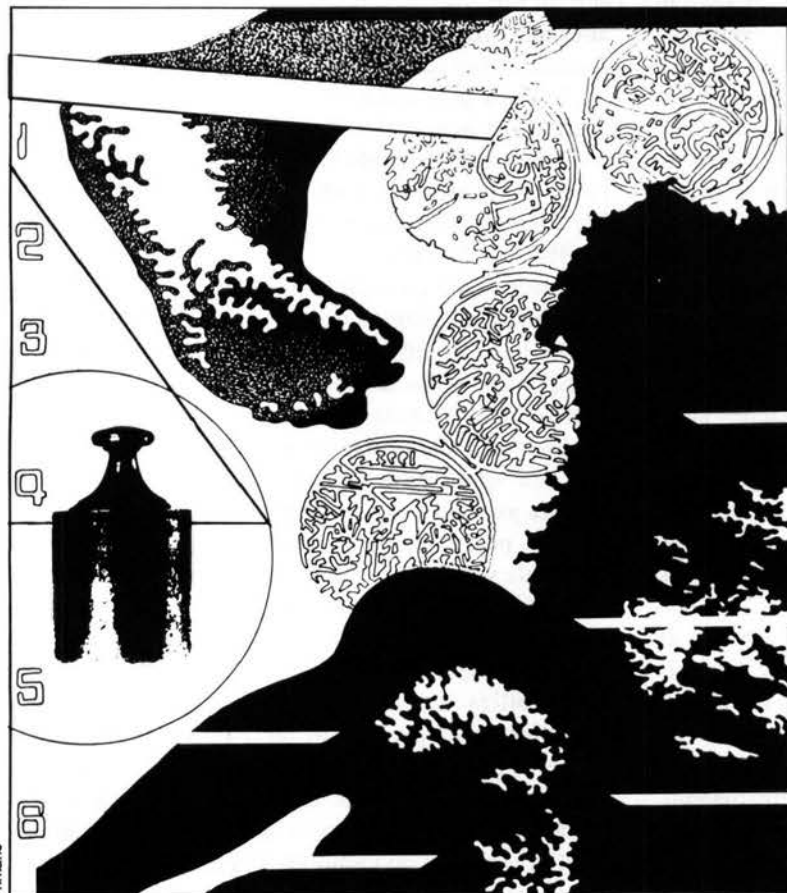
Desafio. Anos atrás, em conversa com o antropólogo e professor José Carlos Rodrigues, ficávamos intrigados com o fato de como é possível que jornalistas de esquerda produzam diariamente um jornal de direita. Em suma, qual é o mecanismo que, durante o processo de produção do jornal, induz os comunistas e/ou petistas da redação de “O Globo” a produzirem diariamente um jornal cujo conteúdo é aprovado e agrada ao sr. Roberto Marinho?

Este é o nosso desafio: responder positivamente a uma pergunta semelhante e tornar a comunicação praticada pelas ONGs atraente, ágil e criativa, isto é, emprestar aos seus diversos produtos de comunicação as qualidades que são alardeadas como inerentes à sua prática política.

Fernando Sá é coordenador da Área de Comunicação do Ibase, e integra a Coordenação Executiva do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação.

Fonte: Pesquisa realizada pelo Ibase e pela Facha (Faculdade de Comunicação Hélio Alonso), mencionada no artigo de Fernando Sá, publicado no Boletim do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, nº 1, abril-maio/93.

TRABALHO INFORMAL: TEORIA, REALIDADE E ATUALIDADE



Luiz Antonio Machado da Silva

A noção de trabalho informal teve ampla vigência nas décadas de 1960 e 1970, e vem sendo retomada. Mais do que um conceito, esta expressão designa um campo de debates cujos contornos têm variado. Os detalhes de tais transformações devem ser objeto da história das idéias e da sociologia do conhecimento. Este texto trata apenas de um aspecto das questões que compõem a polêmica — justamente o que parece mais problemático e atual

As concepções sobre o trabalho informal foram uma criação dos economistas da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no início dos anos de 1960, a partir de reflexões sobre o desenvolvimento econômico da África, e logo depois incorporadas e refinadas pelas análises da Cepal sobre a América Latina em plena vigência da “euforia desenvolvimentista”.

O objetivo mais geral era descrever a existência de relações de trabalho instáveis, com baixo nível de produtividade e remuneração irrisória, cujo exemplo mais típico é o biscate, relacionando-as à situação de pobreza dos trabalhadores envolvidos e avaliando seu impacto sobre a produção de riqueza das diferentes economias nacionais. Tomava-se como modelo o assalariamento, e o trabalho informal era apresentado como efeito ou expressão do subdesenvolvimento: o baixo nível global de capitalização dos diferentes países produzia uma estrutura de emprego desequilibrada. Esta era vista como transitória, caracterizando uma espécie de pré-incorporação aos empregos assalariados dos contingentes migrantes, formados no bojo do próprio processo de modernização, cujas atitudes e modos de vida ainda não eram adequados aos padrões moderno-industriais mas também já não eram inteiramente tradicionais.

Mesmo assim, tratava-se de um ponto de estrangulamento, pois além de pouco contribuir para a produção da riqueza nacional devido à baixa produtividade, ao gerar situações de pobreza o trabalho informal dificultaria a adoção de modos de vida compatíveis com a incorporação dos trabalhadores envolvidos ao setor moderno da economia. Em resumo, nesse período prevaleceu a descrição de problemas de estabilização, regularização e legalização de uma parte do emprego urbano. “Trabalho informal”, “setor informal”, “economia informal”, eram sinônimos de emprego informal — e, no caso do Brasil, correspondiam a uma análise econômica dos entraves à generalização das leis trabalhistas e suas consequências sociais e econômicas.

A CRÍTICA DOS ANOS DE 1970

Na virada para a década de 1970, em correspondência com as primeiras dificuldades de manutenção do crescimento, esta matriz interpretativa foi muito questionada. De um lado, por um deslocamento de ênfase das

relações empregatícias para seus fundamentos na organização produtiva propriamente dita. Passou-se a sugerir que os trabalhadores ligados ao emprego informal jamais teriam oportunidade de se incorporarem às relações capitalistas. Tratava-se de um excedente populacional que sequer desempenhava a clássica função de reserva de trabalho, pois a modernização baseava-se em técnicas poupadoras de mão-de-obra, o que implicava redução do ritmo de absorção do trabalho ativo.

De outro lado, aquela interpretação passou a ser questionada também por seu evidente caráter dualista, que levava a análise a concentrar-se nos problemas de integração, pressupondo tendências à homogeneização socioeconômica. Mantém-se a ênfase na explicação de natureza estritamente econômica, mas produz-se uma profunda revisão do entendimento das questões relativas ao trabalho informal, fundada em uma concepção que afirma a organicidade essencialmente contraditória do processo produtivo. Com isso, a atenção passa a voltar-se cada vez mais para as relações entre distintas modalidades de uso social do trabalho, do ponto de vista de sua complementaridade no processo de acumulação de capital.

Segundo este novo enfoque, as atividades econômicas mais típicas do trabalho informal — serviços domésticos e pessoais, pequena construção civil, produção direta de bens de consumo individual, serviços de reparação, pequeno comércio — podiam, de fato, ser nichos de baixa produtividade e bolsões de incorporação incompleta de migrantes à vida urbano-industrial. E podiam ser realizadas por intermédio de biscates, trabalho “por conta própria” ou estabelecimentos muito pouco capitalizados. Mas agora as características dos empregos eram tidas como insuficientes para explicar essas condições. Grosso modo, conservou-se o mesmo recorte empírico dos fenômenos a serem analisados, mas a mudança de perspectiva conduziu à seguinte matriz interpretativa.

MODALIDADES DE USO SOCIAL DO TRABALHO

O trabalho informal corresponde a atividades ligadas ao que os economistas denominam de “bens de salário”, isto é, ao consumo final relacionado às necessidades de sobrevivência dos trabalhadores. Nas economias latino-americanas, uma parte significativa dessas necessidades é preenchida fora do mercado de força de trabalho, sob a forma de produção de valores de uso por trabalho concreto. Este é um modo de incorporação econômica do trabalho que, sem ocorrer sob a forma da mercadoria (descolada dos usos concretos em que se investe), não gera diretamente mais-valia.

Por outro lado, embora o trabalho concreto seja uma forma não-capitalista, ela desempenha uma função na acumulação capitalista. Não se trata simplesmente de

um caso clássico de atividades de reposição do exército de reserva de trabalhadores (como a economia doméstica, por exemplo), porque as atividades econômicas desempenhadas sob a forma de trabalho concreto retiram do custo de reprodução do conjunto dos trabalhadores — que corresponde ao salário pago no mercado de força de trabalho — a proporção das necessidades que preenchem. Logo, o preço do trabalho nesse mercado é puxado para baixo, e o trabalho concreto está indireta mas ativa e positivamente envolvido na produção de mais-valia. Por isso, do ponto de vista da produção capitalista, ele não é nem inútil, nem disfuncional, nem arcaico, como se costumava acreditar. Vale dizer que ambas as formas de incorporação do trabalho são funcionalmente complementares e estão submetidas à lógica capitalista de extração da mais-valia por meio do sistema de produção de mercadorias.

Essa linha de interpretação levou às conhecidas — e adequadas — discussões a respeito da superexploração do conjunto da classe trabalhadora, cuja contrapartida social é a sua brutal dilapidação. Esta é a conclusão à qual apontam os muitos estudos que demonstram a “dupla jornada”: do contingente masculino de trabalhadores, pela extensão das horas trabalhadas, seja sob a forma de venda de força de trabalho no mercado, seja combinando esta com a realização de trabalho concreto; e do contingente feminino para o qual esta segunda possibilidade, embora não seja a única adotada, se compatibiliza melhor com as necessidades de trabalho doméstico para o próprio grupo familiar (atividade que também é produção de valor de uso).

Esses mesmos estudos demonstram também a existência de formas indiretas de extensão da jornada de trabalho, ao nível do conjunto dos membros das famílias: idosos tendem a permanecer no trabalho ativo, assim como é intensa a incorporação precoce de trabalho infantil.

Note-se que estas não são, evidentemente, características exclusivas da década de 1970. Mas a redução das taxas de crescimento deste período agravou seu peso quantitativo, enfatizando os aspectos negativos e alterando seu significado social. Produz-se uma reformulação da análise que carrega um tom de crítica mais contundente que o da década anterior, enraizado na explicitação da complementaridade entre formas antagônicas de incorporação social do trabalho.

ALGUNS PROBLEMAS DA ÊNFASE NA ANÁLISE ECONÔMICA

Na medida em que o paradigma analítico dos anos de 1970 se constitui como uma revisão da concepção anterior, ainda que radical, ela conserva a validade do recorte empírico e descritivo da noção de trabalho informal e mantém como eixo da explicação uma análise

estritamente econômica da organização produtiva. A argumentação se constrói em torno da complementaridade entre as duas modalidades de uso social do trabalho, numa relação simbiótica que se pressupunha estar estruturalmente garantida como característica constitutiva do capitalismo latino-americano e brasileiro. Em outras palavras, ao longo de toda a década de 1970 as condições de estabelecimento e manutenção do arranjo entre diferentes formas de incorporação do trabalho pela esfera produtiva tendiam a ser encaradas como decorrência do próprio funcionamento do sistema econômico.

O resultado dessa postura está muito longe de ter significado uma “despolitização” da análise econômica. Entretanto, ela parece ter levado a que os conflitos políticos fossem percebidos apenas em sua dimensão de conflitos distributivos, determinados por interesses materiais que se esgotavam nos dilemas de uma apropriação fortemente diferenciada da riqueza produzida. Os aspectos dos conflitos sociais que diziam respeito às precondições ou requisitos do processo produtivo eram jogados para dentro deste e diluídos numa interpretação que os compreendia como ratificações ou aprofundamentos do padrão econômico de uso do trabalho. Assim, a dimensão de conflitos de legitimidade, relativos ao sistema de dominação e ao quadro político-institucional propriamente dito, era considerada, no máximo, de forma secundária. O potencial estrutural de contradição entre o arranjo econômico e suas condições políticas, entre as quais se inclui a compatibilização entre formas antagônicas de uso do trabalho, não entrava em cena.

Talvez essa ênfase desmedida na esfera econômica ainda se relacionasse aos efeitos pacificadores do crescimento econômico (embora ele já estivesse entrando em seus extertores), evitando que a percepção dos conflitos de legitimidade viesse à tona em toda a sua integridade. De qualquer forma, é plausível sugerir que corresponde à crise de paralisação do crescimento, cujo reconhecimento social se manifesta nos anos de 1980, a mais dramática mudança de perspectiva na polêmica sobre o trabalho informal, que marca de forma decisiva as perplexidades características da reflexão atual sobre o tema.



É significativo o número de empresas, antes legalmente constituídas, que entra na clandestinidade, explorando, pelo menos em parte, a fragilidade dos controles institucionais do trabalho

A VIRADA DOS ANOS DE 1980

Essa transformação apresenta-se sob a forma de uma abordagem alternativa dos fenômenos relacionados ao trabalho informal. É verdade que seus sobretons fortemente valorativos a aproximam perigosamente de um programa político defendido por um agente social concreto. Mas esta dificuldade não desqualifica sua relevância analítica — trata-se de uma perspectiva que introduz no debate questões pertinentes, cuja incorporação é fundamental para o conhecimento do uso de trabalho no Brasil contemporâneo.

De forma esquemática, este ponto de vista é o seguinte. A intervenção estatal na economia provoca disfunções na atividade produtiva, deformando-a e impe-

dindo que ela desempenhe de maneira adequada seu papel de criação da riqueza nacional. Primeiro porque, como agentes econômicos diretos, as organizações estatais não são capazes de impedir a politização de suas atividades e metas, o que as torna menos eficientes que as empresas privadas. Segundo porque, como entidade reguladora, o Estado cria constrangimentos burocráticos desnecessários e às vezes paralisadores da atividade empresarial. Terceiro, porque impõe uma carga fiscal acima da capacidade das empresas privadas, provendo em troca seguridade social, serviços e infraestrutura de baixa qualidade e sob critérios injustos.

Como consequência desses fatores, segmentos da atividade produtiva passam a funcionar à revelia ou contra o quadro político-institucional que a regula. Gera-se uma economia informal (às vezes denominada de “subterrânea”), que se torna o refúgio e a “verdadeira” expressão da iniciativa privada.

Uma constatação — evidente por si mesma, mas que ainda assim merece ser destacada — é a substituição do ponto de vista dos trabalhadores, que até esse momento marcava toda a análise do trabalho informal, por uma perspectiva centrada a partir dos agentes sociais que usam trabalho: passa-se do trabalho informal para a economia informal. (Nas décadas anteriores, quando essa expressão era usada, referia-se a um setor de atividades tipicamente realizadas por produtores de valores de uso, e não à iniciativa empresarial.)

A noção de informalidade volta ao centro da atenção, agora com um conteúdo inteiramente novo. Ela não se define mais por contraposição ao assalariamento, mas sim à iniciativa econômica que escapa à regulação estatal. A análise econômica produzida nos anos de 1960 e conservada como recorte empírico para outra explicação nos anos de 1970 é substituída pela crítica veemente das condições político-institucionais da atividade produtiva. Neste sentido, se existe a fronteira entre esta acepção de informalidade e a situação de clandestinidade, ela é tênue.

Assim, a nova matriz interpretativa, apoiada no modelo clássico que opõe o Estado ao mercado auto-regulado, questiona diretamente — e em todos os seus aspectos — a legitimidade da regulação estatal do processo produtivo. Por este caminho, altera-se profundamente a problemática do trabalho informal, pois as matrizes interpretativas anteriores não discutiram os conflitos sociais relacionados à capacidade do Estado como instância política responsável pelos requisitos institucionais da atividade econômica. De fato, nas décadas de 1960 e 1970 esta dimensão esteve obscurecida, seja porque o Estado era visto como promotor ou sustentáculo do desenvolvimento (tornando-se, neste sentido, não-problemático), seja porque era definido ora como aliado ora como instrumento dos capitais privados no processo de acumulação (perdendo sua especificidade e sendo apreendido como resultado ou expressão dos conflitos econômicos).

"PROCESSO DE INFORMALIZAÇÃO" DA ESFERA POLÍTICA

É evidente que o leque de questões abertas é muito amplo — assim como é polêmico e atual o suficiente para não ter produzido ainda interpretações consolidadas, no que diz respeito ao tema do trabalho informal. Entretanto, é possível dizer que a noção de economia informal surge em conexão com uma multiplicidade de fenômenos reais que, em síntese, poderiam ser denominados de "processo de informalização" da esfera política, que afeta os requisitos institucionais da atividade econômica, em particular a regulação do trabalho.

Todos os dados demonstram o intenso crescimento, nos últimos anos, das formas irregulares e instáveis de uso do trabalho que a noção de trabalho informal designava. Esta expansão parece ser significativa o suficiente para influenciar as formas de vida do conjunto dos trabalhadores e alterar a composição social dos grupos envolvidos nestas atividades. O sentido e as consequências dessa generalização do trabalho informal ainda são pouco conhecidas, pois em geral este movimento continua a ser abordado apenas como resultado direto do desemprego provocado pela recessão econômica.

Além disso, há também indicações seguras de que a contratação irregular e clandestina ("sem carteira assinada") de trabalho formal, isto é, a compra e venda da mercadoria força de trabalho no mercado mas sem qualquer proteção legal, avoluma-se para níveis assustadores. Acresce o fato de que, embora por motivos óbvios as informações estatísticas sejam menos consistentes, é significativo o número de empresas, antes legalmente constituídas, que entra na clandestinidade, pelo menos em parte explorando a fragilidade dos controles institucionais, num movimento que recebe a aprovação de grupos sociais relevantes.

Na mesma direção, pode-se aduzir também alguns efeitos da terceirização, ou seja, a entrega a outras unidades econômicas de certos tipos de serviços e/ou parcelas de processos produtivos que passam a ser comprados pela empresa-mãe, a qual se desincumbe da responsabilidade por eles. Se esta, em geral, pode ser uma decisão ligada à racionalização da atividade produtiva com vistas a maior eficiência, há indícios de que também implica, em muitos casos, uma burla aos controles fiscais e à proteção institucional do trabalho.

Estas são apenas algumas breves referências a tendências que se expressam como conflitos orientados em termos de um duplo questionamento das condições extra-econômicas (políticas) da atividade produtiva. Primeiramente, na medida em que no centro das disputas está o sistema estatal de regulação do trabalho, cujo caráter problemático fica ao mesmo tempo exposto e reforçado por elas. Isto põe em evidência as contradições entre a capacidade do Estado de desempenhar sua função de prover os requisitos institucionais do processo produtivo e os interesses dos capitais individuais a curto prazo. Segundo, na medida em que estas lutas põem em xeque as próprias referências culturais e simbólicas de uma cultura do trabalho que o diferencia e o hierarquiza, consolidando códigos que ratificam distinções na equivalência entre seus produtos, e cultura que favorece a formação de identidades e modos de auto-reconhecimento compatíveis com papéis econômicos desiguais.

No que diz respeito ao trabalho informal, em resumo, esta é sua marca na presente conjuntura: imensas dificuldades de sustentação institucional de seus limites e fronteiras. O processo de informalização se constitui como síntese de conflitos de legitimidade que interferem sobre as formas de uso social do trabalho em que vinha se assentando a acumulação. É no quadro dessa contradição que o trabalho informal extrai sua relevância na atualidade, como tema de análise e como questão social.

Luiz Antonio Machado da Silva é professor do IUPERJ e do IFCS/UFRJ.

TERCEIRIZAÇÃO E PRÁTICA SINDICAL

José Ricardo Ramalho

Uma das palavras mais utilizadas ultimamente na economia, nos meios empresariais e na própria luta dos sindicatos é terceirização. Neste artigo, discutem-se o conceito e seus diversos usos e os desafios e problemas que esse tipo de estratégia traz para a ação sindical

O alto grau de competitividade industrial no mundo capitalista, agravado pela situação atual de recessão econômica, tem levado empresas à reestruturação de suas atividades e a novas formas de gestão. Ultimamente no Brasil, a palavra terceirização vem sendo usada para sintetizar essa mudança, como sinônimo de modernidade e de adequação aos novos tempos.

Mas o discurso sobre o moderno é muito usado e pouco praticado. Terceirização implica mudanças estruturais no processo de desenvolvimento industrial. No caso brasileiro, no entanto, essa estratégia tem sido identificada muito mais como um modo de resolver problemas conjunturais das empresas do que realmente para modernizar as atividades empresariais.

Na maioria dos casos, tem sido oportunidade para reduzir o emprego, 'precarizar' as relações de trabalho e escapar das leis trabalhistas.

Por outro lado, a terceirização, da forma como está sendo implantada, coloca problemas e desafios para a ação sindical, pela desmobilização que ocasiona entre os trabalhadores e pela necessidade que impõe de negociar com o empresarializado formas de defesa do emprego

e de participação nas decisões relativas ao processo produtivo.

Um novo paradigma industrial. Terceirização é a estratégia empresarial de transferir serviços, ou mesmo toda uma fase do processo produtivo, para outras empresas (terceiros), com o objetivo de descentralizar a produção, diminuir os custos, melhorar a qualidade e aumentar a produtividade.

A prática da terceirização das atividades produtivas vem sendo usada por grandes empresas mundiais preocupadas com a perda da produtividade e da competitividade numa conjuntura de crise econômica. Identifica-se nesse processo um "novo paradigma industrial", que mistura práticas empresariais ocidentais e japonesas. Destacam-se "a incorporação da qualidade como valor máximo a ser perseguido por todos os funcionários em cada etapa do processo produtivo; o conceito de cliente permeando todo o sistema empresarial, em que cada unidade do processo passa a ser enca-



Jaime Silva / Énfase

PESQUISA SOBRE TERCEIRIZAÇÃO

1. Empresas que terceirizaram

Somente a área de apoio	35,0%
Somente a área de produção	2,5%
Áreas de apoio e produção	62,5%

2. Áreas de apoio terceirizadas

Faxina/limpeza	62,5%
Segurança/portaria	47,5%
Transporte	40,0%
Copa/cantina/restaurante/cozinha	40,0%
Conservação/manutenção/reparos	40,0%
Projetos/engenharia	15,0%
Processamento de dados/digitação	12,5%
Ambulatório médico/enfermaria	12,5%
Serviços gráficos/xerox	12,5%
Construção civil	10,0%

3. Local de trabalho dos trabalhadores terceiros

Dentro da empresa cliente	52,5%
Fora da empresa cliente	12,5%
Dentro e fora da empresa cliente	30,0%

4. Efeitos da terceirização sobre as condições de trabalho

Diminuição dos benefícios sociais	72,5%
Salários mais baixos	67,5%
Ausência de equipamento de proteção/ falta de segurança/insalubridade	32,5%
Trabalho menos qualificado	17,5%
Trabalho sem registro	7,5%
Perda de representação sindical	5,0%
Jornada mais extensa	5,0%

5. Empresas que mantêm subcontratação temporária

47,5%

6. Empresas com planos de terceirização

65,0%

7. Empresas com algum tipo de acordo sobre terceirização

5,0%

Obs.: A pesquisa se realizou entre outubro e dezembro/92 com os trabalhadores de 40 empresas que realizaram algum tipo de terceirização. A composição desse conjunto de empresas, por ramo de atividade, é a seguinte: 52,50% pertencem ao setor metalúrgico; 15% ao setor elétrico; 12,50% são companhias telefônicas; 7,5% pertencem ao setor vestuário; 5% são bancos; 5% correspondem ao setor de processamento de dados; e os 2,50% restantes, ao setor petróleo. As empresas pesquisadas se situam nos seguintes estados: Bahia, Minas Gerais, Mato Grosso, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo e Santa Catarina.

Fonte: Dieese, Pesquisa do Dieese, nº 7, maio/93.

rada como cliente da unidade anterior; a busca de maior qualificação do empregado; e a presença de uma estrutura organizacional flexível, baseada em equipes autônomas de trabalho." (Gláucia M. V. Vale. *Terceirização e Competitividade*. In Rumos, RJ, set-out/1992). A terceirização aparece nesse contexto de redução do tamanho e de busca de especialização das empresas.

O que vem sendo chamado hoje de terceirização no Brasil é, muitas vezes, a prática empresarial da subcontratação de trabalhadores, reduzindo custos graças à vulnerabilidade das relações de trabalho

A terceirização no Brasil. Os primeiros levantamentos sobre o tema dão alguns indícios da amplitude dessa prática e de suas características no Brasil. Pesquisa feita pelo Centro Nacional de Modernização (Cenam), junto a 2.350 empresas em São Paulo, Ceará e Santa Catarina (Folha de São Paulo, 24/3/93), revela que praticamente a metade (48%) adota ou já utilizou a prática de contratar serviços de terceiros para determinadas tarefas. Das que já terceirizaram, 70% consideram ter tido sucesso absoluto, 20% sucesso parcial e 10% nenhum sucesso.

Na verdade, o que vem sendo chamado hoje de terceirização é, muitas vezes, a prática empresarial da subcontratação de trabalhadores, reduzindo custos graças à 'precarização' das relações de trabalho. Alguns sindicatos chamam a atenção para o fato de que a terceirização, no Brasil, acontece principalmente "por dentro". Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, os funcionários da empresa

contratada (os terceiros) trabalham na própria unidade industrial (ou escritório) da empresa contratante, e ainda prioritariamente nas chamadas áreas de apoio básico (limpeza, alimentação, segurança, manutenção predial, transporte, apoio jurídico, projetos civis, recepção, comunicação social, etc). Mas já há sinais de que esse processo se estende também para as áreas produtivas.

Os trabalhadores e a nova estratégia. Alguns sindicatos já perceberam que o processo de terceirização os afeta diretamente. Documentos recentes do Sindicato dos Químicos de São Paulo — “Terceirização: um desafio para o movimento sindical” (agosto/1992) — e do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC — “Os Trabalhadores e a Terceirização” (fevereiro/1993) — revelam a preocupação com a questão e as consequências dessa estratégia para os trabalhadores. Está claro para os sindicatos que a terceirização tem como um dos mais importantes objetivos neutralizar o trabalho de organização sindical, com a alegação de que os problemas da produção podem ser resolvidos dentro da empresa por meio da parceria. O documento dos químicos já identifica alguns efeitos desse processo: “a degradação das condições de trabalho nas empresas subcontratadas; o combate às organizações e conquistas sindicais e ampliação do controle da produção e do trabalho; a redução do espaço para a democracia no chão-de-fábrica pela diminuição dos coletivos, pela atomização dos fornecedores; a desmobilização sindical com os trabalhadores saindo das categorias mais mobilizadas para categorias menores e desmobilizadas; a diminuição do número de associados e menor participação na vida sindical” (p.12).

O documento do ABC se preocupa também com a fragmentação

da representatividade sindical e a ‘precarização’ dos direitos. “Com a redefinição legal do enquadramento, os trabalhadores terceirizados passam a constituir categoria diversa dos demais companheiros da fábrica, que estão contratados pelos regimes da CLT”. Quanto aos direitos, “a lei especifica quais são os direitos do trabalhador temporário, restringindo-os em relação às ga-

Não se pode aceitar o processo de terceirização da forma como vem sendo implantado, com rebaixamento salarial, retração do nível de emprego e degradação das condições de trabalho

rantias contidas na CLT; não há direito a aviso prévio, FGTS e cláusulas de acordos e convenções coletivas da categoria preponderante” (p.44).

O movimento sindical e o desafio da terceirização. A tradição de luta, construída pelo movimento sindical brasileiro nos últimos 15 anos, permite, pelo menos nos sindicatos mais organizados e combativos, a percepção dos problemas trazidos pela “terceirização”. Essa questão exige uma abordagem diferente da reivindicação salarial, sobre a qual vem-se baseando a experiência sindical nos últimos anos. Está em jogo agora não só resistência mas também negociação, não só luta na porta da fábrica, mas também a luta para interferir na organização do processo industrial e garantir mais empregos.

Segundo o documento do ABC, “do impulso contestador, rebelde, visceralmente oposicionista que caracterizou a era Vila Euclides passamos com o decorrer dos anos

a novos desafios, mudanças, crescimento e amadurecimento. (...) Por essas razões não se pode adotar um comportamento diante da terceirização que leve em conta unicamente nossos interesses de curto prazo, enquanto categoria, como se não tivéssemos sob nossa responsabilidade também o próprio futuro do país, em termos globais. A tática que se faz necessária nesse contexto precisa aliar firmeza e flexibilidade” (p.16).

Embora parte de uma realidade industrial específica, o documento do ABC aponta perspectivas que podem ser um bom começo para a reflexão de outras categorias. Isso inclui não aceitar o processo de terceirização da forma como vem sendo implantado, com rebaixamento salarial, retração do nível de emprego e degradação das condições de trabalho. Ao mesmo tempo, reconhece que a flexibilidade é importante para discutir e negociar a questão, sem abrir mão da greve e de outros instrumentos similares de pressão. E recomenda a mobilização de base e o contrato coletivo, este último considerado um instrumento de modernização das relações entre capital e trabalho, no âmbito da qual a terceirização deve ser discutida (p.18).

A todos estes pontos deve-se acrescentar a necessidade de mais discussão e mais pesquisa sobre os vários usos da terceirização no contexto brasileiro. Isso permitirá que se detectem as alterações no perfil da classe trabalhadora e se forneçam elementos para proteger os direitos já conquistados, o emprego amparado pela lei e a necessidade da ação sindical.

José Ricardo Ramalho é professor do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ e autor do livro *Estado Patrão e Luta Operária: o caso FNM* (Paz e Terra, SP, 1989). Participa do Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Sindicalismo do CEDI.

TRABALHO A DOMICÍLIO: UMA FORMA DE EMPREGO

Alice Rangel de Paiva Abreu

A descentralização das atividades laborativas, decorrente do surgimento de novas tecnologias, tem gerado o crescimento do trabalho a domicílio, no setor de serviços.

Praticado basicamente por mulheres, esse tipo de trabalho permite contribuir para o orçamento familiar, ao mesmo tempo que mantém o equilíbrio entre a atividade profissional e as funções de mãe e de esposa

Foi com o advento da Revolução Industrial que o trabalho a domicílio adquiriu sua forma mais conhecida, que se desenvolveu em diferentes setores da economia com a mesma força que o trabalho fabril. Encarados como a forma degradada dos antigos artesãos urbanos, os trabalhadores a domicílio viram seus efetivos diminuir progressivamente no decorrer do século XIX. Ao mesmo tempo deu-se uma mudança significativa na composição do grupo, com a substituição dos trabalhadores masculinos pela mão-de-obra feminina.

Essa nova estrutura do trabalho a domicílio, que se caracteriza pelo emprego maciço de mulheres e de imigrantes, pelo desenvolvimento da produção de artigos baratos e pela exacerbada concorrência e preços baixos, leva a uma deterioração nas condições de trabalho que

contrastam cada vez mais com a situação do operariado fabril em geral.

O TRABALHO A DOMICÍLIO NAS SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS

Nos últimos anos, o trabalho a domicílio voltou a despertar o interesse dos estudiosos. Sua expansão pelos setores modernos e de serviços das economias desenvolvidas reatualizou essa forma de produção e ocupação. Assim, no Japão, o rápido crescimento das indústrias modernas resultou no aumento da subcontratação de pequenas empresas, que, por sua vez, distribuíam tarefas a trabalhadores a domicílio. Na Alemanha (década de 1980), os trabalhadores a domicílio foram classificados em treze ramos industriais — as indústrias metalúrgicas, eletrônicas e óticas apresentam um maior número deles. Esse tipo de trabalho também tem crescido no setor de serviços, graças às novas tecnologias que permitem a descentralização das atividades.

TRABALHO A DOMICÍLIO E MOVIMENTO SINDICAL

O movimento sindical tem mostrado grande dificuldade em reconhecer esses trabalhadores como alvos legítimos de sua ação. Em primeiro lugar, porque prevalece a percepção de que o trabalho a domicílio é uma forma de organização da produção incompatível com as exigências do desenvolvimento capitalista, cuja tendência, portanto, é o desaparecimento. Em segundo lugar, porque considera o trabalho a domicílio — dadas as suas características de atividade não-regulada — como um competidor desleal com os assalariados no mercado de trabalho. Em terceiro, porque o movimento sindical construiu a sua prática ao privilegiar trabalhadores assalariados de grandes empresas e de contextos urbanos e industriais desenvolvidos, que, por compartilharem situações de trabalho bastante homogêneas, facilitam o desenvolvimento de ações coletivas.

Os trabalhadores a domicílio, ao

O QUE É SER UM TRABALHADOR A DOMICÍLIO

A definição elaborada pela Organização Internacional do Trabalho combina os seguintes critérios:

- a) a relação de emprego, que envolve um trabalhador a domicílio e um empregador ou intermediário;
- b) o lugar de trabalho, que está fora do espaço controlado pelo empregador;
- c) a forma de pagamento, que é usualmente por peça.

Nessa forma de emprego, portanto, o trabalhador foge da fiscalização direta do empregador. Diferencia-se, no entanto, do trabalho autônomo, uma vez que o empregador impõe o tipo de produto a ser fabricado, estabelece o padrão de qualidade e fornece a matéria-prima. Na maior parte das vezes a maquinaria é de propriedade do trabalhador, ainda que, em alguns casos, o empregador possa emprestar ou alugar as máquinas necessárias.

Fonte: Arquivo da autora.

DADOS DOS CENSOS SOBRE TRABALHO A DOMICÍLIO NO BRASIL

Os censos brasileiros não trazem informações sobre trabalhadores a domicílio desde 1940. Naquele ano existiam cerca de 11.990 trabalhadores a domicílio, que atuavam em diversos ramos da indústria de transformação, como vestuário, madeira, couros e peles, têxteis, produtos alimentares e bebidas. Desse total, 82,3% eram mulheres.

A indústria do vestuário era a que empregava o maior número de trabalhadores a domicílio — 5.393 —, o que representava 45% do total naquele ano. Do total de trabalhadores a domicílio na indústria do vestuário, 4.187 (77,6%) eram estabelecimentos industriais.

Fonte: Arquivo da autora.

O trabalho a domicílio situa-se em posição ambígua entre autonomia e assalariamento

contrário, encontram-se em situações de trabalho bastante diversificadas, mediadas, muitas vezes, por intermediários; além disso, participam em cadeias de subcontratação que envolvem membros do grupo familiar cujos interesses trabalhistas, tendo em vista a posição ambígua entre autonomia e assalaria-

mento, não são percebidos com muita clareza.

Finalmente, a composição eminentemente feminina desse conjunto de trabalhadores desencadeia uma série de suposições sobre o potencial combativo da categoria. Por se tratarem de mulheres cujos rendimentos são complementares à renda familiar e cujas atividades, na maior parte das vezes, têm caráter temporário, parte-se da premissa de que são pouco sensíveis às propostas de caráter coletivo e duradouro dos sindicatos.

GÊNERO E TRABALHO A DOMICÍLIO

Efetivamente, uma das características mais marcantes do trabalho a domicílio contemporâneo é a de ser uma atividade essencialmente feminina em todas as partes do mundo. A feminização do trabalho a domicílio varia de 90% a 95% na Alemanha, Grécia, Irlanda, Itália e Holanda; 84% na França; 75% na Espanha; e 70% na Grã-Bretanha. No Japão, segundo pesquisa de 1988, 93,5% dos trabalhadores a domicílio eram mulheres, e na antiga URSS, onde o trabalho a domicílio é concentrado em indústrias locais, 86% dos trabalhadores são mulheres.

Nos países em desenvolvimento, essa mesma tendência parece se confirmar. Ainda que não se tenha a mesma disponibilidade de informações estatísticas, os poucos da-

O trabalho a domicílio contemporâneo constitui uma atividade essencialmente feminina em todas as partes do mundo



Jaime Silva / Ênfase

A indústria do vestuário emprega muitos trabalhadores a domicílio

dos existentes apontam para uma realidade semelhante. Na Índia, dos 2,5 milhões de trabalhadores da indústria de cigarros, realizada a domicílio, cerca de 90% são mulheres.

Levar em consideração a divisão sexual do trabalho e a dimensão de gênero na análise do trabalho industrial a domicílio permite desvendar as relações da esfera do trabalho com outras dimensões da vida social.

O trabalho a domicílio é uma forma de inserção no mercado de trabalho que permite contribuir



Também na área de informática há trabalho a domicílio

TRABALHO A DOMICÍLIO E A CLT

Do ponto de vista da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), o trabalhador industrial a domicílio está na mesma situação de qualquer outro assalariado. O artigo 6º é claro sobre isso: "Não se distingue entre o trabalho realizado no estabelecimento do empregador e o executado no domicílio do empregado, desde que esteja caracterizada a relação de emprego". Não existe, no entanto, como em outros países, uma regulamentação específica para esse tipo de trabalho.

A inexistência de regulamentação abre espaço para dois processos: o da clandestinidade, certamente o mais comum; e o da exigência de que o trabalhador tenha carteira de autônomo. Ao fazer com que o empregado pague o Imposto Sobre Serviços e estabeleça sua autonomia, a relação de subordinação é transformada numa relação de compra e venda de serviços.

Fonte: Arquivo da autora.

Trabalhadoras a domicílio enfrentam dificuldades para diferenciar sua identidade profissional daquela de mãe e esposa

para o orçamento familiar, ao mesmo tempo que mantém intacto o papel doméstico das mulheres envolvidas. A ideologia da domesticidade é reforçada pelas características desse tipo de emprego. Trabalhando isoladamente, sem colegas; comunicando-se intermitentemente e esporadicamente com o empregador; sem possibilidades de carreira ou promoção; ignoradas pelos sindicatos; e excluídas dos benefícios

sociais atribuídos aos trabalhadores assalariados; não é de se estranhar que essas mulheres encontrem grandes dificuldades para diferenciar a sua identidade profissional daquela de mãe e esposa.

Por atuarem dentro de limites bastante marcados, em um contexto de subordinação econômica e de gênero, as trabalhadoras a domicílio conservam um delicado equilíbrio entre a necessidade de realizar um trabalho que gere renda e a manutenção do seu papel tradicional de mãe e esposa no interior do grupo familiar. O trabalho industrial a domicílio, por suas características intrínsecas, parece oferecer condições particularmente propícias para a manutenção desse equilíbrio.

O TRABALHO A DOMICÍLIO NO BRASIL

Marcado pela ausência de informações precisas sobre sua extensão, o trabalho a domicílio no Brasil aparece com força em alguns setores da economia. As indústrias de confecção e de calçados empregam larga quantidade de mão-de-obra externa para realizar certas fases do processo de produção. Com as mesmas características observadas em outros países, parece ser uma força de trabalho essencialmente feminina, influenciada por uma ideologia mais tradicional em relação aos papéis familiares, em que a posição da mulher continua a ser definida quase que exclusivamente a partir de seu papel de mãe e esposa.

Essas características, por outro lado, são muito vantajosas do ponto de vista dos empregadores, os quais se beneficiam dos imperativos dos grupos domésticos, que mantêm as trabalhadoras em casa e as transformam em uma força de trabalho disciplinada e estável.

Alice Rangel de Paiva Abreu é socióloga e professora do Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ. É autora do livro "O avesso da moda. Trabalho a domicílio na indústria de confecção" (Ed. Hucitec).

VENDEDORES AMBULANTES

VISIBILIDADE SOCIAL E INVISIBILIDADE SOCIOLÓGICA

Bila Sorj

A atividade de vendedor ambulante é bastante atraente, e a expectativa de ascensão social difere da condição de assalariado. Autonomia, ganhos diários, maior rendimento e flexibilidade de horários são fatores que levam um grande número de pessoas a atuar nesse setor da economia do País. A autora, com tal enfoque, nos mostra que a análise não pode estar condicionada à questão do desemprego

Os vendedores ambulantes ou camelôs no Rio de Janeiro têm ganhado nos últimos tempos uma enorme visibilidade devido a sua ostensiva ocupação no espaço público em áreas residenciais densamente povoadas ou de intensa atividade econômica.

Atraindo aversões ou simpatias da população, recorrentemente interpelados nos discursos políticos de candidatos a cargos de gestão urbana, alvos constantes de ações repressivas por parte de agentes governamentais, os vendedores ambulantes constituem uma categoria pouco conhecida sociologicamente.

O senso comum e os estudos sociais parecem compartilhar de um



Ocupando espaço nas ruas – ambulante no Rio

mesmo campo explicativo quando se trata de entender a origem e expansão desse conjunto de atividades que se desenvolvem à margem do controle do Estado.

A oferta abundante de mão-de-obra, combinada com as limitações de emprego no setor formal da economia e agravada pela inexistência de seguro-desemprego, criou condições propícias para a emergência

de atividades informais não reguladas pelo Estado.

Assim, o setor informal é visto com as seguintes características: 1. ser o receptáculo dos desempregados do setor formal da economia; 2. promover a sobrevivência em bases extremamente precárias; 3. permitir acesso fácil devido aos baixos níveis de exigência desta atividade; 4. atrair uma população

Denise Terra / Imagens da Terra

O setor informal permite acesso fácil devido aos baixos níveis de exigência

com traços particularmente acentuados, como baixa escolaridade, recém-egressos do meio rural, mulheres, velhos e crianças.

Baseados em pesquisa conduzida em 1988 no centro da cidade do Rio de Janeiro, cujos resultados se encontram em "O Sonho Perseguido" (Revista Ciência Hoje, nº 47, novembro/1988), encontramos um perfil bastante distinto daquele geralmente apresentado, que passaremos a discutir.

TRAJETÓRIAS OCUPACIONAIS DOS VENDEDORES AMBULANTES

O comércio ambulante não é a primeira experiência de trabalho de seus praticantes. Uma significativa maioria já esteve engajada em outros empregos, principalmente no setor de serviços (*office boys*, auxiliares de escritório, ajudantes de bares e restaurantes, comerciários), todos realizados em proximidade geográfica com a nova atividade; isso indica a presença de um processo de familiarização anterior com o espaço físico e social da nova atividade. A grande maioria se desligou voluntariamente da ocupação anterior, o que contraria a afirmação de que este setor reúne os desempregados ou aqueles que não obtêm colocação no mercado de trabalho formal.

A análise das motivações que presidem a mudança de atividades é altamente reveladora, tanto das qualidades percebidas como positivas na nova atividade como também das qualidades a serem rejeitadas do emprego anterior.

A estrutura de emprego e o desenvolvimento econômico

do Rio de Janeiro têm-se caracterizado pela presença de amplo setor de serviços e pela predominância de pequenas e médias empresas, nas quais os salários são baixos e praticamente inexistem sistemas de carreira, promoções e benefícios indiretos. Assim, os baixos salários, que raramente ultrapassam o salário mínimo, a rigidez de horário, o estrito controle de chefias, a necessidade de viver de "vale" ao longo do mês são contrastados com as condições de trabalho na atividade atual: autonomia, ganhos diários, flexibilidade de horário, maior rendimento.

Os vendedores ambulantes entrevistados consideravam que suas aspirações de "melhorar de vida" estavam sendo atendidas na nova ocupação. Além dos ganhos monetários serem compensadores, a atividade de vendedor ambulante é percebida como a abertura de um amplo leque de possibilidades de crescimento do negócio. De fato, dependendo da fase em que se encontra o empreendimento, o próximo passo pode ser diversificar as mercadorias, transferir-se para pontos de venda melhor situados

ou ainda operar vários pontos simultaneamente.

É justamente a expectativa de mobilidade ascensional o que explica mais que qualquer outro fator a preferência dessa atividade quando comparada às condições que lhe são oferecidas como assalariado. E, de fato, pudemos observar a existência de carreiras quando correlacionamos positivamente tempo de exercício da atividade e nível de faturamento. Enquanto os ambulantes com menos tempo de atividade situavam-se todos nas faixas de renda mais baixas, o aumento da antigüidade correspondia à elevação do rendimento.

A análise da expansão do comércio ambulante no Rio de Janeiro não pode ficar presa à variável desemprego. Ela é muito mais complexa e diz respeito a um universo

A atividade de vendedor ambulante é percebida como a abertura de um amplo leque de possibilidades de crescimento do negócio



A mulher produz e o chefe de família vende – Feira de São Cristóvão, Rio

AMBULANTES DO LARGO 13

Cidade de São Paulo. No meio do bairro de Santo Amaro, uma confluência: o Largo 13. Centenas de pessoas circulam, da periferia ao centro e vice-versa. Partem e chegam ônibus, trens e carros. Ambulantes de toda a cidade montam barracas clandestinas. Antes oriundos das regiões norte e nordeste do País, hoje são principalmente os desempregados da indústria e do comércio paulista que compõem o universo dos marreteiros.

De acordo com a última pesquisa do IBGE, cerca de 14 milhões de trabalhadores por conta própria ou sem Carteira de Trabalho assinada atuam nas principais regiões metropolitanas do País. Estima-se que só em São Paulo 46% da mão-de-obra do setor privado está na informalidade.

Fonte: Revista Travessia, nº 16, maio-agosto/93.

de aspirações positivas de ascensão social de grandes camadas da população, que permanecem inatendidas não apenas por causa do baixo nível de emprego que a atividade econômica formal gera, mas, no caso específico em exame, pela baixa qualidade dos empregos urbanos oferecidos. É esta última razão que torna a atividade de vendedor ambulante uma alternativa altamente atraente.

ORGANIZAÇÃO INTERNA DO SETOR

O comércio ambulante é um setor de atividades altamente heterogêneo, e abriga uma diversidade de situações sociais até mesmo hierarquicamente dispostas. Três grandes grupos podem ser identificados: o "titular" de uma barraca, ou seja, um vendedor que estabelece um ponto fixo de venda, que pode ou não ter licença, mas que, em geral, não a possui; os ajudantes que trabalham para um "titular" na mesma barraca ou em barracas por ele controladas e que são assalariados ou comissionados; e, ainda, o vendedor ambulante credenciado que opta por alugar seu ponto em troca de uma renda mensal.

A utilização de ajudantes é uma prática bastante comum, já que metade dos entrevistados fazia uso dessa modalidade de trabalhador. Sua importância na organização do setor é ainda aumentada haja visto

Os vendedores ambulantes hoje estão muito distantes da população típica do setor informal construída pelo senso comum e pelos estudos sociológicos da década de 1970

que um terço dos atuais titulares daí se originam. Isso mostra novamente a presença de processos de mobilidade social: após um período de contato com o ofício — em que os conhecimentos necessários são adquiridos (identificação de fornecedores, avaliação de locais disponíveis, acumulação de capital inicial e, não menos importante para o sucesso do negócio, habituar-se aos códigos informais de conduta correntes nesse mercado) —, ascende-se à posição de titular da barraca.

Percebe-se, portanto, que o acesso à atividade não está franqueado a qualquer um nem mesmo que suas exigências sejam negligenciáveis. Pelo contrário, existe um conjunto de conhecimentos humanos e organizacionais bem como "ritos de passagem" bastante consolidados, os quais produzem um sistema de recrutamento altamente seletivo.

Um dos critérios mais comuns de seleção de novos vendedores ambulantes se apóia em relações familiares. Esse mecanismo não atende apenas à expectativa de au-

mento da renda familiar mas é um produto direto do funcionamento de uma empresa em condições de ilegalidade. Esta exige relações de lealdade intra-pessoal e de confiança mútua que são atendidas por relações de parentesco.

A diferenciação interna ou a estratificação social presente nessa atividade passa, ainda, pelo tipo de produto comercializado. Percebe-se que os mais bem-sucedidos são aqueles que vendem produtos industrializados nacionais ou estrangeiros, abastecidos por fábricas, depósitos atacadistas e lojas, enquanto aqueles que são ao mesmo tempo produtores artesanais dos itens comercializados situam-se nos níveis inferiores de renda.

A atividade de vendedor ambulante, à medida que vem-se expandindo e se tornando cada vez mais diversificada, competitiva, lucrativa e arriscada, alterou a composição social dos seus praticantes, e passou a ser ocupada por pessoas nascidas na própria cidade ou que nela residem há muito tempo, por homens e mulheres adultos igualmente distribuídos e com níveis de escolaridade relativamente altos.

Dessa forma, os vendedores ambulantes que ocupam hoje as áreas centrais da cidade do Rio de Janeiro estão muito distantes da população típica do setor informal construída tanto pelo senso comum como pelos estudos sociológicos da década de 1970. Trata-se, na verdade, de um segmento econômico altamente dinâmico que encontrou nessa atividade uma oportunidade de ascensão social e que nela pretende permanecer.

Bila Sorj, doutora em Sociologia pela Universidade de Manchester (Inglaterra), é professora do Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais / Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ).

INTEGRAÇÃO AGROINDUSTRIAL: TERCEIRIZAÇÃO NO CAMPO?

Maria Cecília Iório

A implantação do Complexo Agroindustrial no Brasil, nos últimos anos, tem sido objeto de vários estudos, muitos deles voltados para a apreensão das modificações tecnológicas e, sobretudo, econômicas. Em número menor, algumas análises buscam abordar as implicações políticas e sociais que acompanham esse processo ainda em curso. Neste artigo desenvolvem-se alguns desses aspectos relacionados às transformações vividas por uma parcela dos trabalhadores rurais — o pequeno produtor familiar — e se aponta para a complexidade que deriva dessas transformações no campo

Um dos debates presentes hoje no movimento sindical urbano diz respeito ao processo de terceirização levado a cabo pelas indústrias. Transferir a responsabilidade de um serviço ou de uma determinada etapa da produção para outra firma, microempresa ou trabalhador autônomo é o que, grosso modo, caracteriza a terceirização. Essa forma de organização da produção, que visa, segundo seus defensores, diminuir custos e aumentar a competitividade no mercado, está sendo adotada com certa rapidez por muitas indústrias. O fato tem-se constituído em novos desafios para o movimento sindical urbano, uma vez que a projeção dos efeitos de tal prática aponta para a 'precarização' das condições de trabalho, desestruturação de identidades e enfraquecimento da luta sindical de muitas categorias.

No campo, poder-se-iam encontrar alguns paralelismos com essas práticas hoje em expansão no setor fabril.

O contexto. A partir dos anos de 1960, a agricultura, apoiada em políticas públicas, atravessou um período de muitas transformações, as quais alteraram substancialmente

a base técnica de produção — em especial pela mecanização e quimificação —, o seu papel no conjunto das atividades econômicas do País e as relações sociais no campo. No bojo dessas mudanças, vários setores do capital intensificaram investimentos — alocados tanto na esfera produtiva quanto para fins especulativos — no campo, à medida que este passou a ser visto como um espaço de reprodução ampliada do capital. Com a conformação de novos interesses na agricultura, o modelo de produção agrícola foi sendo substancialmente alterado.

Como um dos elementos dessas



Marido e mulher, pequenos proprietários no sul do país

transformações, foi implantado, no final dos anos de 1960, o chamado Complexo Agroindustrial (CAI). O CAI caracteriza-se, fundamentalmente, pela implantação, a montante, de um setor industrial produtor de bens para a agricultura, e, a jusante, de modernas indústrias processadoras de alimentos e matérias-primas.

Ao longos dos últimos 20 anos, alguns setores importantes e modernos do Complexo Agroindustrial consolidados no País vêm delegando a pequenos produtores a produção de suas matérias-primas (suínos, aves, fumo, leite, laranja, uva). Mediante a integração, nome dado à relação que se estabelece por contrato formal ou verbal entre agroindústrias e produtores rurais para a produção de matérias-primas, um grande contingente de pequenos produtores em situações bastante diversas vem produzindo variado leque de produtos para as agroindústrias; a cargo da empresa ficam, muitas vezes, o fornecimen-



Claudia Linhares / Imagens de Terra

CONTRATOS DE INTEGRAÇÃO

Nos contratos de integração entre a agroindústria e os pequenos produtores, é importante destacar algumas cláusulas significativas.

I — Extrato de um contrato de integração de suínos

“Cláusula primeira — A Parceira Proprietária entregará ao Parceiro Criador: lotes de leitões de 20 a 25 kg, cuja quantidade constará na Nota Fiscal de remessa, que fará parte integrante deste contrato, para serem criados no estabelecimento deste último, até atingirem o peso ideal para abate, o que deverá ocorrer entre 90 a 100 dias.

“Cláusula quarta — O Parceiro Criador dispensará todos os cuidados necessários e indispensáveis para a criação dos suínos, para a qual contará com a Assistência Técnica, sanitária e orientação que será prestada pela Parceira Proprietária. Correrão por conta da Parceira Proprietária as despesas de medicamentos e providências sanitárias corretivas recomendadas pelo Departamento Técnico.

“Cláusula quinta — O Parceiro Criador fornecerá as instalações para o alojamento dos leitões, toda mão-de-obra necessária para a criação e tratamento dos leitões, ficando por sua conta exclusiva todas as obrigações das leis sociais e trabalhistas.

“Cláusula nona — A Parceira Proprietária poderá, através de seus técnicos ou prepostos, acompanhar a criação e engorda dos suínos para o que lhe é assegurado o livre acesso às instalações nas quais o plantel está alojado.”

II — Extrato de um contrato de parceria avícola

“Cláusula primeira — A Parceira Proprietária se obriga a entregar ao Parceiro criador, na sua propriedade, aves de um dia, para serem criadas e terminadas até a idade de 43 a 80 dias nos lotes de frangos de corte e de 70 a 180 dias para os lotes de perus de corte, terminação essa que poderá variar de acordo com a necessidade de demanda do mercado Nacional e/ou Internacional.

“Cláusula segunda — A Parceira Proprietária, para fim de criação e terminação das aves, fornecerá as rações, as aves de um dia e medicamentos necessários para a criação e engorda das mesmas.

“Cláusula sexta — Do resultado obtido na criação ou engorda das aves até a idade retro-referida, o Parceiro Criador terá direito, a título de participação na parceria, a uma percentagem das aves vivas — produzidas sobre o total em quilos do lote —, o qual poderá dispor como melhor lhe aprouver, percentual este que variará conforme fórmula e tabela para este fim existente, para os lotes de frango de corte. Para a criação de perus, ganhos comparativos com a criação de frangos, até que se crie uma tabela própria para cada linhagem.

“Cláusula sétima — As despesas relacionadas com os serviços de tratamento, aquecimento e cuidado com as aves correrão por conta exclusiva do Parceiro Criador, que se obriga a fornecer toda a mão-de-obra necessária, sua, de sua família ou de terceiros, respondendo pelos encargos sociais e/ou trabalhistas previstos em lei.”

Fonte: Tese de Luiz Carlos Mior “Empresas Agroalimentares, produção agrícola familiar e competitividade no complexo carnes de Santa Catarina”, apresentada em dezembro/92 na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

to de insumos, a orientação técnica e o controle de qualidade dos produtos.

A integração e a agricultura familiar. Embora as formas de produção dentro do CAI sejam bastante diversificadas, é freqüente a incorporação da pequena produção familiar nas estratégias empresariais.

A transferência da produção para esse segmento, segundo a ótica de algumas agroindústrias, se justifica por várias “razões”: 1. as vantagens oferecidas pela propriedade familiar em termos de oferta de trabalho, já que nessas unidades de produção, em geral, a mão-de-obra composta por todos os membros da família é abundante. É im-

PEQUENOS PRODUTORES INTEGRADOS

Dados referentes à região sul do Brasil

No cultivo de fumo são cerca de 138.560 produtores.
Na criação de suínos são cerca de 50.000 produtores.
Na criação de aves são cerca de 10.703 produtores.
Na atividade leiteira são cerca de 140.000 produtores.

Fonte: Boletim Conjuntura Agrícola do DESER, nº 28 (21/10/92).

portante ressaltar que, segundo dados do IBGE, 59% de todo o pessoal ocupado na agricultura trabalha em estabelecimentos com menos de 50 ha; 2. os riscos que ainda persistem na atividade agrícola (períodos de seca ou chuva demasiada, pragas e pestes), apesar do desenvolvimento de sementes, matrizes, insumos, vacinas e satélites de previsão meteorológica, ficam a cargo dos pequenos agricultores, o que livra as empresas de arcarem com eventuais prejuízos; 3. a produção em grande escala de algumas culturas, em determinadas circunstâncias, apresenta obstáculos e limitações no uso de máquinas, ou exige variados e intensivos cuidados manuais; e 4. a implantação do CAI se fez em algumas regiões do País aproveitando um "saber agrícola" dos camponeses que, em muitos casos, por tradição, já cultivavam determinado produto ou se dedicavam à criação de animais. Complementa esse elenco de "razões" a idéia de que o lucro depende de seu empenho pessoal e de sua família. Tal cuidado também é justificado pelo fato de entrar com parte dos recursos, terra e trabalho, na produção.

Em suma, segundo a contabilidade empresarial de algumas agroindústrias, a pequena produção apresenta vantagens comparativas em alguns produtos, o que vem sendo bastante explorado por determinadas agroindústrias. Isto não significa, entretanto, que só por essa razão a pequena produção tenha espaço garantido para sempre no de-

senvolvimento e modernização da agricultura via CAI.

Modernização constante. Outra característica desse tipo de relação de integração é o constante aperfeiçoamento do processo produtivo. Um exemplo das inovações que marcam a dinâmica do CAI, as quais os produtores têm que incorporar para permanecerem no processo, ocorre no CAI do setor de carnes, mais especificamente na área avícola: em 1980 eram necessários, para se produzir um frango de 1,7kg, 4,25kg de ração e 60 dias. Em 1989 eram necessários, para se produzir o mesmo frango, 3,4kg de ração e 42 dias. Para 1995, é projeto de uma empresa do setor produzir o mesmo frango (1,7kg) com apenas 2,9kg de ração no período de 36 dias. (Geraldo Muller. *Poder Econômico e empresas líderes na cadeia agroindustrial de carnes*, In Rascunho nº 8, 1990).

Paralelamente às alterações tecnológicas como a que descrevemos acima, vão sendo introduzidas novas exigências fitossanitárias, novas instalações e aprendizados e, em geral, maior consumo da força de trabalho. Essas mudanças, em alguns casos, têm-se constituído em mecanismos de exclusão para muitos pequenos produtores que estavam integrados ao sistema ao exigirem muitos investimentos e uma rentabilidade difícil de ser alcançada.

Todo esse processo tem implicações sociais e políticas que desaguam nas entidades de representação desses trabalhadores e nos sin-

dicatos; estes aglutinam questões dos que estão incluídos nessa dinâmica e dos que foram excluídos.

O percurso do debate sindical. No debate sindical, o papel da pequena produção sofre ainda inúmeras indagações sobre o seu "ser de classe". No tocante a este segmento de pequenos produtores integrados, a questão é ainda mais complexa. O fato de esses trabalhadores atuarem dentro do mercado, possuírem um pedaço de terra, algum tipo de maquinário ou instalação, ou trabalharem com insumos considerados "modernos", leva a que muitas vezes sejam identificados ou recebam o rótulo de "pequenos burgueses". Contribui, também, para essa classificação o emprego, em ocasiões e para determinadas etapas do processo produtivo, como a colheita, de outros trabalhadores rurais.

Entretanto, se em algumas épocas esses trabalhadores são chamados de "pequenos burgueses", em outras tantas são vistos e, ainda, se vêem e reivindicam para si a condição de "assalariados disfarçados". Na medida em que produzem vin-



Na Integração, toda a mão-de-obra da família

culados a uma ou mais agroindústrias durante muitos anos, sob sua orientação, com forte controle do processo produtivo (insumos, técnicas, etc) e da comercialização (preços, prazos, etc), esses trabalhadores, para realçarem esses elementos, lançam mão da identidade de "assalariados".

Essa autodenominação não é apenas um recurso de retórica proferido nas situações de luta com a agroindústria. Por exemplo, é importante registrar que a terminologia mais comum entre esses produtores para o momento em que ocorre a compra da produção por parte da indústria não é venda, e sim "entrega". Esse termo é indicativo do desapossamento vivido por eles com relação ao que é produzido para as agroindústrias. Tal desapossamento pode ser comparado àquele vivido pelo trabalhador assalariado com relação ao seu trabalho. E assim eles entregam leite, fumo, suíno, aves, etc.

Em suas lutas, os pequenos produtores têm buscado o reconhecimento de sua condição de trabalhadores, e, nesse sentido, reivindicam que, no preço pago pelo seu produ-

to, esteja presente o custo de toda a mão-de-obra empregada, baseado no salário mínimo vigente, remunerando todas as horas gastas na produção.

O antagonismo entre essas duas classificações para um mesmo ator coloca à mostra uma parte da complexidade existente no campo, ao mesmo tempo que indica quão dinâmicas são as possibilidades de cada ator/categoria quando atua na cena política.

Pequenos produtores, às vezes organizados em sindicatos por produtos, têm buscado se tornar um interlocutor cada vez mais qualificado no debate com a agroindústria

Desafios. A reação dos pequenos produtores integrados aos planos das agroindústrias tem, por sua vez, gerado diversas estratégias, as quais estão sendo postas em prática pelos trabalhadores, no sentido de estabelecerem novas formas de ação e organização. Mediante a realização de cálculos de custo da produção — combinando o uso de tecnologias alternativas com vistas a uma independência maior dos agroquímicos e um maior conhecimento do mercado mundial de produtos (cotação em dólar do produto no mercado internacional) —, esses pequenos produtores, às vezes organizados em sindicatos por produtos, buscam se tornar um interlocutor cada vez mais qualificado no debate com a agroindústria.

O cenário em que o movimento sindical de trabalhadores rurais se move é extremamente dinâmico, e, ao contrário do que previram alguns estudiosos, o processo de modernização da agricultura brasileira acentuou a heterogeneidade da com-

posição social no campo. Pode-se dizer até que possibilitou a criação de novas categorias sociais no espaço rural. Tanto no segmento genericamente denominado de assalariados, como junto aos pequenos produtores, mudanças se processaram e foram significativos os impactos na mão-de-obra rural. O novo ritmo e a adoção de determinadas técnicas trazem constantes alterações nas formas de gestão do trabalho.

Se considerarmos um aspecto da relação de integração, no qual pequenos produtores produzem quase sob encomenda para as agroindústrias, é possível dizer que esses trabalhadores e o movimento sindical rural vêm enfrentando, faz tempo, as questões colocadas por essa forma de organização e gestão da produção. Sem avaliar o resultado das iniciativas postas em prática — criação de sindicatos por produto, lutas por preço, elaboração de custos de produção e exigência de remuneração com base no salário mínimo —, esses trabalhadores buscam dar diferentes respostas a conjunturas diversas em que uma mesma empresa pode manter a integração com pequenos produtores em uma determinada região ou estado do País e em outra manter grandes unidades com trabalho assalariado, e, ainda em outra, manter produção própria com alto grau de mecanização, empregando um número mínimo de trabalhadores.

Diante disso, o desafio do movimento sindical de trabalhadores rurais reside em estabelecer propostas que, de um lado, acompanhem a dinâmica do CAI e interfiram nela, e, de outro, respondam, ao mesmo tempo, às diferentes necessidades das "categorias" que vão surgindo nesse processo.

Maria Cecília Iório é mestrande em Sociologia no IFCS/UF RJ, e assessora o Programa Movimento Camponês/Igrejas do CEDI.



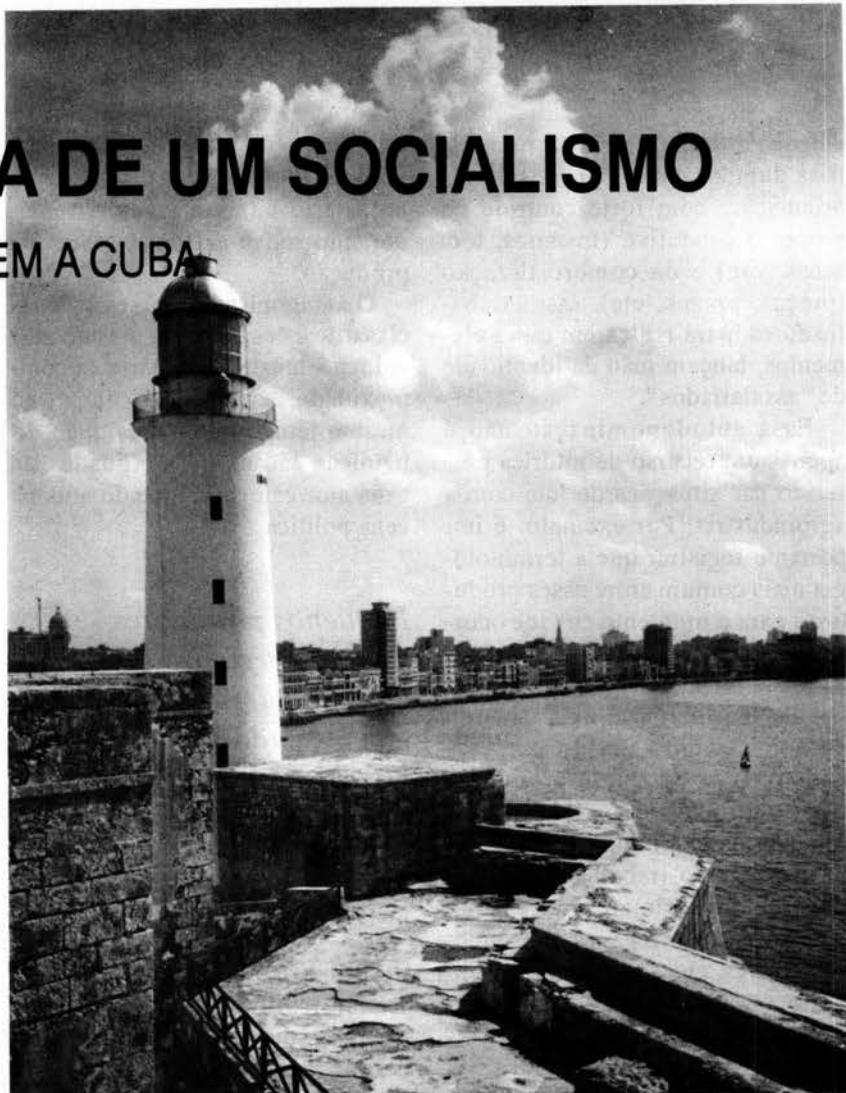
Glenn Carvalho / Imagens da Terra

COSMOLOGIA DE UM SOCIALISMO

NOTAS DE UMA VIAGEM A CUBA

Regina Reyes Novaes

Uma interpretação racional e ideológica tem predominado nas análises sobre a situação de Cuba. Pouco se valoriza o significado do "ser cubano", com suas profundas e belíssimas marcas culturais. Neste relato de viagem, a autora, com apurada sensibilidade, destaca importantes aspectos ausentes em outras análises sobre essa ilha do Caribe



Havana, Cuba

Labí Mendonça

Em 24 de fevereiro realizaram-se eleições em Cuba. Dessa vez elegeu-se diretamente, e no mesmo dia, os deputados à Assembléia Nacional e às Assembléias Provinciais. Dessa vez o Partido Comunista Cubano, único existente, não dirigiu o processo. Comissões de candidaturas foram formadas pelas chamadas "organizações de massa". Após triagem dos pré-candidatos propostos em reuniões municipais, as Comissões fizeram complementações e redistribuições geográficas para garantir a eleição de candidatos considerados "relevantes".

Certamente, a lógica das escolhas revelou o lugar e o peso do Partido Comunista no regime cubano: 89% dos indicados eram seus militantes. Mas foi também nessa

nova sistemática, respaldada na Constituição, que surgiu a primeira oportunidade de dois líderes religiosos se candidatarem e serem eleitos, apesar de serem *creyentes*.

Dessa vez também aconteceu uma espécie muito particular de "campanha eleitoral" em Cuba. Particular não apenas porque, diferentemente de eleições anteriores, houve contato direto entre candidatos à Assembléia Nacional e os eleitores, em reuniões realizadas nos Comitês de Defesa da Revolução (CDRs). Mas, particular também porque tais reuniões — além de servirem para contornar desconfianças, interesses, simpatias e antipatias pessoais — tinham o objetivo de inculcar nos eleitores outra maneira de votar.

Enquanto no sistema anterior selecionava-se um entre vários candidatos, dessa feita o cidadão não teve apenas um voto mas tantos votos quanto candidatos. Explico: divulgaram-se uniformemente os currículos dos candidatos e entre eles seriam considerados eleitos todos aqueles que obtivessem 50% mais um dos votos válidos em um distrito eleitoral. E como só se pode votar nos candidatos do próprio distrito, na prática não havia competição entre eles. Após a triagem da comissão eleitoral, estava garantida a eleição de todos se os eleitores "usassem" todos os seus votos. O governo chamou o "voto por todos" e transformou-o em um "sim por Cuba", dando um tom plebiscitário às eleições.

Uma novela brasileira inspirou o slogan principal da campanha. "Valem todos", diziam os *outdoors* calçados na popularidade da novela "Vale tudo". A novela *les encanta* e está fortemente presente nas conversas e na programação cotidiana. Há por lá uma gripe que se chama Maria de Fátima. E hoje já devem estar se perguntando quem matou Odete Reuteman. Perdoem-me os que não conhecem os personagens, mas estas referências podem ser úteis. Pois, nem todo mundo sabe que, além dos programas "alinha-dos" das televisões estatais, além das rádios clandestinas que sempre criticam o "regime" (e nos últimos tempos pregaram abstenção e voto nulo nas eleições de fevereiro), os cubanos e as cubanas de todas as idades, três vezes por semana, assistem religiosamente a novela em capítulos de uma hora de duração, sem qualquer intervalo comercial.

E, enfim, quais foram os resultados das eleições? Os votos válidos foram 92,27%, e entre estes, 95,17% foram unidos. Ou seja, os eleitores que contestaram — por meio de abstenção ou não "votando por todos" — somaram pouco mais de 10%. Essa minoria pode ter um papel importante nas mudanças que estão por vir em Cuba. Contudo, ela funcionou como um reforço à continuidade. Justamente porque existe uma minoria manifesta é que se pode falar em maioria e cantar vitória. Fidel Castro enfatizou a maioria: "sem a maioria não se poderiam realizar eleições como esta", e "se a Revolução perde a maioria, perde o poder sem que se dispare um tiro".

SER CUBANO: ELEIÇÕES E IDENTIDADE NACIONAL

Com certeza, naquela maioria votante estão incluídos muitos dos que se queixam das *tiendas* vazias, da falta de transportes, do racionamento de energia elétrica, dos privilégios dos turistas, os quais, com

seus dólares, tudo têm e tudo podem.

Entretanto, duas questões se colocam: Até que ponto as queixas podem ser automaticamente contabilizadas como oposição? E, depois, oposição a quê e a quem? Em conversas que se têm em Cuba, tanto com pessoas críticas quanto com as mais alinhadas ao governo, predominam ponderações nas quais se elencam prós e contras ao regime. E há algo que é comum a todos: a rejeição explícita do passado colonial. A partir daí é que se avaliam prudentemente as perdas e os ganhos das medidas atuais. Medo? Creio que sim, mas menos do *paredón* e mais de um futuro incerto em que se coloque em risco a identidade de "ser cubano", que é cotidianamente construída em oposição ao "ser colônia": da Espanha, dos Estados Unidos e... da União Soviética.

É interessante notar que hoje, ainda que com ressalvas e autocríticas, a crítica à URSS aparece nas conversas também como um elemento que alimenta e reforça a identidade nacional básica. Perguntei-me algumas vezes se tais críticas se resumiam à reafirmação do ideário socialista, ou seja, se Cuba, como o último baluarte, se sentia traída pela derrocada do mundo socialista. Para muitos, pode ser. No entanto, não foi essa "firmeza ideológica" que senti. Saí de lá com outra impressão: em Cuba, antes de tudo, é preciso compreender o que significa "ser cubano".

O sentimento de "ser cubano" não se circunscreve a uma experiência que começou em 1959; ao contrário, recupera outros tempos, eventos e personagens históricos. Não é por acaso que a exposição do Museu da Revolução começa com os primeiros movimentos de independência e faz (ou confirma como) heróis "os pais da pátria", grandes proprietários de terra que

COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA E POPULAR / Declaração de Quito

Reunidos na cidade de Quito, Equador, de 19 a 23 de abril de 1993, representantes de 66 meios de comunicação alternativa e popular de países latino-americanos, ao analisar a situação atual da comunicação, seus desafios e perspectivas com vistas à concretização de uma verdadeira democracia, concordam em expressar o que segue:

I — Contexto atual da comunicação:

Neste contexto intensificam-se a privatização e a concentração dos meios de comunicação nas mãos de poucos, ao mesmo tempo que aumentam o cerco aos meios de comunicação e a perseguição aos comunicadores sociais por defenderem as causas populares. Simultaneamente novos atores surgem nos meios de comunicação, gerando opiniões e sensibilizando os cidadãos.

II — A comunicação é um direito dos povos:

O direito da comunicação é como uma atribuição vinculada ao direito das pessoas de informar e serem informadas, assim como também de exercerem a livre expressão de pensamento.

III — Pressupostos de uma comunicação democrática:

Pluralismo, participação, função social, função pública, debate democrático.

IV — Vigência da comunicação alternativa e popular:

A democratização da comunicação impõe à corrente alternativa pelo menos dois desafios: defender e ampliar os espaços da comunicação alternativa e popular; e estreitar os vínculos com todos os setores sociais na luta por sociedades mais democráticas.

V — A democratização dos meios de comunicação:

Os participantes do Encontro Latino-Americano de Comunicação Alternativa e Popular decidem promover a articulação de um amplo movimento em favor da democratização da comunicação, como parte da democratização global da sociedade.

Fonte: Trechos do documento elaborado pelos participantes do Encontro Latino-Americano de Comunicação Alternativa e Popular (Quito, 19-23/4/93).

se rebelaram contra a exploração espanhola. Significativo também é o lugar de José Martí no mesmo museu e na vida. No Museu, ele é, sobretudo, o herói que contestou o domínio norte-americano; no dia-a-dia, é o pensador, cujas citações em prosa e versos invadem a fala cotidiana.

A partir dessa prática de recuperação do passado e reafirmação de uma identidade nacional (versus

estrangeiros dominadores), hoje é possível em Cuba ampliar alianças internas, mesmo quando existe um partido único e estatal. Ali o reverendo Soares, um dos deputados recém-eleitos, em um debate entre jornalistas e Fidel, foi assim definido: "um homem absolutamente cubano, absolutamente patriota, revolucionário e crente". Os adjetivos ultrapassam a filiação partidária. Ser cubano e patriota parecem ser atributos anteriores e mais abrangentes do que ser revolucionário e crente.

SER CUBANO: MISTÉRIOS E MILAGRE POLÍTICO

Sem dúvida, o governo cubano busca novos aliados. Para tanto Fidel Castro tem sabido inovar seu discurso, em um tempo de propagandas crises materiais e simbólicas com as quais se defronta a modernidade. Fidel acerta o tom e, em vez de enfatizar as famosas "questões ideológicas", fala em valores. Em longa entrevista aos jornalistas estrangeiros, disse esperar que não seja mais necessário assumir novo mandato após cinco anos. Quando deixar de exercer pessoalmente o poder, ele afirma que ficarão os valores. Com citações da Bíblia ("nem só de pão vive o homem"), Fidel lembrou que são os valores que movem os homens. E vai mais longe: assim como foram os valores que levaram cristãos a enfrentarem leões, os cubanos farão todos os sacrifícios por Cuba. Para além do econômico, "os princípios morais têm um valor extraordinário que não deve ser subestimado". A existência de uma maioria que "votou por todos", em um tempo de escassez material, deve ser creditada aos valores e foi classificada por ele como um "milagre político".

Parece-me que, mais importante do que ser contra ou a favor de Cuba, seria buscar outras perguntas ou formas de aproximações para compreender melhor Cuba e as

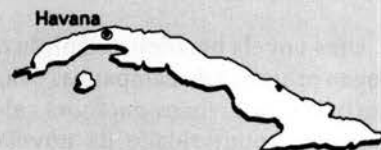
atuais alternativas de desenvolvimento. Assim, se não pudermos concordar com Fidel sobre o "milagre político", basta reconhecer, ao menos como ponto de partida, que há mistérios na Ilha, os quais talvez possam ser creditados aos arbitrários ou imponderáveis das dinâmicas culturais.

SER CUBANO: CULTURA, RESÍDUOS E DETALHES?

Não estão ausentes das análises simpáticas ou críticas à Cuba referências ao "jeito de ser" dos cubanos. Com evidente bom humor, dentes brancos e bem tratados se exibem. A musicalidade se revela também na salsa, na rumba, na guaracha. O gosto pela dança faz os cubanos conhecidos pelo gingado, pelo remelexo sem travas. Além do acesso à música, dança e teatro clássicos e universais — reconhecidamente garantido nas experiências de países socialistas —, tais manifestações culturais particularmente cubanas são, via de regra, lembradas nos escritos sobre Cuba. Mas elas não são elementos que pesem nas análises; como resíduos ou detalhes aparecem na forma de meras curiosidades ou folclore que não contam nos diagnósticos ou nas virtualidades do regime cubano.

Seja quando é reverenciada como o último sonho socialista do mundo, seja quando é vista como um atestado incontestável de que "o sonho acabou", Cuba tem recebido sobre si o olhar racional e instrumental que pouco inova velhos paradigmas de análise e avaliação. Por exemplo, quando se comenta que as ruas de Havana vivem cheias de gente, e que os cubanos ficam muito tempo conversando nas ruas, explicações vêm à galope: 1) as más condições de moradia obrigam todos a saírem às ruas; 2) a recessão econômica impõe turnos mais curtos de trabalho e aumento da ociosidade. Tudo explicado, não se refilete mais sobre o significado e as

CUBA



Capital: Havana. **Área:** 110.861 km² (a maior e mais ocidental das ilhas antilhanas). **População:** 10.730.000 habitantes. **República Socialista** (de partido único — Partido Comunista Cubano). **Chefe de Estado:** Fidel Castro (no poder desde 1959). **Economia:** agricultura: 12,2%; indústria, mineração e energia: 36,4%; construção: 9%; comércio e serviços: 42,4%. **Principais produtos agrícolas:** cana-de-açúcar, cítricos, arroz, batata, banana, tabaco. **Pecuária:** bovinos, suínos e ovinos. **Principais indústrias:** cigarros e charutos. **Analfabetos:** 6%. **Religião:** ateus: 55,1%; católicos: 36,9%; protestantes: 3,3%; espíritas afro-cubanos: 1,6%. **Mortalidade infantil:** 13 por 1.000 habitantes.

Fontes: Almanaque da Editora Abril de 1992 e Anuário Econômico e Geopolítico Mundial — O Mundo Hoje/93, da Editora Ensaio.

repercussões desta oralidade marcante, que caracteriza esse povo que "fala pelos cotovelos".

Outro exemplo: reconhece-se que ali não se economizam galanteios e sexo. Os mais céticos dizem que os inúmeros casais de namorados de diferentes idades que encontramos pelas ruas (e que, sem constrangimento, entram nos pequenos motéis espalhados por Havana) revelam o aborrecimento com a programação das TVs estatais e a falta de melhores programas. Por outro lado, com a indústria do turismo e o aparecimento das *jineteiras* (tipo particular de prostitutas que saem com turistas), o erotismo e o clima de sedução, visíveis a olho nu, são facilmente classificados como índices de decadência política e econômica. Uma vez mais, um possível componente (formas de expressão de sexualidade) que poderia

nos aproximar do *ethos* cubano deixa de ser considerado para dar lugar a uma "análise realista".

Outro capítulo poderia ser sobre manicures e cabeleireiros. Em contraposição ao estereótipo das mulheres dos países socialistas igualmente pouco vaidosas, Cuba é uma ode à feminilidade. As mulheres mantêm unhas grandes e bem esmaladas e, apesar de todas as dificuldades, buscam singularidade nas roupas e adornos. Esse aspecto evidente aparece, por vezes, em artigos e reportagens sobre Cuba. Porém, via de regra, só serve para exemplificar a crise que provoca a falta de esmaltes, batons e "até" sabonetes. Em contrapartida sempre aparecem os amigos de Cuba para lembrarem o "essencial": Qual a importância dos cosméticos em uma país que erradicou o analfabetismo e onde toda a população tem acesso à saúde e à educação? O argumento é imbatível. Mas, uma vez mais, deixa-se de discutir o jeito de ser dos cubanos.

Tudo isso sem termos falado da *santeria*, síntese religiosa afro-cubana, que está presente no corpo e na alma de parte significativa dos cubanos. De fato, critérios clássicos costumeiros podem impedir uma reflexão acerca do modo cubano de ser socialista ou do jeito socialista de ser cubano. Afinal, um ou outro não podem ser definidos em abstrato. Trata-se de um singular produto histórico.

COSMOLOGIAS DO SOCIALISMO: UMA ILHA NO CARIBE

Em 1988 o antropólogo americano Marshal Sahlins fez uma conferência durante a XVI Reunião Brasileira de Antropologia, realizada em Campinas sob o tema "Cosmologias do capitalismo: o setor transpacifico do sistema mundial" (esta conferência foi publicada recentemente pela revista "Religião e Sociedade", n. 16). Sahlins questiona a idéia de cultura como reflexo do

"modo de produção". Como o sistema mundial não é uma física de relações equilibradas entre o "impacto" econômico e "reações culturais", para o autor os efeitos das forças materiais globais dependem dos diversos modos como são mediadas em esquemas culturais locais. No texto se apresentam exemplos históricos de diferentes formas culturais de se "integrar" ao capitalismo. A integração global se faz simultaneamente pela diferenciação local.

Pergunto-me quando haverá estudos que se predisponham a pensar sobre as "cosmologias do socia-

Cuba tem recebido sobre si o olhar racional e instrumental que pouco inova velhos paradigmas de análise e avaliação

lismo". Quais seriam, de fato, os resultados do encontro intercultural entre Cuba e os outros países do mundo socialista? O sistema socialista desintegrado é mais analisado sob o ângulo do Estado homogeneizante do que da recriação da diversidade. Mesmo quando se evidenciam questões étnicas ou religiosas no chamado mundo socialista, elas tornam-se apenas evidências empíricas do fracasso do Estado e do regime.

Quando os "detalhes ou os resíduos", tais como os citados acima, passarão a contar na definição do "ser cubano"? Marcos temporais, datas, símbolos, narrativas, resgates de heróis da pátria expressam uma forma peculiar de construir a identidade nacional e podem explicar, pelo menos em parte, certos mistérios daquele "milagre político".

Mas é bom que fique claro: não é minha intenção minimizar as terríveis dificuldades pelas quais passa a ilha. Cuba também está no fio da navalha em termos de definição

de regras sociais. Por exemplo, enquanto há gente presa por ter sido apanhada com dólares, a propina (gorjeta em dólares) passa a ser admitida para os que trabalham na área do turismo. Qual é a regra que vale? Não há como evitar a indústria do turismo. E essa via — que associa o Estado cubano e o capital internacional privado — tem seus custos e terá repercussões também nos valores, já que outros encontros interculturais passam a acontecer.

O carisma de Fidel Castro é outra faca de dois gumes. O que assusta não é tanto a óbvia legitimidade de sua liderança messiânica, mas como enfrentar uma situação em que carisma pessoal se articula a outros critérios de reprodução inerentes à burocracia estatal e máquina partidária que se querem impessoais. Como equacionar mudanças "democráticas" nesse sistema tão híbrido?

Creio ser impossível prever como se farão tais mudanças. Mas a singularidade da experiência local, ainda que integrada em um sistema mais amplo, parece indicar que dificilmente assistiremos estátuas de dirigentes políticos sendo derrubadas em Cuba. Hoje, parecem urgentes esforços para encontrar outros modos de gostar ou de criticar Cuba. Na ausência de modelos inquestionáveis de desenvolvimento, "Valem todos" os experimentos humanos nos quais ainda se podem evocar valores que se contraponham à indiferença diante das crescentes desigualdades sociais. O que dizer ainda de um povo "socialista" que tem auto-estima e um jeito particular de rir, conversar, crer, namorar e se enfeitar?

Regina Reyes Novaes é antropóloga, professora do IFCS/UFRJ, colaboradora do Programa Movimento Camponês/Igrejas do CEDI e integrante do Conselho Editorial da revista TEMPO E PRESENÇA.

AIDS

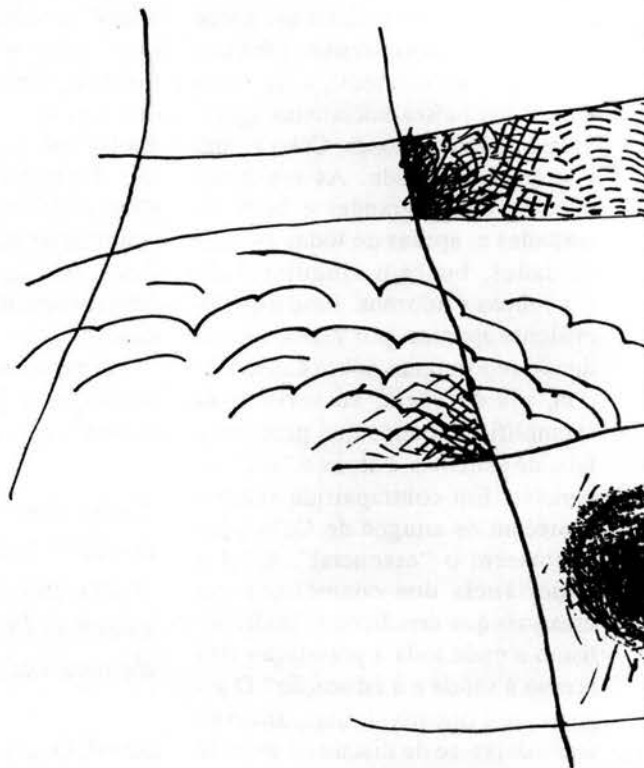
Pediram-me para falar sobre a Aids na linguagem da poesia. Parece coisa difícil, mas não é. Basta saber olhar para as coisas. A gente olha, espera e, de repente, a coisa fica transparente. Começamos a ver coisas que não estão lá. O meu amigo artista olhou para a bosta de vaca e viu um leve móbile de círculos dourados luminosos. Neruda olhou para uma cebola comum e seus olhos viram escamas de cristal numa rosa de água... A esse exercício se dá o nome de sonhar. A fala poética é a linguagem dos sonhos.

Eu disse a palavra terrível, e o que vi foram olhos amedrontados fitos num "horizonte aproximado e sem recurso"... Pensei então que falar sobre Aids é falar sobre o terror da morte que se aproxima. Mas logo o meu sonho se alterou e vi outros olhos nos quais o mesmo horizonte aparecia. Mas ele tinha a beleza do crepúsculo. Pensei então que a morte, terrível sempre, pode ser bela.

Um amigo que tive, Alexander Schmemann, teólogo poeta, descobriu que no seu cérebro havia um tumor inoperável. Compreendeu que a hora do adeus se aproximava. Disse então à sua mulher: "Chegou o momento de celebrar as liturgias do crepúsculo". E a partir desse momento, até o fim, entregou-se às coisas que julgava essenciais: a música, a poesia, a contemplação da natureza, a tranqüila conversa com os poucos amigos que convidava para um copo de vinho.

Um outro conhecido, sabedor de que a leucemia lhe dava apenas um ano de vida, e que não era mais o tempo dos adiamentos, comprou o sítio com que sempre sonhara, e viveu com sua mulher um amor como nunca amara.

Milan Kundera diz que começamos a amar uma mulher no momento em que associamos o seu rosto a uma metáfora poética. A mesma coisa se pode fazer com a morte. E este é o sentido de todas as palavras sagradas da religião: um enorme esforço para revestir o terrível com a beleza da poesia. E aquele que vai morrer aparece então com a beleza do navegante solitário que entra com seu pequeno barco no mar absoluto. Ou como o caminhante que vai sozinho pelos caminhos

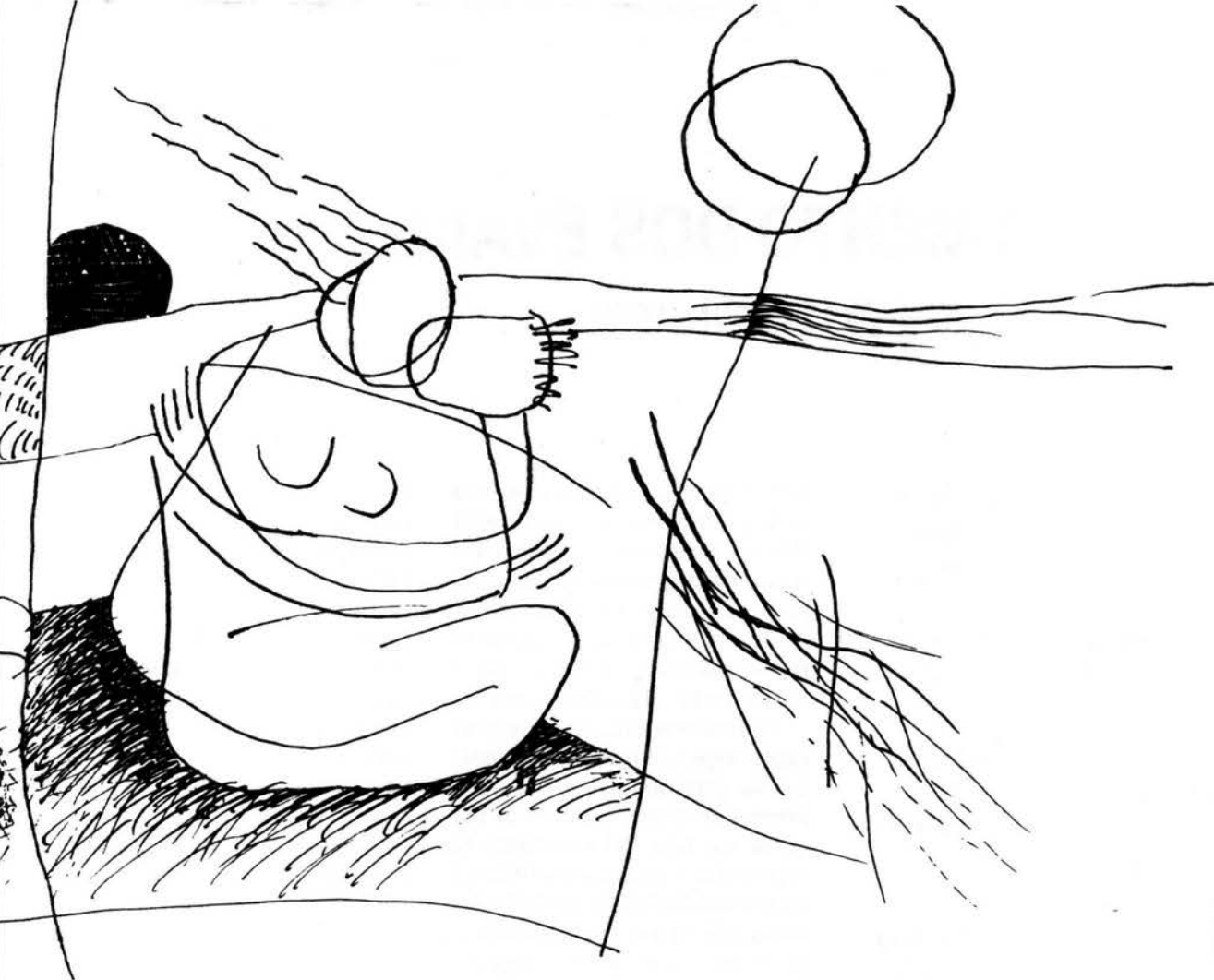


que levam ao alto da montanha coberta de brumas. Ou como aquele que deixa as trilhas luminosas onde todos andam e atende ao convite do mistério nos bosques escuros.

A morte tem dois lados. Um é a sua realidade física. E nisto todas elas se parecem. O outro são as palavras que dizemos uns aos outros, diante dela. É aqui que se encontra a diferença.

A Aids faz as pessoas falarem em sussurros — como se estivessem diante do terrível vergonhoso. Por mais longos e divergentes que sejam os seus caminhos, todos conhecem a sua filiação: nasceu de dois amantes abraçados, num abraço de amor amaldiçoado e proibido. Lugar de segredo, deveria ter permanecido fechado, como um quarto proibido. Todos temos um quarto secreto, onde ninguém deve entrar: mora ali a nossa intimidade mais profunda, que nenhum olhar deve contemplar. Por isso nos cobrimos de roupas, para proteger a nossa nudez dos olhos cruéis dos estranhos.

Mas a doença arromba a porta e transforma a intimidade numa sala de museu, aberta à visitação pública. E quando isso



Martha Braga

acontece, aquilo que foi vivido como paixão se transforma em pornografia. A pornografia não está no abraço, mas nos muitos olhos que o contemplam, como espetáculo.

A Aids tem, assim, duas dores: a dor da enfermidade e a dor dos olhos dos outros. A sua morte, então, se cobre com as palavras de vergonha, palavras mal-ditas, que devem ser ditas num sussurro. E até mesmo os religiosos a chamam de punição divina pelo amor amaldiçoado...

Depois, é a dor da solidão. Nascida da intimidade do amor proibido, a sua revelação torna proibida qualquer intimidade, o doente de Aids vive isolado numa bolha de assepsia hospitalar. Não para sua proteção. Ele não precisa ser protegido. São os outros que devem ser protegidos contra o seu amor, pois o seu amor é mortal. E ao redor do seu corpo, silenciosamente, vão se enrolando os fios, teias, um poema terrível que se transforma em jaula, e que diz: "Abandonai toda esperança de amor, vós que aqui estais...". Qualquer proximidade, qualquer contato, qualquer carinho, qualquer abraço estão para sempre proibidos.

Por vezes me vem a idéia louca de que todos estamos contaminados pela Aids. Pois no corpo de todos nós a morte faz também silenciosamente o seu trabalho. Os exames de sangue nada revelam, mas o espelho diz a verdade...

O que nos diferencia não é que alguns sejam sadios e outros enfermos. Estamos todos infectados com a mesma doença. Por isso somos todos irmãos. A diferença está nos poemas que recitamos diante do horizonte que se aproxima. E é com estas palavras que a vida trava a sua batalha contra a morte. Pois o corpo, como diz o texto sagrado, não se alimenta só com o pão — e remédios —, mas com toda palavra que sai da boca de Deus. A linguagem de Deus é a poesia. É a beleza que faz acordar em nós o desejo de viver.

Quem sabe haverá poetas que saberão dizer aos doentes de Aids as palavras que os arrancarão dos túmulos onde os nossos olhos os colocaram. E então até os outros se alimentarão da mesma comida...

CRESCIMENTO DOS EVANGÉLICOS

NOTAS A PROPÓSITO DO CIN-1992

José Bittencourt Filho

Os resultados do Censo Institucional Evangélico (CIN-1992) do ISEER, realizado na região metropolitana do Rio de Janeiro, confirmaram as indicações do grande crescimento das igrejas evangélicas, principalmente as do tipo pentecostal. Dado impressionante é o surgimento de uma igreja evangélica por dia, pela média, desde 1989.

Comentários interpretativos de aspectos da pesquisa são apresentados neste artigo

O Protestantismo é algo diferente, é sobretudo uma atitude de interioridade, um movimento da mente, um jato da consciência, uma resposta à indagação inquieta do homem a respeito de suas relações com Deus: é uma atitude de pensamento e de vida no seio do Cristianismo que se pretende fiel ao Evangelho.

Jean Boisset

Os indicadores apresentados pelo Censo Institucional Evangélico (CIN-1992), do Iser, aquecem a discussão sobre as duas faces do momentoso fenômeno que agita o campo religioso brasileiro: respectivamente, o crescimento geométrico dos diversos segmentos evangé-

licos (chamados, pelo levantamento, de protestantes) e sua contrapartida; e o decréscimo e a perda acelerada da hegemonia religiosa por parte das igrejas históricas. Nosso intuito é apenas destacar alguns aspectos pastorais relevantes que os mencionados indicadores evocam.

Preliminarmente, é oportuno salientar aspectos referentes à tipologia do protestantismo brasileiro, presumivelmente embutida na pesquisa em tela. Não obstante ter apresentado um gráfico didaticamente satisfatório da evolução histórica dos ramos confessionais da Reforma, vale apontar algumas nuances repletas de efeitos pastorais.

A eclosão do pentecostalismo. A partir dos anos de 1960, eclodiu no interior das igrejas do Protestantismo de Missão o assim chamado movimento de renovação espiritual. Este consistiu, em grandes linhas, na agregação de doutrinas e práticas fundamentais do pentecostalismo aos conteúdos doutrinários tradicionais. À época, as burocracias dirigentes denominacionais ainda reuniam condições para expurgar os renovacionistas, e tais expurgos ocorreram em quantidade. Com efeito, novas agremiações denominacionais nasceram, acrescentando à nomenclatura tradicional adjetivos que traduziam a inclinação pentecostalizante.

A família das igrejas de renovação espiritual representa hoje um segmento do pentecostalismo brasileiro, por vezes, não inteiramente alinhado nem ao pentecostalismo

clássico, nem ao pentecostalismo autônomo (etiquetado como neopentecostalismo no CIN-1992). Entrementes, o citado movimento inspirou, mais recentemente, tanto comunidades isoladas como denominações de alcance regional. Estas, por seu turno, gestaram novos movimentos ou ainda vieram a ingressar nas fileiras do pentecostalismo autônomo. Não faltaram também as que desapareceram, incorporadas algures por novas articulações mais exitosas.

O pentecostalismo clássico é fruto de missões estrangeiras, que aqui aportaram no início deste século. Sua principal vertente é a Assembleia de Deus, indubitavelmente a denominação que alcançou maior aceitação na sociedade brasileira, e cuja dinâmica de expansão permanece intacta. Isto se retrata até no imenso patrimônio material que logrou acumular.

O fervor evangelístico/proselitista caracterizou esse pentecostalismo desde sempre; sem falar, por outro lado e na mesma intensidade, na formação de comunidades com identidade bem definida, graças a condutas padronizadas e a rigorosos mecanismos de controle. Tal padronização estende-se ao plano ético-moral e chega até ao da indumentária.

Pentecostalismo autônomo. Noutro pólo encontra-se o pentecostalismo autônomo, cuja tônica reside na oferta ampla, intensa e incessante de bens simbólicos. Essa preferência pelas massas concorre para uma maior flexibilidade no tocante

a hábitos e comportamentos. Desse modo esse pentecostalismo alcança um espectro mais amplo de estamentos sociais, incluindo aqueles pouco afeitos aos padrões morais de procedência rural, inerentes ao pentecostalismo mais tradicional.

Nos pentecostalismos, como se sabe, geralmente prevalecem o espontaneísmo e a doutrinação, em lugar da reflexão teológica. Em consequência, a proposta religiosa é bastante objetiva e sucinta. As crenças principais são: a aceitação de Jesus como Salvador (ao modo pietista); o batismo nas águas e com/no Espírito Santo como etapas distintas (axioma doutrinário fundante e comum a todos); a busca

O movimento chamado de renovação espiritual consistiu na agregação de doutrinas e práticas fundamentais do pentecostalismo aos conteúdos doutrinários tradicionais

permanente de poder espiritual e de santidade de vida (situada majoritariamente no nível moral); a interpretação fundamentalista das Escrituras; e, finalmente, a tríade cura, exorcismo e prosperidade.

A rigor, o que de fato varia nas muitas denominações e famílias denominacionais do pentecostalismo é a forma como cada qual organiza e hierarquiza os elementos axiais apresentados acima. Por sinal, um dos fatores principais no sucesso do pentecostalismo autônomo é a primazia conferida à tríade cura, exorcismo e prosperidade. Ao implantar essa primazia, ele estabelece conexões com o ideário das massas sob influxo da cultura de consumo plasmada pela mídia. Paralelamente, num nível mais

profundo, vai ao encontro do irracionalismo reinante (atávico à chamada pós-modernidade?); ao mesmo tempo contempla a tendência atual para o fundamentalismo religioso.

Crescimento dos evangélicos. Todas as nuances devem ser objeto de interpretação pastoral quando o assunto em pauta é o crescimento galopante dos evangélicos no Brasil e no Continente. Nesse conjunto complexo de grupos, comunidades, movimentos, organismos, igrejas e denominações, são pertinentes alguns questionamentos preliminares, a saber: Quem cresce? Por que cresce? Como cresce?

Quais as relações com o ideário religioso massivo (José Bittencourt Filho. *Matriz religiosa brasileira: notas ecumênicas*. In Revista Tempo e Presença, n. 264, julho-agosto/92, CEDI, Rio de Janeiro)? Que espécie de relação entre Igreja e Sociedade propõem implícita ou explicitamente? Quais as relações internas de poder? Quais as relações com o poder instituído? Quais as relações com as demais confissões cristãs e com os não-cristãos? Acreditamos que, para uma interpretação consistente e abrangente dos dados apresentados pelo CIN-1992, esse elenco de questionamentos representaria uma contribuição.

Uma constatação imediata em face dos dados fornecidos pelo censo é o declínio e/ou estagnação do crescimento da Igreja Católica Romana e das deno-

minações históricas do protestantismo. Uma leitura menos atenta pode avaliar a Igreja Batista (CBB) como uma exceção. Todavia, é preciso levar em conta que esta denominação já se implantou no Brasil há mais de cem anos, ao passo que algumas denominações pentecostais que mais crescem numericamente não têm mais que duas décadas de existência.

Contudo, vale registrar que dentre as igrejas do protestantismo de missão, as batistas são as primeiras no volume de investimentos humanos, materiais e financeiros no evangelismo. Acrescem a flexibilidade institucional (próxima dos

Denominações históricas e pentecostais segundo o número de templos na região metropolitana do Rio de Janeiro

Denominações	Nº de templos	Porcentagem
HISTÓRICAS	1.355	38,97
Batista (CBB)	749	21,54
Congregacional	172	4,95
Presbiteriana (IPB)	142	4,08
Adventista	118	3,39
Metodista	96	2,76
Outras	78	2,24
PENTECOSTAIS	2.122	61,03
Assembléia de Deus	710	20,42
Universal	191	5,49
Outras Batistas	167	4,80
Casa da Bênção (ITEJ)	137	3,94
Congregação Cristã	102	2,93
Evangelho Quadrangular	87	2,50
Metodista Wesleyana	80	2,30
Outras	648	18,64
TOTAL DE TEMPLOS	3.477	100,00

Fonte: CIN - Censo Institucional 1992

Templos evangélicos históricos e pentecostais criados no Estado do Rio de Janeiro de 1990 a 1992

	Nº de templos	Porcentagem
Templos históricos	62	8,73
Templos pentecostais	648	91,27
TOTAL	710	100,00

Fonte: Diário Oficial

pentecostais) e a manutenção de um rigoroso e exclusivo núcleo doutrinário, apoiado num sistema catequético algo sofisticado. Todavia, sabe-se que a maioria das denominações do protestantismo de missão mergulhou numa dolorosa crise de

Um dos fatores principais no sucesso do pentecostalismo autônomo é a primazia conferida à tríade cura, exorcismo e prosperidade

identidade; decadência institucional aparentemente crônica; e uma indigência teológica supostamente irreversível. E o catolicismo brasileiro? Isto seria assunto para outro artigo. Em resumo, os números do levantamento corroboram essas e outras tristes realidades.

Temáticas polêmicas. Finalmente, consideramos válido introduzir algumas temáticas altamente polêmicas, vinculadas diretamente às igrejas históricas, que o espaço disponível não nos permite desenvolver, mas que são imprescindíveis no bojo da reflexão que estamos a sugerir.

A primeira é que, num quadro histórico sem precedentes, as igrejas cristãs históricas estão sendo interpeladas a uma total reformulação

missiológica. A des-cristianização da cultura; o secularismo; o ateísmo prático; a anomia e a sociopatia; o individualismo exacerbado; e a miséria crescente; são algumas das realidades desafiadoras, mediante as quais o genuíno anúncio do Evangelho requer esforços redobrados e readquire caráter marcadamente profético. Pode-se afirmar que o cristianismo, sob vários aspectos, vive hoje uma situação análoga à dos primeiros séculos da chamada era cristã.

Evidentemente, tal reformulação tão exigente e inédita supõe empenhos concretos de unidade, porquanto, na situação atual, nenhuma igreja individualmente conseguiria realizá-la. Entretanto, é justamente no denominacionalismo, no confessionalismo e no integralismo institucional, onde reside hoje a tragédia do cristianismo tradicional. Os dirigentes eclesiais, ao se sentirem ameaçados, apelam para a emulação e para os mecanismos de autopreservação, ao invés da busca do discernimento dos sinais dos tempos.

Por último, importa perguntar pela contribuição original e singular do protestantismo ao momento histórico-cultural que vivemos.

Total de templos evangélicos por municípios da região metropolitana do Rio de Janeiro

Municípios	Total de templos
Zona Sul / Tijuca	160
Centro / Zona Norte	774
Zona Oeste / Subúrbios	585
TOTAL do Rio de Janeiro	1.519
Nova Iguaçu	642
Duque de Caxias	327
São Gonçalo	292
São João de Meriti	179
Niterói	115
Magé	107
Nilópolis	89
Itaguaí	82
Itaboraí	79
Maricá	20
Mangaratiba	14
Paracambi	12
TOTAL	3.477

Fonte: CIN – Censo Institucional 1992

Afinal de contas, ainda é possível falar de protestantismo perante os fenômenos religiosos com recorte evangélico que proliferam no campo religioso brasileiro e latino-americano? Tais fenômenos correspondem aos princípios fundantes e permanentes da Reforma ou, pelo contrário, não passam de messianismos que vicejam à sombra da exclusão sistêmica?

José Bittencourt Filho é mestre em Ciências da Religião, pastor da Igreja Presbiteriana Unida do Brasil (IPUB) e coordenador do Programa de Assessoria à Pastoral do CEDI.

BÍBLIA E COTIDIANO

Paulo Nogueira

A Bíblia está cheia de temas do cotidiano. Temas vulgares, daqueles que a gente se admira que eles façam parte de um livro que é considerado pelas igrejas como palavra de Deus. Deveríamos esperar que a Bíblia tratasse antes de tudo de temas teológicos, e dentre eles, os mais importantes: o destino eterno da alma, a origem do homem, a revelação de Deus por meio do Cristo preexistente, o objetivo da história, etc. Mas fosse a Bíblia compêndio de dogmas teológicos, seria ela pouco relevante, seria um livro de tediosa leitura.

Mas o que vemos no texto bíblico? Não são relatos de fratricídios, de reis corruptos e antipopulares, de amores proibidos, de invasões militares, de mulheres e crianças oprimidas, de miseráveis aglutinados em torno de um messias, de comunidades que se reúnem para cantar canções de um novo dia? O que tem de abstração filosófico-teológica o relato da mulher que unge Jesus com precioso perfume? Qual a verdade universal que se tira da história do discípulo que, por medo da morte, nega o seu amigo e mestre?

Muitos lados de leitura. A Bíblia trata, antes de tudo, de temas do cotidiano. Não que os temas do cotidiano sejam pouco importantes. Pelo contrário, o mais importante na vida é o que nos ocupa todos os dias. Da luta contra a inflação ao desejo de ser amado; das perguntas existenciais ao medo do desemprego; questões de vida ou morte, ain-

da que em diferentes perspectivas, e em diferentes graus. Mas o cotidiano não se deixa definir ideologicamente. Ele não é linear, tampouco lógico. Não pertence ao cotidiano só o que a minha ideologia quer que pertença a ele, como se pudéssemos definir se ele deveria ser antes de tudo motivado pelo econômico, pelo afetivo, etc. A vida é dinâmica e plural. A Bíblia, espelho da vida, reflete temas, desejos e esperanças do seu tempo: plurais e assimétricos. Daí a impossibilidade de se ler a Bíblia somente a partir de quatro lados. A Bíblia tem, como a vida, mil e um lados...

No mês de setembro de 1993 milhares de comunidades católicas de todo o Brasil estarão refletindo sobre a Primeira Carta de Pedro. Ao contrário do que se pode pensar, elas não estarão tratando de temas tradicionais da catequese católica ou da escola dominical. O texto bíblico será refletido no contexto da Campanha da Fraternidade, cujo tema é "Onde moras?".

Mas o que a Primeira Carta de Pedro teria a ver com o tema da moradia? Ainda mais levando-se em conta que a falta de moradia é um problema que aflige a maior parte da população brasileira. Não seria melhor tratar do assunto e deixar a Bíblia cuidar de seus tradicionais temas religiosos? A estas perguntas, poderíamos somar às que nos seriam feitas pelos assíduos leitores do texto bíblico: Desde quando a Bíblia tem a ver com favelas, migrantes, enfim, com a falta de moradia? Não estariam os biblistas e os agentes de pastoral forçando a barra desta vez? Não seria a Primeira Carta de Pedro à que diz que "peregrinamos sobre a terra a caminho do céu"? E se a Bíblia de fato tem a ver com o tema da moradia, este seria enfocado somente na perspectiva econômica, ideológica, etc?

Vida severina. A tese é de que a Primeira Carta de Pedro constitui um livro repleto de esperanças do



Marta Cerqueira Leite

cotidiano. Cotidiano do migrante, do pau-de-arara. Trata-se de um escrito atribuído nostálgicamente ao apóstolo Pedro e destinado a cristãos da província romana da Ásia Menor (1.1), até mesmo de suas províncias menos helenizadas (diga-se, mais subdesenvolvidas). Esses cristãos são caracterizados na carta como "peregrinos e forasteiros" (2.11; 1.1; 1.17). Qualquer alusão a um peregrinar "sobre a terra" (ver versões mais antigas da Bíblia de Jerusalém) pode ser creditada ao trabalho — certamente bem intencionado — do tradutor: o texto original diz somente que eram *paroikoi* e *parepidemoi*.

As palavras gregas designavam o status social de determinadas pessoas no mundo greco-romano. Os *paroikoi* eram "estrangeiros residentes". Longe de serem cidadãos, eles eram obrigados a todos os tributos e deveres (como serviço militar) e destituídos de direitos (como votar, receber herança, possuir a terra). Possuir a terra... Constituíam grande parte da força de trabalho no período do principado, mas eram constantemente relegados à situação de não-cidadãos.

Junto aos *paroikoi* estavam os *parepidemoi*, estrangeiros não tão agraciados. Estes não tinham direito algum, apenas o de peregrinar, de vagar de província em província. Trabalhando numa roça aqui, dando duro numa construção ali, mas sempre seguindo, sendo empurrados adiante.

Este era o perfil dos leitores da carta: gente de vida e morte severina. A leitura sociológica da Bíblia desnuda os primeiros leitores do texto. Ao invés de nobres heróis da fé, de notáveis missionários, nos defrontamos na Bíblia com o pau-de-arara do qual nos desviamos na Estação da Luz, sentamos à mesa com o caipira que freqüenta uma "seita" na Zona Leste. Texto do cotidiano, leitor (original) do cotidiano.



Mas esses peregrinos do passado só nos são relevantes como entes socioeconômicos? Só reconhecemos o seu rosto na máscara da política? Eles se resumem para nós em não-cidadãos? E seus sonhos, suas festas, suas esperanças?

Medos, aconchegos, sonhos. A Primeira Carta de Pedro fala mais de suas esperanças e de seus sonhos que de seu perfil socioeconômico. Claro, de sua opressão eram conscientes o suficiente, seu destino de sem-casa só não era evidente aos de fora, como nós. A carta fala de uma nova autoconsciência, de se considerarem cidadãos de uma comunidade: "Vós que antes não éreis povo, agora sim sois povo de Deus" (2.10). Eles se sentiam aconchegados numa casa repleta de irmãos e

irmãs, na qual Deus é pai e mãe. Na comunidade experimentavam o que a sociedade lhes negava: hospitalidade, amor, solidariedade (4.7-11). Como texto que fala do cotidiano, a carta também fala dos medos. Do medo das perseguições, de que aumente o sofrimento, de que o tal "leão que ruge procurando alguém para devorar" (5.8) os abocanje mais uma vez. Medos, aconchegos e sonhos. Temas do cotidiano.

A reflexão popular no mês de setembro (mês de Bíblia) deverá ser um olhar-se no espelho. Os problemas do nosso cotidiano em germe no cotidiano deles. A esperança e a luta daquelas comunidades acesas no coração das nossas comunidades. Nordestinos, migrantes e caipiras se sentirão donos do livro que lhes foi roubado à plena luz do dia, digo, cotidiano.

Paulo A. de S. Nogueira é professor no Instituto Ecumênico de Pós-Graduação em Ciências da Religião em São Bernardo do Campo. É autor do livro "O evangelho dos sem-teto. Uma leitura da Primeira Carta de Pedro" (Edições Paulinas).

CANÇÕES DE RUA

"Mas, quem sabe se não ouvimos seus gritos, ouviremos os seus cantos".
(Bispo Isac Aço)

Cancioneiro com trinta composições quase na sua totalidade inéditas que registram a linha melódica das canções, com cifras e acompanhadas de duas fitas-cassete.

O texto narra a caminhada dessas crianças e adolescentes em abandono, pela força da arte do canto. Participaram deste trabalho educadores e crianças de rua, artistas e teólogos, todos engajados em movimentos populares. Este é um projeto coordenado pelo Núcleo Universitário de Cultura da Universidade Metodista de Piracicaba.

Os pedidos devem ser feitos por carta, com cheque nominal à Editora Unimep: Rua Rangel Pestana, 762, CEP 13400-901, Piracicaba, SP, tel: (0194) 33-5011 ramal 134.

Preços válidos até 31/7/93. Entre em contato para consulta sobre descontos.
Livro (unidade) — Cr\$ 325.000,00
Fita-cassete (conjunto com duas fitas) — Cr\$ 325.000,00

PARA ENTENDER O TRABALHO A DOMICÍLIO NO BRASIL

José Ricardo Ramalho

O TRABALHO INVISÍVEL – ESTUDOS SOBRE TRABALHADORES A DOMICÍLIO NO BRASIL

Organizado por Alice Rangel de Paiva Abreu e Bila Sorj
Rio Fundo Editora, RJ, 1993
16 x 23 cm, 132 p.

A ligação da vida familiar com o trabalho não é uma novidade dos tempos modernos. Na verdade, trata-se de uma forma antiga de organização da produção, anterior à Revolução Industrial, embora suas características tenham se modificado com o desenvolvimento da indústria, principalmente quanto à composição da força de trabalho domiciliar.

Entender a persistência desse tipo de trabalho e seus desdobramentos sociais no Brasil é o objetivo de *O Trabalho Invisível*. Fruto de um seminário que reuniu cientistas sociais e assessores do movimento sindical para discutir resultados de pesquisas sobre trabalho a domicílio, realizadas em locais e épocas diferentes, o livro aborda de forma extremamente esclarecedora um tema pouco conhecido e de grande relevância para se entender a complexidade da organização produtiva e a composição real da classe trabalhadora brasileira.

A partir de diferentes perspectivas de análise, os estudos apresentados mostram aspectos distintos do trabalho a domicílio, com destaque para o trabalho industrial subcontratado. Se, na indústria de calçados no Rio Grande do Sul, a subcontratação varia de “formas historicamente precárias e instáveis até a

constituição de micro e pequenas empresas voltadas para a exportação”, as costureiras a domicílio no Rio de Janeiro atuam em um contexto de subordinação econômica e de gênero, “e mantêm um delicado equilíbrio entre a necessidade de realizar um trabalho que gere renda e a manutenção do seu papel tradicional de mãe e esposa no interior do grupo familiar”.

Em outra perspectiva, o estudo da costura a domicílio para as indústrias de sacaria do café em São Paulo e Santos, no início do século, revela os primeiros movimentos de defesa de direitos trabalhistas por parte das mulheres que se dedicavam a essa atividade. Já o trabalho a domicílio por conta própria, tema do último capítulo, focaliza “as estratégias cotidianas de mulheres paulistas de diferentes camadas sociais ao desempenharem atividades economicamente rentáveis no domicílio”.

O livro mostra também a expansão do trabalho a domicílio nos setores modernos e de serviços das economias desenvolvidas, e aponta a dificuldade do movimento sindical em reconhecer esses trabalhadores como alvos legítimos de sua ação. Nos sindicatos “prevalece a percepção de que o trabalho a domicílio é uma forma de organização da produção incompatível com as exigências do desenvolvimento capitalista.” Da mesma forma, dadas as características de atividade não regulada, o trabalhador a domicílio



é visto “como um competidor desleal com os assalariados no mercado de trabalho”. Parte-se do princípio de que este trabalhador, por ser em geral uma mulher — “cujos rendimentos são complementares à renda familiar e cujas atividades, na maior parte das vezes, têm caráter temporário” —, é pouco sensível às propostas de caráter coletivo dos sindicatos.

Todos esses aspectos fazem do livro leitura obrigatória para os diretamente envolvidos com o mundo do trabalho, e para aqueles que desejam conhecer a complexidade dessa realidade pouco estudada, mas parte integrante do cotidiano de muitos lares brasileiros.

José Ricardo Ramalho é professor do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ e autor do livro *Estado Patrão e Luta Operária: o caso FNM* (Paz e Terra, SP, 1989). Participa do Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Sindicalismo do CEDI.



ÉTICA E COMUNICAÇÃO

**TV, IMAGEM
E ACONTECIMENTO**

**DEMOCRATIZAÇÃO
DA INFORMAÇÃO**

**IGREJAS E
COMUNICAÇÃO SOCIAL**

ECONOMIA INFORMAL

**ESTRATÉGIA DE
TERCEIRIZAÇÃO**

O SER CUBANO